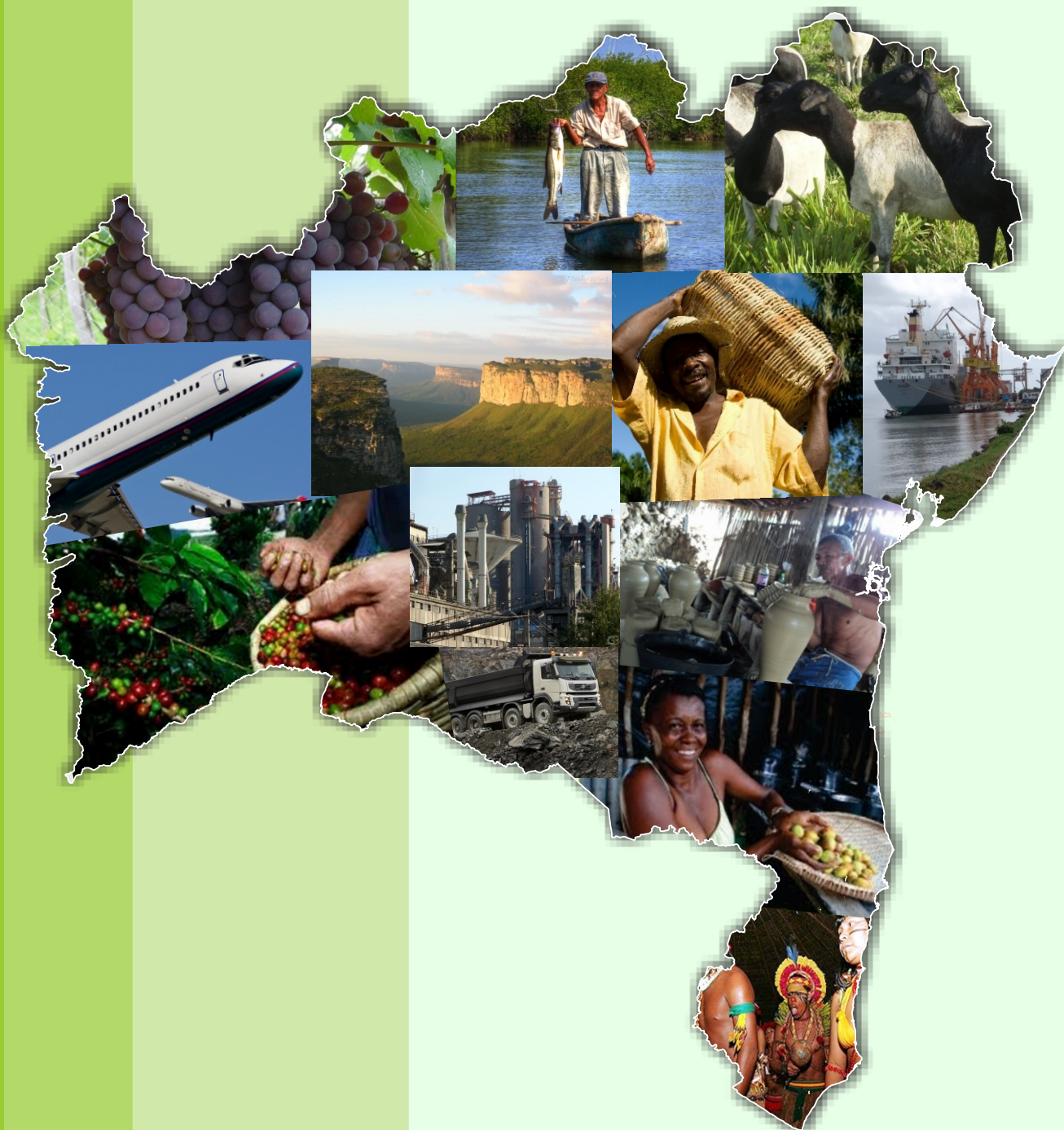


ZEE BAHIA



Plano de Desenvolvimento Sustentável



3º RELATÓRIO BÁSICO

REV.01

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
Preliminar



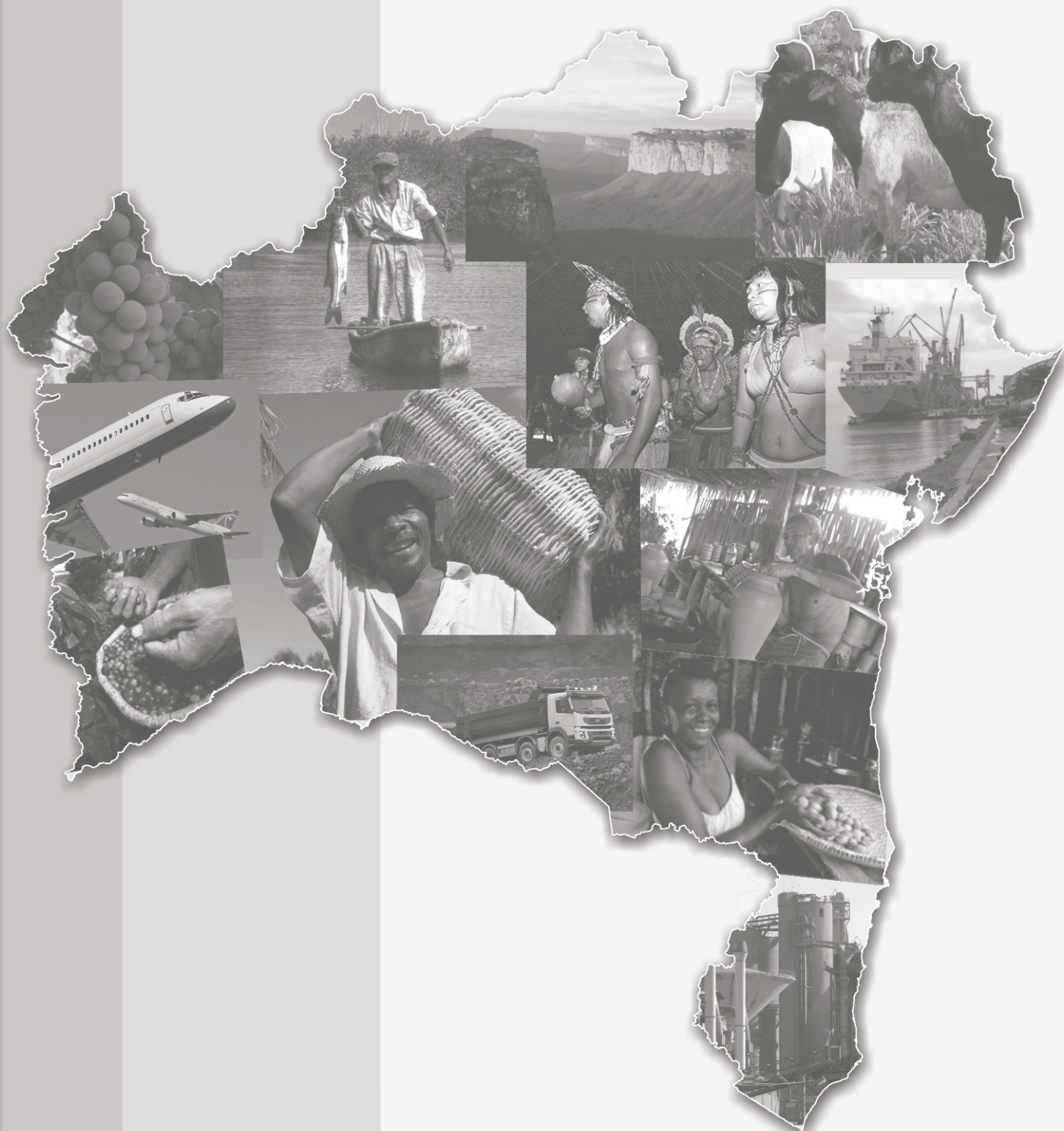
VOLUME VIII

CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS
DE IDENTIDADE

ZEE BAHIA



Plano de Desenvolvimento Sustentável



3º RELATÓRIO BÁSICO
REV01



ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
Preliminar

VOLUME VI

CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS
DE IDENTIDADE

Jaques Wagner
Governador do Estado

José Sérgio Gabrielli
Secretário de Planejamento

Eugênio Spengler
Secretário do Meio Ambiente

Clóvis Caribé Menezes dos Santos
Chefe de Gabinete – SEPLAN

Adolpho S. Ribeiro Netto
Chefe de Gabinete – SEMA

Ranieri Muricy Barreto
Superintendente de Planejamento Estratégico
– SEPLAN

Luiz Antonio Ferraro Jr.
Superintendente de Estudos e Pesquisas
Ambientais – SEMA

Thiago dos Santos Xavier
Diretor de Planejamento Territorial –
SEPLAN/SPE/DPT

Marcelo Henrique Siqueira de Araújo
Diretor de Pesquisas Ambientais –
SEP/SEMA

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

SEPLAN

Edelzuita dos Anjos Silva - Coordenadora

Tatiana Scalco

SEMA

José Ivaldo de Brito Ferreira

Rosalvo de Oliveira Jr.

GRUPO DE TRABALHO

SEPLAN - SEI

SEPLAN

Thiago Santos Xavier
Edelzuita dos Anjos Silva
Fabiana da Cruz Mattos
Tatiana Scalco Silveira Cravo
Érico Silva do Nascimento
Roberto Carneiro Fortuna
Márcia da Silva Pedreira
Maria Cristina Franca

SEI

Aline Pereira Rocha
Erivaldo Lima de Queiroz
Igor Roberto Campos Brandão
Ilce Maria Marques de Carvalho
Luis André de Aguiar Alves

SEMA - INEMA

SEMA

Titular

Luiz Antônio Ferraro Júnior (coordenador geral)
Marcelo Henrique Siqueira de Araújo
Margareth Peixoto Maia
Zoltan Romero Cavalcante
Luciano Pinna
Magno Passos Monteiro
Rosálvo Oliveira Jr

Suplente

Paulo Henrique Prates Maia
José Renato Melo da Silva

INEMA

Titular

José Ivaldo de Brito Ferreira (coordenador técnico)
Floriano Alvarez Soto
Erivaldo Vieira Adorno
Ailton dos Santos Júnior
Sidnei Silva Suerdieck

Suplente

Aldo Carvalho da Silva
Samantha A. Nery Gonzalez Grimaldi
Nielsen Souza
Rita de Cássia Góes Cardoso
Jeanne Bahia Gonçalves

GRUPO DE COLABORADORES

SEPLAN

Thiago Reis Goes - Coordenador

Sônia Pereira Ribeiro

Andréa Pereira da Silva

Luiz Carlos Santana Filho

Sidnei Suerdieck

Rafael Alves de Almeida

Edna Maria da Silva

Mirtes Calvacante de Aquino

Marcos Luis Cerqueira da Silva

Nícia Moreira da Silva Santos

Natã Silva Vieira

SEMA

Cristiana Souza Viera

Aline Bitencourt

Luciana Santa Rita Matos

Igor Perez Cunha

Nielsen Souza

Fabiola Andrade

Joseval Almeida

Márcio Augusto Gonçalves

Alexandra Hirsch de Santana

Larissa Santos Lima

Rodrigo Stolze Pacheco

Marcelo Senhorinho

Ricardo Azevedo Duarte

Zanna Maria Rodrigues de Matos

Kitty Tavares

Elba Alves

Adriano Zeferino

Michelle Rios Lopes⁶. Iala Serra Queiroz

Iara Morena Souza

EQUIPE DO CONSÓRCIO GERENCIAMENTO

Erwin Rivero
Representante Consórcio Geohidro Sondotécnica

Francisco Cruz Vieira
Responsável Técnico - GEOHIDRO

Arakem Maltez Oliveira
Responsável Técnico - GEOHIDRO

Homero Menezes Cortes
Diretor – SONDOTÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA
Roseane Palavizini – *Arquiteta, DSc Engenharia Ambiental*

GERENTE EXECUTIVA
Andrea Marchesini – *Eng^o Sanitarista*

COORDENAÇÕES TEMÁTICAS

Planejamento e Meio Físico

Bruno Jardim da Silva
Eng^o Civil

Planejamento e Meio Biótico

Tiago Brasileiro
Arquiteto e Urbanista

Planejamento e Meio Socioeconômico

João Pedro Vilela
Urbanista

Planejamento, Banco de Dados e Cenários

Vitor Santos
Economista

Planejamento e Cartografia

Ivana Silva
Geógrafa

Cartografia e Geoprocessamento

Fábia Zaloti
Eng^o Cartógrafa

DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Clarissa Brito
Eng^o Sanitarista e Ambiental

Daniela Moura
Eng^o Sanitarista e Ambiental

Micheli Gonçalves
Eng^o Ambiental, MSc

Samanta Ribeiro
Eng^o Sanitarista e Ambiental

Sueli Oliveira
Estatística

Patrícia dos Santos
Geógrafa

Tânia Linda Andrade
Técnica em Geoprocessamento

Carlos Eduardo Araújo
Designer Gráfico

Carlos Eugênio Ramos
Designer Gráfico

APOIO DE DESENVOLVIMENTO

Leonardo Adaime
Eng^o Civil, MSc

Fabio Peixoto
Comunicador Social

Valdirene Dias
Geógrafa, MSc

ESTAGIÁRIOS

Érica Neres
Graduanda em Geologia

Eric Cândia
Graduando em Engenharia Civil

Gilza Maciel
Graduanda em Engenharia Sanitária e Ambiental

Victor Almeida
Graduando em Engenharia Sanitária e Ambiental

CONSULTORES

Arranjos Produtivos Rurais

Amilcar Baiardi
Engº Agrônomo, DSc

Aquicultura e Pesca

José Carlos Bezerra
Engº de Pesca

Banco de Dados/SIG

Walter Ribeiro
Cientista da Computação

Biodiversidade

Rafael Freire
Biólogo

Energia

Fernando Alcoforado
Engº Eletricista, PhD

Geologia/Águas Subterrâneas

Antônio Marcos Pereira
Geólogo, DSc

Leila Lopes
Geóloga

Infraestrutura e Logística

Rafael Vasconcelos
Engº Civil

Jurídico e Institucional

Maria Gravina Ogata
Geógrafa e Advogada, DSc

Larissa Cayres
Advogada

Mayumi Gravina Ogata
Advogada

Qualidade Ambiental

Tânia Tavares
Química, DSc

Solos

Mário Pestana
Agrônomo

Paulo Corrêa
Engº Agrônomo

Unidade de Paisagem/Vulnerabilidade Natural à Erosão

Vera Lúcia Ramos
Geógrafa, MSc

Vulnerabilidade Social

Paula Adelaide
Arquiteta, MSc

Arilson Favareto
Sociólogo, DSc

CONSULTORES AD HOC

Raymundo José Garrido
Engº Civil, MSc

Henrique Tomé
Engº Florestal, DSc

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Órgãos Governamentais, Empresas e Entidades:

ANA - Agência Nacional de Águas
CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais
DNPM – Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inema – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Demais siglas e nomenclaturas:

APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
BAZE – Brazilian Alliance for Zero Extinction
GeografAR – Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia nos Assentamentos da Área Rural”
IBA – *Important Bird Area*
IET – Índice do Estado Trófico
IQA – Índice de Qualidade das Águas
KBA – Key Biodiversity Areas
PAM – Produção Agrícola Municipal
PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável
PPA – Plano Plurianual
PPM – Produção da Pecuária Municipal
PROBIO – Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para a Biodiversidade
Radambrasil – Projeto de levantamento de todos os recursos naturais do território nacional (em especial a Amazônia) por meio de radares aerotransportados.
RESEX – Reserva Extrativista
RMS – Região Metropolitana de Salvador
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEGREH – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCRA – Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental
TDR – Termo de Referência
TI – Território de Identidade
UC – Unidade de Conservação
UFBA – Universidade Federal da Bahia
ZEE – Zoneamento Ecológico-Econômico

O presente documento contém o Terceiro Relatório Básico do Contrato nº 010/2010, relativo ao Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bahia (PDS). Este Relatório reúne os conteúdos definidos a partir do Terceiro Termo Aditivo, no qual está prevista a apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), em sua versão preliminar, organizado a partir dos conteúdos previstos nos Termos de Referência (TDR) e na sinergia necessária entre os instrumentos de planejamento e gestão do território.

O Relatório está organizado em nove volumes, obedecendo à estrutura dos componentes de trabalho, integrantes dos Termos de Referência, sendo cada volume estruturado a partir de três tópicos: i) introdução, que apresenta o tema; ii) metodologia, que descreve os conceitos, procedimentos e referências utilizados no desenvolvimento de cada componente, em seu referido tema; iii) resultados, onde estão apresentados e comentados os resultados obtidos na construção de cada componente. A seguir está descrita a estrutura dos referidos volumes, com seus respectivos componentes de trabalho.

Volume 1 – Proposta Preliminar do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia (componente **A5**), Indicações de Ações de Desenvolvimento (**B3A**) e os Arranjos Institucionais para Atuação (componente **C1**);

Volume 2 – Banco de Dados e WebSIG (componente **D**);

Volume 3 – Indicação das Unidades de Paisagem (componente **A1**);

Volume 4 – Diagnóstico da Vulnerabilidade Natural (componente **A2**);

Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (componente **A3**);

Volume 6 – Caracterização dos Territórios de Identidade (componente **A4**);

Volume 7 – Avaliação das Potencialidades e Limitações para o Desenvolvimento (componente **B1A**);

Volume 8 – Montagem Final dos Cenários (componente **E2**) e Avaliação Crítica das Proposições Existentes (componente **B2A**);

Volume 9 – Perspectivas de Investimento (**C2**).

Esses volumes compõem a integridade dos processos e produtos de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Preliminar, contemplando, inclusive, todo o conteúdo necessário à adequação do Estado e posterior submissão à participação da sociedade, resultando, assim, na construção final do Zoneamento Ecológico-Econômico da Bahia para aprovação na Assembleia Legislativa.

Para comodidade de leitura e contextualização técnica, os textos de Apresentação e Introdução do Relatório estão inseridos em todos os volumes, garantindo a autonomia na contextualização de cada volume apresentado.

LISTA DE QUADROS

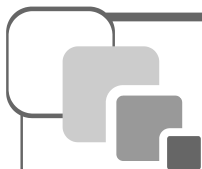
Quadro 2 – Características de cada nível de manejo do solo	25
Quadro 3 – Fonte de informação para cada tipologia de empreendimento considerado no impacto ambiental acumulado	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente no estado da Bahia	28
Figura 2 – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Grande no estado da Bahia	32
Figura 3 – Localização do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no estado da Bahia	37
Figura 4 – Localização do Território de Identidade Bacia do Paramirim no estado da Bahia	41
Figura 5 – Localização do Território de Identidade Chapada Diamantina no estado da Bahia	45
Figura 6 – Localização do Território de Identidade Irecê no estado da Bahia	49
Figura 7 – Localização do Território de Identidade Itaparica no estado da Bahia	53
Figura 8 – Localização do Território de Identidade Médio Rio de Contas no estado da Bahia	57
Figura 9 – Localização do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia no estado da Bahia	61
Figura 10 – Localização do Território de Identidade Piemonte da Diamantina no estado da Bahia	65
Figura 11 – Localização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu no estado da Bahia	69
Figura 12 – Localização do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru no estado da Bahia	73
Figura 13 – Localização do Território de Identidade Portal do Sertão no estado da Bahia	77
Figura 14 – Localização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II no estado da Bahia	81
Figura 15 – Localização do Território de Identidade Sertão do São Francisco no estado da Bahia	85
Figura 16 – Localização do Território de Identidade Sertão Produtivo no estado da Bahia	89
Figura 17 – Localização do Território de Identidade Sisal no estado da Bahia	93
Figura 18 – Localização do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia	97
Figura 19 – Localização do Território de Identidade Velho Chico no estado da Bahia	101
Figura 20 – Localização do Território de Identidade Vitória da Conquista no estado da Bahia	105
Figura 21 – Localização do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano no estado da Bahia	109
Figura 22 – Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador no estado da Bahia	114
Figura 23 – Localização do Território de Identidade Recôncavo no estado da Bahia	118
Figura 24 – Localização do Território de Identidade Baixo Sul no estado da Bahia	123
Figura 25 – Localização do Território de Identidade Costa do Descobrimento no estado da Bahia	127
Figura 26 – Localização do Território de Identidade Extremo Sul no estado da Bahia	131
Figura 27 – Localização do Território de Identidade Litoral Sul no estado da Bahia	136

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO AO ZEE-BA	21
2.	Caracterização dos Territórios de Identidade (A4).....	23
2.1	Introdução	23
2.2	Metodologia	23
2.3	Resultados	28
2.3.1.	TI Bacia do Rio Corrente.....	28
2.3.2.	TI Bacia do Rio Grande.....	32
2.3.3.	TI Bacia do Jacuípe.....	37
2.3.4.	TI Bacia do Paramirim	41
2.3.5.	TI Chapada Diamantina	45
2.3.6.	TI Irecê	49
2.3.7.	TI Itaparica	53
2.3.8.	TI Médio Rio de Contas	57
2.3.9.	TI Médio Sudoeste da Bahia	61
2.3.10.	TI Piemonte da Diamantina	65
2.3.11.	TI Piemonte do Paraguaçu.....	69
2.3.12.	TI Piemonte Norte do Itapicuru.....	73
2.3.13.	TI Portal do Sertão	77
2.3.14.	TI Semiárido Nordeste II	81
2.3.15.	TI Sertão do São Francisco	85
2.3.16.	TI Sertão Produtivo.....	89
2.3.17.	TI Sisal	93
2.3.18.	TI Vale do Jiquiriçá	97
2.3.19.	TI Velho Chico.....	101
2.3.20.	TI Vitória da Conquista.....	105
2.3.21.	TI Litoral Norte e Agreste Baiano	109
2.3.22.	TI Metropolitano de Salvador	114
2.3.23.	TI Recôncavo.....	118
2.3.24.	TI Baixo Sul.....	123
2.3.25.	TI Costa do Descobrimento	127
2.3.26.	TI Extremo Sul	131
2.3.27.	TI Litoral Sul	136
3.	Referências Bibliográficas.....	140



1. INTRODUÇÃO AO ZEE-BA

O planejamento do desenvolvimento sustentável no Brasil vem sendo estruturado a partir de um conjunto de políticas públicas que orienta e regulamenta a relação entre a dinâmica cultural da sociedade e a dinâmica ecológica dos ecossistemas, buscando uma convivência saudável e respeitosa com os bens comuns e com a diversidade cultural. Algumas políticas são referências fundamentais para o desenvolvimento do planejamento territorial sustentável, a exemplo da gestão da água, do sistema nacional de unidades de conservação, do estatuto das cidades, do saneamento ambiental, da conservação da biodiversidade, dos povos e comunidades tradicionais, entre outras.

O Estado da Bahia vem regulamentando, em suas políticas e documentos publicados, as recomendações desse conjunto de normas, tendo desenvolvido o documento *Resgatando o Planejamento Estratégico no Estado da Bahia*, com uma antevisão do período 2008-2028, que tem como missão: *"Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Estado da Bahia em bases sustentáveis, garantindo igualdade e oportunidades a todos os cidadãos, independentemente de raça, gênero e religião"*. Em suas diretrizes estratégicas, o referido documento destaca o Desenvolvimento Territorial Sustentável, definindo diretrizes específicas para a preservação e recuperação do meio ambiente e sua sustentabilidade. Entre as diretrizes estratégicas territoriais estão propostos: a elaboração de planos mestres das macrorregiões (Cerrado, Litoral Norte, Litoral Sul, Recôncavo-RMS e Semiárido) e os Planos Diretores Participativos de Desenvolvimento Sustentável dos 27 Territórios de Identidade. O documento apresenta, ainda, uma proposta de modelo de gestão, destacando princípios e valores associados à governança eficiente, eficaz, efetiva e solidária, mirando na implementação da visão de futuro, qual seja: *"ser um Estado cuja população desfrute de qualidade de vida, equilíbrio social e étnico, produtor de bens e serviços de alto valor agregado, articulado nacional e internacionalmente"*.

Neste contexto, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado da Bahia foi desenvolvido a partir da relação entre as dimensões da sustentabilidade: ecológica, social, cultural, econômico-tecnológica, política e jurídico-institucional, tendo como finalidade a promoção da equidade social, da valorização cultural, do desenvolvimento econômico e da conservação das riquezas naturais e dos bens comuns, afirmando este Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento de ordenamento territorial de macro planejamento de desenvolvimento do Estado.

O ZEE é um instrumento de planejamento, organização e gestão do território brasileiro que, segundo seu Decreto nº 4.297/2002, busca harmonizar as relações econômicas, sociais e ambientais que nele se estruturam, *"estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável"*. Requer uma abordagem integrada e compartilhada de políticas públicas e arranjos institucionais, promovendo a articulação de ações e políticas territoriais, estruturadas em uma arquitetura de governança que relacione o poder público, o segmento econômico e a sociedade civil organizada, no planejamento e na gestão do seu território. O ZEE é definido pelo Ministério do Meio Ambiente como estratégia central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil, a exemplo da questão Amazônica, do Cerrado, dos Biocombustíveis e das Mudanças Climáticas. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2013), os princípios norteadores do ZEE são: o *Participativo*, que considera o diálogo com a sociedade nas diversas fases dos trabalhos, desde a concepção até a gestão, buscando um instrumento autêntico, legítimo e exequível; o *Equitativo*, que visa garantir a igualdade de oportunidades de desenvolvimento; o *Sustentável*, que prevê a convivência saudável e harmoniosa com as riquezas naturais; o *Holístico*, que busca uma abordagem interdisciplinar na relação da dinâmica ecológica, ambiental, econômica e sociocultural; e o *Sistêmico*, enfatizando uma visão integrada e complexa, capaz de reconhecer as relações de interdependência entre os sistemas físico-biótico e socioeconômico.

De acordo com o decreto supracitado, o ZEE tem como principal objetivo a organização do território, vinculando as decisões dos agentes públicos e privados à implementação de planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizam recursos naturais. Nesse dispositivo jurídico, a finalidade maior do ZEE é assegurar a *"plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos*

ecossistemas”, estabelecendo medidas e padrões de proteção ambiental, que visam garantir a qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. O Decreto destaca ainda que, o processo de elaboração e implementação do ZEE deve buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social; contar com ampla participação democrática, compartilhando ações e responsabilidades entre o poder público e a sociedade civil; e, por fim, valorizar o conhecimento científico e multidisciplinar. O ZEE tem como resultante final a organização do território em zonas de acordo com as necessidades de proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável. As zonas deverão demonstrar utilidade e simplicidade, visando à facilitação da implementação de seus limites e restrições pelo poder público e sua fácil compreensão pelos cidadãos.

O ZEE-BA tem como principal premissa o desenvolvimento socioeconômico, inclusivo e participativo, visando promover efetivas mudanças e melhoria da qualidade de vida da população da Bahia. Esse documento se consolida, portanto, como importante ferramenta para tomada de decisões por parte do governo, da sociedade civil e do setor econômico, favorecendo a orientação articulada para a elaboração de planos de infraestrutura, logística, geração de energia, indicação de áreas de proteção ambiental e sociocultural, e outras indicações que contribuam para o desenvolvimento sustentável do território. A Lei nº 12.377/2011, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, estabelece o Zoneamento Ambiental (ZA) como importante instrumento balizador de planos de desenvolvimento. Uma breve comparação permite observar que o escopo do ZA é semelhante ao do ZEE, podendo substituí-lo para os devidos efeitos jurídicos e institucionais, conforme apresentado no artigo 17 dessa lei: *“O Zoneamento Ambiental objetiva a utilização racional dos recursos ambientais de forma a promover o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”*.

Assumindo esse importante desafio, o ZEE-BA foi desenvolvido, em sua versão preliminar, de forma articulada e dinâmica, buscando as retroalimentações necessárias à construção do instrumento e seus componentes. As metodologias utilizadas foram fundamentadas em referências científicas, publicadas e experimentadas, possibilitando adaptações consistentes no atendimento às especificidades do estado da Bahia. As análises e abordagens foram fundamentadas especialmente no reconhecimento da realidade ecológica, socioeconômica, sociocultural e político institucional do Estado, e sua articulação nacional com estratégias econômicas, logísticas, de infraestrutura, de energia, de equidade social, valorização cultural e de conservação da natureza. Em caráter preliminar, o ZEE-BA foi elaborado como uma versão propositiva, buscando contemplar a visão estruturante do Estado, na perspectiva da posterior participação da sociedade, ressaltando valores como a solidariedade, a cooperação, o diálogo, a responsabilidade compartilhada e a sustentabilidade.

Tendo partido do conhecimento dos ZEEs elaborados no Brasil, o ZEE-BA adotou como referência metodológica *lato sensu*, o conjunto de metodologias integrantes da Gestão Transdisciplinar do Ambiente (PALAVIZINI, 2006), que está estruturada em três pilares: a complexidade do planejamento territorial e a integração de políticas públicas; a efetiva participação da sociedade no planejamento e na gestão do território; e a complexidade da governança do território. Esses pilares valorizam os aspectos da transversalidade, do diálogo de saberes e conhecimentos, da efetiva participação da sociedade e da gestão integrada entre os segmentos público, social e econômico, na construção da governança do território.

Este Terceiro Relatório Básico apresenta os produtos finais do ZEE-BA Preliminar, com seus respectivos componentes, organizados em oito volumes, nos quais estão descritos os conceitos de referência, as metodologias aplicadas e os resultados obtidos no desenvolvimento dos estudos diagnósticos, assim como na definição das zonas e diretrizes, cenários e arranjos institucionais para sua implementação.



2. Caracterização dos Territórios de Identidade (A4)

2.1 Introdução

A caracterização dos Territórios de Identidade (TI) é um componente de trabalho previsto no Edital nº 001/09. Considerando a redução do escopo a que se procedeu no escopo original do contrato, o conteúdo apresentado neste Terceiro Relatório Básico contempla estudos e diagnósticos realizados no processo de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), vistos como elementos principais para a caracterização dos Territórios de Identidade.

O Brasil, dada à continentalidade de seu território, historicamente tem recorrido ao processo de subdivisão em grandes regiões para implementar as distintas políticas públicas e seus correspondentes investimentos.

DI LAURO et al (2009) afirmam que, estando à frente deste processo de expansão e desenvolvimento econômico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs o agrupamento de unidades federativas conforme suas peculiaridades e localização geográfica. A colocação em prática da ideia revelou, no entanto, uma dificuldade em alcançar-se o nivelamento do quadro econômico e social em cada região, em razão de diferenças bem acentuadas no estágio encontrado para o conjunto das regiões. Isso fez com que o planejamento regional adquirisse papéis distintos, acentuando as mazelas sociais já existentes e tornando uma região economicamente dependente da outra.

Na década de 70, foi criada a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o intuito de concentrar os anseios políticos, econômicos e sociais que pudessem minimizar as disparidades regionais até então observadas. No entanto, a Sudene se concentrou basicamente no segmento industrial, deixando os referidos anseios distantes do cenário desejado e, conseqüentemente, fazendo com que os estados fossem impulsionados a discutir um planejamento territorial.

Segundo DI LAURO et al (2009), a Bahia representou um dos estados pioneiros no processo de planejamento territorial, hoje consolidadas na forma de Regiões Administrativas, Regiões de Influência Urbana e Territórios de Identidade.

Entende-se por território de identidade uma região onde as características econômicas, culturais, ecológicas, políticas e sociais se apresentam convergentes. Ainda segundo HAESBAERT (2005) apud DI LAURO et al (2009), a formação de recortes regionais se configura mediante a interação sociedade-natureza, relações sociais concretas, desiguais e contraditórias entre múltiplas classes sociais, além de ideologias regionais fomentadoras de reconhecimento em maior escala.

Os moldes de formação dos territórios de identidade buscam envolver em suas discussões as esferas públicas e a sociedade, inclusive para que esta última se torne ainda mais atuante. Esse processo confirma os princípios da democracia participativa, uma das revelações do final do século XX hoje plenamente presentes na realidade brasileira.

2.2 Metodologia

Para a caracterização dos TIs, foram analisados, de forma exploratória, os dados secundários recolhidos e os dados resultantes da investigação da equipe técnica especializada em cada tema, e seguindo-se os aspectos a seguir apresentados:

- Aspectos gerais;
- Indicação do regime especial de uso;
- Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos;

- Indicação do impacto ambiental acumulado;
- Qualidade ambiental;
- Denúncias e demandas.

Os aspectos gerais apresentam parte das características físicas dos TIs. Foram levantadas as áreas de abrangência de cada território e a porção do Estado que estes ocupam, além de terem sido indicados os municípios que os integram. As áreas dos territórios foram obtidas a partir de consulta ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Quanto às características físicas dos territórios, foram investigados os tipos de clima existentes na região, além de outros dados referentes à precipitação local. Esses dados foram extraídos dos cartogramas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) referentes a cada tema, e posteriormente foram agrupadas as informações predominantes na área de abrangência de todos os TIs. Pesquisou-se ainda a tipologia de solo predominante nos limites de sua área, tendo como base o Projeto Radambrasil, o qual foi incorporado à biblioteca do IBGE e pertence atualmente ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) do Ministério de Minas e Energia (MME).

Por último, ainda com relação aos aspectos gerais, foram recolhidos dados a respeito de características geomorfológicas, baseados em informações já presentes no Volume 3 – Indicação das Unidades de Paisagem deste Terceiro Relatório Básico.

A indicação do regime especial de uso, aliada à questão de preservação, conservação e manejo controlado, visa relacionar, quando possível, as atividades econômicas com graus de restrição no ambiente mediante presença de áreas especiais e comunidades tradicionais, por exemplo. Deve-se atentar para o fato de que qualquer intervenção antrópica sobre o ambiente implica perturbações no fluxo de matéria e energia sobre os componentes físicos e bióticos.

A existência e localização de Unidades de Conservação (UC) do Estado foram confirmadas no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), considerando as esferas administrativas municipais e estadual, e no Ministério do Meio Ambiente (MMA), para a esfera administrativa federal.

A presença de Territórios Indígenas e Quilombolas foi averiguada através de estudos fornecidos pelo Projeto Integrado de Pesquisa “A Geografia nos Assentamentos da Área Rural” (Projeto GeografAR), do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia que, desde 1996, desenvolve as suas pesquisas, tendo como proposta analisar o processo de (re)produção do espaço geográfico no campo baiano, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades.

Outro aspecto considerado são os sítios arqueológicos, que foram verificados a partir de informações do Bahia Arqueológica quanto à sua localização e características fundamentais.

Para a análise das cavernas existentes na Bahia, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) forneceu arquivos com a espacialização das cavidades naturais subterrâneas já prospectadas por pessoas físicas, grupos ou instituições, cujos dados foram publicados em diversos meios de divulgação e sistematizados, geoespalizados e analisados até setembro de 2011. É oportuno observar que, no entanto, esses arquivos não representam todo o universo de cavernas existentes no território baiano.

A indicação do Patamar Tecnológico dos Arranjos Socioprodutivos priorizou a identificação dos arranjos de maior ocorrência no Estado, com o objetivo de apresentar o nível de manejo dos solos de cada um destes. Para identificação do tipo de manejo do solo associado ao patamar tecnológico, foi utilizado como referencial o manual publicado pela Embrapa, de Ramalho Filho e Beek (1995). Nesse documento, especificam-se os níveis de manejo em A, B ou C, cujas descrições encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Características de cada nível de manejo do solo

NÍVEL DE MANEJO	CARACTERÍSTICAS
A	Baseado em práticas agrícolas que refletem baixo nível tecnológico; praticamente não há aplicação de capital para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; as práticas agrícolas dependem do trabalho braçal, podendo ser utilizada alguma tração animal com implementos agrícolas simples.
B	Baseado em práticas agrícolas que refletem nível tecnológico médio; caracteriza-se pela modesta aplicação de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; as práticas agrícolas estão condicionadas principalmente à tração animal.
C	Baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico; caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisas para o manejo, melhoramento e conservação das condições das terras e das lavouras; a motomecanização está presente em diversas fases da operação agrícola.

Fonte: Ramalho Filho e Beek, 1995.

Com relação à ocorrência dos arranjos no Estado, além das considerações feitas pelos profissionais especializados da equipe técnica, as referências que balizaram a discussão foram as pesquisas de Produção Agrícola Municipal (PAM) e de Produção da Pecuária Municipal (PPM), ambas realizadas pelo IBGE. Os dados utilizados consideraram as informações do ano de 2010 e foram adotados como variáveis de interesse, o valor da produção (R\$) e a área plantada (ha). Para essa análise de área plantada e valor de produção, excetuam-se os arranjos que lidam indiretamente com o manejo do solo, tais como os arranjos produtivos da apicultura e criação de gado (bovino, ovino e caprino), além de sistemas avícolas, por apresentarem números específicos, como produção em quilos de mel, em número de cabeças de gado e de aves. Finalmente, com base na investigação e experiência da equipe técnica especializada, os níveis tecnológicos foram determinados para cada arranjo, e, posteriormente, agrupados por TI.

Para a indicação dos impactos ambientais acumulados nos diversos territórios, foram avaliados os potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas. Primeiramente, buscou-se fazer o levantamento dos empreendimentos do estado da Bahia e relacioná-los com seus respectivos potenciais poluidores. Essa etapa foi realizada aplicando-se o estabelecido no Anexo Único do Decreto Estadual nº 14.032 de Junho de 2012, em que se relacionam tipologias e portes de empreendimentos e atividades econômicas, assim como, seus respectivos potenciais poluidores, como pode ser observado no anexo deste volume.

Convém ressaltar que, nem todos os empreendimentos indicados pela legislação apresentam dados sistematizados por fontes oficiais, o que impossibilitou que a análise do impacto ambiental acumulado nos TIs considerasse todas as atividades estabelecidas no Anexo Único do Decreto nº 14.032/12. Tendo tal decreto como referência, a análise dos empreendimentos voltados para a piscicultura, a ranicultura, a malacocultura, a biotecnologia, a urbanização, o turismo e lazer, foi inviabilizada em função da ausência de dados oficiais. As tipologias dos empreendimentos considerados e suas respectivas fontes de informação podem ser verificadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Fonte de informação para cada tipologia de empreendimento considerado no impacto ambiental acumulado

TIPOLOGIA DO EMPREENDIMENTO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Agricultura	Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE (2010a)
Silvicultura	
Agricultura familiar	Censo Agropecuário – IBGE (2006)
Pecuária	Produção da Pecuária Municipal (PPM) – IBGE (2010b)
Criações Confinadas	
Carcinicultura em Viveiros Escavados	INEMA (2009)
Agricultura Familiar	Censo Agropecuário – IBGE (2006)
Mineração	Guia Industrial do estado da Bahia Federação das Indústrias do estado da Bahia – FIEB (2012)
Indústrias	
Transporte	
Serviços	
Obras Cíveis	

Fonte: Consórcio Geohidro-Sondotécnica, 2013.

Com relação à qualidade ambiental, as informações foram obtidas no Volume 5 deste Terceiro Relatório Básico – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental (A3) para os aspectos relacionados às águas superficiais, ao solo, ao ar e à biodiversidade. Como o objetivo é caracterizar o território, foram recolhidos e sintetizados os dados mais representativos para os aspectos de interesse nessa caracterização. Vale salientar que as fontes de informação para esses dados foram as mesmas consultadas para composição do volume citado inicialmente, tratando, portanto, a informação neste volume como uma síntese, cingindo-se ao essencial para caracterizar os TIs.

No que diz respeito à qualidade das águas, foram condensadas as informações quanto ao Índice de Qualidade da Água (IQA) e ao Índice do Estado Trófico (IET), a existência de empreendimentos industriais e a disposição final dos esgotos sanitários produzidos nas sedes municipais. Para a qualidade do ar, foram pesquisadas fontes de emissão de poluentes atmosféricos, considerando a concentração de veículos e indústrias por município, além da concentração e localização de mineradoras em todo o Estado. A qualidade do solo foi discutida fundamentando-se em dados relacionados à ocorrência de queimadas, o tipo de uso do solo e a cobertura vegetal e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

A qualidade ambiental da biodiversidade buscou integrar fatores que elevam ou atenuam condições ambientais existentes relacionadas à riqueza de espécies, cobertura vegetal nativa, variabilidade física e áreas especiais. Diversos planos de informação geográficos foram integrados de modo a fornecer em conjunto um resultado quali-quantitativo das tipologias de qualidade da biodiversidade. Foram sintetizadas para a caracterização dos TIs as informações quanto à vegetação remanescente, e as ocorrências de áreas que possuem relevância para a biodiversidade, quais sejam:

- Áreas de Importância Biológica;
- Important Bird Areas – IBA;
- Key Biodiversity Areas – KBA;
- Áreas prioritárias para a Cadeia do Espinhaço;
- Brazilian Alliance for Zero Extinction – BAZE.

A respeito da vegetação remanescente, os percentuais calculados para todos os TIs refletem os dados pesquisados quanto aos remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, realizando um recorte para o estado da Bahia, de acordo com as informações do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite destes biomas. Quanto à cobertura vegetal, as informações correspondem às áreas que possuem cobertura vegetal de acordo com o PROBIO, independente do seu estágio de sucessão.

Por fim, o tópico denúncias e demandas buscou investigar os autos de infração ambiental e as principais demandas identificadas em documentos oficiais a partir de eventos com participação social.

Entende-se por auto de infração ambiental um procedimento formal que identifica negligência ou desrespeito à legislação ambiental. São aplicadas penalidades ao infrator conforme o nível de atividades passíveis de punição, apurando-se a existência e a permanência dessas infrações onde a fiscalização pública tem poder de polícia para definir atos administrativos pertinentes ao princípio da legalidade. O infrator toma conhecimento do processo mediante entrega direta do fiscal ou por correio, neste último caso por meio de Aviso de Recebimento (AR). De acordo com o Art. 175-A da Lei n 12.377/11, estão habilitados para fiscalização *“autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo, os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) e Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGREH) designados para as atividades de fiscalização.”*

Os dados para identificação dos autos de infração foram investigados no sistema de banco de dados geográficos, o Geobahia, onde os procedimentos de autuação advêm de notificações do Inema e do Ministério Público. Desses dados, foram agrupadas as autuações e notificações por município e posteriormente por TI, com o intuito de verificar quais atividades antrópicas apresentam maior participação no território ou que denotam maiores repercussões negativas sobre o meio ambiente. O processo de trabalho implicou, também o acompanhamento da tramitação dos autos, observando-os se se em andamento ou em fase de finalização.

As demandas relativas aos anseios da população foram registradas a partir de eventos recentemente promovidos pelo Governo do Estado e prefeituras, pautados em frentes setoriais importantes para a construção e desenvolvimento da sociedade. Aproveitaram-se registros e documentos oficiais obtidos durante os eventos, dentre eles o Plano Plurianual Participativo (2012-2015), Conferência Estadual de Cultura e Conferência Estadual de Meio Ambiente. Deste modo, foram revistos os registros feitos nas localidades contempladas pelos referidos eventos nos seguintes temas: meio ambiente, infraestrutura, agricultura e logística. Atentou-se para aquelas demandas que mais se aproximavam do propósito do ZEE, balizando os interesses econômicos, ensejos sociais e a defesa pela preservação do meio ambiente.

2.3 Resultados

2.3.1. TI Bacia do Rio Corrente

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Rio Corrente, inserido na macrorregião Cerrado, possui uma área de 44.778,4 km², equivalente a 8,0% do território do Estado e engloba os municípios de Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Corretina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

Compreende áreas sob influência predominante de clima úmido a Subúmido e Subúmido, com precipitações médias anuais em torno de 950 a 1.450 mm e 850 a 1.050 mm, respectivamente.

Trata-se do território com maior número de tipos de solos existentes no Estado. Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 49% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos e Cambissolos Háplicos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 40% da área do território.

Destaca-se no TI Bacia do Rio Corrente a presença de quatro unidades geomorfológicas:

Chapadão Central, Patamar do Chapadão, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

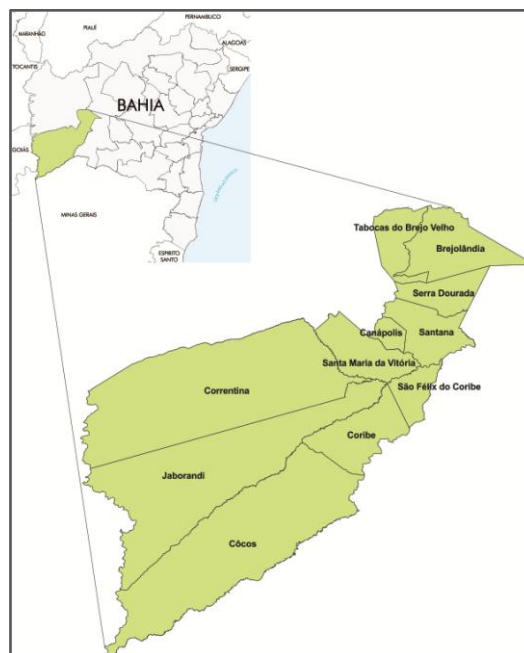


Figura 1 – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território encontram-se legalmente protegidas, tendo sido identificadas 10 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida corresponde a cerca de 6% da extensão territorial do TI. Mais de 95% dessa área é constituída por áreas de proteção integral, nomeadamente o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano que contempla aproximadamente 129.418 ha e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, com cerca de 123.626 ha. Observa-se um número expressivo de unidades do tipo Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que se concentra no município de Cocos.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR e CDA, do ano de 2012, foi identificada comunidade quilombola no TI Bacia do Rio Corrente. Trata-se da comunidade de Montevidinha, localizada no município de Santa Maria da Vitória. No entanto, segundo dados do Projeto GeografAR, do ano de 2011, não há registro de associações ou colônias de pescadores artesanais no território.

No que se refere a registros de sítios arqueológicos, documentos elaborados pelo Bahia Arqueológica revelam não haver tais registros. Por outro lado, segundo dados do CECAV (2011), o território apresenta 137 cavernas, sendo o terceiro TI com maior número de registros quantificados. Esses registros se concentram, em sua maioria, nos municípios de Coribe, São Félix do Coribe e Santana.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O TI Bacia do Rio Corrente tem como maiores arranjos produtivos rurais o algodão, o gado bovino e os cultivos de milho, café e soja.

O algodão se apresenta como um arranjo produtivo rural mecanizado, com o manejo do solo de nível C, ou seja, de alto nível tecnológico. Essa *cultivar* reflete uma lavoura intensiva em mecanização e insumos químicos. De outro lado, a bovinocultura tem como a tecnologia predominante a pecuária extensiva em grandes propriedades de terra, conduzidas por pecuaristas semi-extrativistas dos recursos naturais. O manejo do solo se baseia em tecnologias de médio a alto nível, sendo classificado nos níveis B e C. Os maiores destaques do território em número de cabeças de gado são os municípios de Correntina, Coribe e Angical.

O cultivo de café neste território é uma atividade de média a elevada complexidade tecnológica. Os investimentos em irrigação e na melhoria geral dos cafezais são elevados. Seu manejo do solo é classificado como nível C, justamente devido ao uso de tecnologias de nível alto. O município de Cocos apresenta o maior valor de produção do território.

A sojicultura possui mecanização e insumos químicos e seu principal agente responsável é o produtor familiar modernizado e com escala produtiva. O manejo do solo para este arranjo está classificado no nível C, referido como de alto nível de tecnologia.

O cultivo do milho neste TI configura uma lavoura intensiva em mecanização, exigindo poucos recursos humanos, até mesmo para a operação das máquinas. Os agentes produtivos são de caráter familiar capitalizado e integrado na cadeia produtiva, além dos empresários de médio porte. Os municípios de maior destaque em área plantada e valor de produção são Jaborandi e Correntina, e o manejo do solo é realizado com alto nível de tecnologia, ou seja, nível C.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Rio Corrente apresenta um total de 50 indústrias cujos empreendimentos estão mais concentrados nos municípios de Santa Maria da Vitória, com 40% das unidades levantadas e Santana, com quase 30%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 62% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Santa Maria da Vitória (14), Santana (6) e Correntina (5). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (48%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 18% do total dos empreendimentos mapeados e as poucas indústrias encontram-se dispersas no território. Em Santana, há destaque para empreendimento de serviço especializado para construção, classificado neste grupo. O segmento que tem maior representatividade é o de fabricação de alimentos e bebidas, com 67% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 20% do total de indústrias existentes no TI Bacia do Rio Corrente. Os municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe possuem indústrias extrativas que se classificam neste grupo. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de alimentos e bebidas, respondendo por cerca de 40% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são as produções de algodão, mandioca, café, milho, mamão, cana de açúcar e soja, todas consideradas de médio potencial poluidor, de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Bacia do Rio Corrente ocupa a terceira posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), sendo superado apenas pelos TIs Bacia do Rio Grande e Semiárido Nordeste II.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, possui 694,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Correntina, Coribe e Serra Dourada destacam-se por concentrar em torno de 36% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Canápolis aparece como o menos expressivo, com 20.835 cabeças. Dentre os dois territórios integrantes na macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Corrente, apesar de ser um grande criador de gado, possui números menos expressivos que equivalem a 86% das cabeças de gado do TI Bacia do Rio Grande. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Bacia do Rio Corrente é o quarto mais representativo com relação à criação de bovinos, sendo responsável por 6,6% do rebanho de bovinos da Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. Não há registro de criação de bubalinos em nenhum município do TI, enquanto a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo, ocorrendo em todos os municípios do TI Bacia do Rio Corrente. Destacam-se os municípios de Santana e Serra Dourada, que representam 39% do total de equinos no TI. A criação de muares exibe os menores valores e também é destaque em Santana. Em comparação com os dois TIs da macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Corrente possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor, sendo sempre superada pelo TI Bacia do Rio Grande.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (364,8 mil cabeças) e suínos (65,1 mil cabeças). Santana traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 7.374 e 15.857 animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Bacia do Rio Corrente ocupa a 17ª posição em número de estabelecimentos na Bahia. Em 2006, este território apresentou cerca de 20 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se, sobretudo, em Correntina, Santa Maria da Vitória, Tabocas do Brejo Velho e Santana, onde o conjunto detém mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de São Félix do Coribe possui apenas 433 destes estabelecimentos familiares.

Em relação à silvicultura da região, só há registros relacionados à extração de carvão vegetal, atividade com médio potencial poluidor. De acordo com o IBGE, no ano de 2010 foram extraídas 2.400 toneladas de carvão vegetal no TI, referente ao município de Jaborandi apenas.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Bacia do Rio Corrente apresentam-se resultados para oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, o resultado revela uma condição aceitável em todos os pontos: Cocos (rio Itaguari), Jaborandi (Formoso), Correntina (rio Corrente e rio Guara), São Félix do Coribe (rio Corrente) e Santana (rio Corrente). Para o IET, a condição se encontra igualmente satisfatória, apresentando uma condição aceitável para todos os pontos.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Santa Maria da Vitória e Canápolis. Proporcionalmente, os mesmos municípios possuem os maiores percentuais de não atendimento.

Encontra-se nesse território a presença de um empreendimento industrial que desenvolve atividade com potencial de poluição das águas superficiais. Tal empreendimento está voltado principalmente para agroindústria e se concentra mais na região do município de Jaborandi.

Para a qualidade do ar, o TI Bacia do Rio Corrente não apresenta nenhum município com população urbana maior do que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e à qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a atividade do desdobramento de madeira que está localizada no município de Correntina. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de manganês e calcário. Identificou-se também a presença de mineradora na fase de requerimento de registro de extração de cascalho.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo pela inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Cocos e Correntina. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, ocupando 15% do território. A cobertura vegetal é ainda mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 82% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Área de Importância Biológica e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 64% da área do TI Bacia do Rio Corrente.

▪ Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Bacia do Rio Corrente, constatarem-se sete notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos e extração de calcário sem licença ambiental. Não foram observadas atuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades antrópicas que receberam notificações do Inema e que interferem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam predominantemente em Santa Maria da Vitória.

Das demandas da população residente no TI Bacia do Rio Corrente, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do algodão, pode-se citar ainda a modernização e ampliação dos terminais portuários para atendimento das demandas e desenvolvimento de parcerias, convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de unidades de conservação nas nascentes do cerrado e a disponibilização de profissionais para auxílio no uso correto de agrotóxicos são indicadas pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação do potencial de implantação da ferrovia, criando áreas de transbordo (porto seco), e estabelecimento de convênios das prefeituras com o Estado, para a obtenção de recursos para construção de estradas vicinais, além da manutenção e recuperação das estradas existentes.

2.3.2. TI Bacia do Rio Grande

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Rio Grande, inserido na macrorregião Cerrado, compreende uma área de 75.841,1 Km², equivalente a 13,3% do território do Estado e engloba os municípios de Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Úmido a Subúmido e Subúmido a Seco, com precipitações médias anuais em torno de 950 a 1.450 mm e 800 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 70% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos e Litólicos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 20% da área do território.

Destaca-se no TI Bacia do Rio Grande a presença de seis unidades geomorfológicas: Chapadão Central, Patamar do Chapadão, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

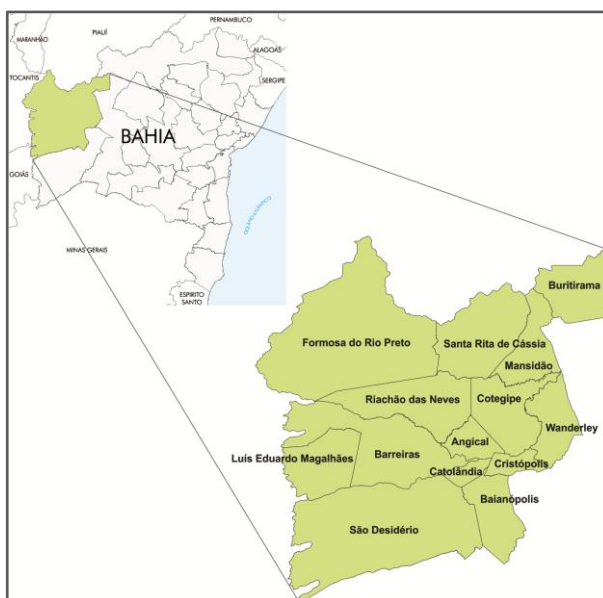


Figura 2 – Localização do Território de Identidade Bacia do Rio Grande no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas oito unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida corresponde a 21% da extensão do TI Bacia do Rio Grande.

A maioria das unidades é de uso sustentável, excetuando-se o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba e a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, em caráter de proteção integral. Entre as oito unidades de conservação presentes, a APA do Rio Preto é a que mais se destaca, já que abrange uma área de aproximadamente 1.159.412 ha, totalmente inserida no território, seguida da APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, com cerca de 1.028.985 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, a existência de comunidades de aquicultura e pesca é observada em três municípios (Barreiras, Cotegipe e Riachão das Neves), com um total de seis associações e colônias. No que diz respeito aos quilombolas, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, registra-se a presença destas nos municípios de Barreiras, Buritirama e Wanderley.

Segundo dados do Bahia Arqueológica, não constam registros quanto a sítios arqueológicos no TI Bacia do Rio Grande. De outro lado, dados do CECAV (2011) revelam que o território apresenta número expressivo de cavernas (190 registros), destacando-se o município de São Desidério como o que reúne a maior quantidade dessas cavernas.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI da Bacia do Rio Grande são o algodão, avicultura integrada, bovinocultura, caprinocultura/ovinocultura, cafeicultura, sojicultura e os cultivos de milho e mamona, sendo o último em menor escala.

O algodão configura um arranjo produtivo rural mecanizado, com o manejo do solo de nível C, ou seja, de alto nível tecnológico. Consiste numa lavoura intensiva em mecanização e insumos químicos. Esse território representa os maiores números em termos de área plantada e valor da produção do Estado.

A avicultura integrada caracteriza-se por estar em fase de expansão, com um sistema de integração vertical que incorpora o avicultor ao frigorífico. O município de Barreiras é o que possui o maior número de cabeças de galinha dentro do território, e o manejo do solo baseia-se em alto nível de tecnologia, sendo classificado como nível C.

A bovinocultura tem como a tecnologia predominante a pecuária extensiva em grandes propriedades de terra, conduzidas por pecuaristas semi-extrativistas dos recursos naturais. O manejo do solo baseia-se em tecnologias de médio a alto nível, sendo classificado nos níveis B e C. Os maiores destaques do território em número de cabeças de gado são os municípios de Wanderley, Barreiras e Cotegipe.

O cultivo de café neste território é uma atividade de média à elevada complexidade tecnológica e os investimentos em irrigação e na melhoria geral dos cafezais são elevados. O manejo do solo é classificado como de nível C, justamente devido ao uso de tecnologias de nível alto. Os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério apresentam os maiores valores de produção e as maiores áreas plantadas do território. Já a caprinocultura/ovinocultura é praticada apenas em caráter de criação de fundo de quintal ou atividade complementar, baseando-se em baixo nível tecnológico para o manejo do solo e sendo, portanto, classificado como nível A. Dentro do território, o Município de Butirama é o maior destaque neste arranjo.

O cultivo de mamona é o menos expressivo dentre os arranjos no território. Há a participação de alguns agricultores familiares e médios produtores, no entanto, os rendimentos são baixos. Além de não constituir uma atividade muito representativa, o manejo do solo é realizado com baixo nível de tecnologia, utilizando trabalho essencialmente braçal, fazendo com que o arranjo se enquadre no nível A.

O cultivo do milho configura uma lavoura intensiva em mecanização, exigindo poucos recursos humanos até para a operação das máquinas. Os agentes produtivos são de natureza familiar capitalizado e integrado à cadeia produtiva, e, os empresários, de médio porte. Os municípios de maior destaque em área plantada e valor de produção são São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Quanto ao manejo do solo, este é realizado com alto nível de tecnologia, ou seja, nível C.

A sojicultura é desenvolvida com base na mecanização e utilização de insumos químicos. Seu principal agente responsável é o produtor familiar modernizado e com escala produtiva e com perspectivas favoráveis uma vez que o próprio mercado sinaliza para uma demanda crescente. O manejo do solo para este arranjo está classificado no nível C, baseando-se em alto nível de tecnologia.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados no território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Rio Grande apresenta um total de 178 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Barreiras, com pouco mais de metade dos empreendimentos levantados e Luís Eduardo Magalhães, com pouco mais de 30%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 38% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios inicialmente citados, onde juntos somam 64 dos empreendimentos do território. Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (32%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 28% do total dos

empreendimentos mapeados e concentram-se, em sua maioria, do mesmo modo que aquelas com baixo potencial poluidor, nos municípios de Barreiras (24) e Luís Eduardo Magalhães (20). Em Barreiras, podem-se destacar empreendimentos ligados à construção de edifícios e obras de terraplenagem, e obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicação. Já em Luís Eduardo Magalhães, observam-se empreendimentos de construção de edifícios, instalações elétricas e recuperação de materiais plásticos que se classificam neste grupo. Apenas em São Desidério é registrado um empreendimento ligado à montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas. Os segmentos que apresentam maior destaque neste grupo são o de fabricação de alimentos e bebidas, com 37% dos empreendimentos, e de fabricação de produtos de metal, com cerca de 31%.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 34% do total de indústrias existentes no TI Bacia do Rio Grande. Nos municípios de Barreiras e São Desidério se encontram indústrias extrativas, e, ainda, em São Desidério, empreendimentos de geração de energia elétrica, todos classificados neste grupo. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e de material plástico, de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 33% dos empreendimentos deste grupo e também pelo setor de artigo de vestuário e acessórios, com 29% dos empreendimentos.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são as produções de café, algodão, mamona, milho e soja, todas consideradas de médio potencial poluidor, de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Bacia do Rio Grande é o mais expressivo em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), ocupando o equivalente a cerca de 28% das áreas de lavoura temporária e permanente do estado do Bahia.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está enquadrada como de potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exige 806,2 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Wanderley, Barreiras e Cotegipe destacam-se por concentrar em torno de 40% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Catolândia aparece como o menos expressivo, com 11.775 cabeças. Dentre os dois territórios da macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Grande é o maior criador de gado, com aproximadamente 54% das cabeças de gados da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Bacia do Rio Grande é o terceiro mais representativo com relação à criação de bovinos (7,6% dos bovinos da Bahia), ficando à sua frente apenas os TIs Médio Sudoeste da Bahia e Extremo Sul.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas nos municípios de Cotegipe e Riachão das Neves. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios da Bacia do Rio Grande, sendo que a maior concentração do território está no município de Riachão das Neves com 12,7% do total. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos ocorrendo em todos os municípios. Em comparação com os dois TIs da macrorregião Cerrado, o TI Bacia do Rio Grande possui números mais expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor, superando o TI Bacia do Rio Corrente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,3 milhões de cabeças), suínos (63,2 mil cabeças) e ovinos (61,2 mil cabeças). Barreiras traz indicações de maior expressividade nos dois primeiros arranjos mencionados, enquanto que São Desidério se destaca na criação de suínos. A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 36.341 animais.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Bacia do Rio Grande ocupa a 16ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, sendo o que mais se destaca na macrorregião Cerrado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 21 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Baianópolis, Santa Rita de Cássia e Buritirama, onde o conjunto detém cerca de 33% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Luís Eduardo Magalhães possui apenas 144 destes estabelecimentos familiares.

▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais do TI Bacia do Rio Grande, apresentam-se resultados para oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos: São Desidério (rio das Fêmeas), Barreiras (rio Grande, rio de Ondas e rio Rio de Janeiro), Riachão das Neves (rio Branco), Mansidão (rio Preto), Wanderley (rio Grande). Para o IET, as condições são igualmente satisfatórias, apresentando uma condição aceitável em todos os pontos.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. No entanto, proporcionalmente, o município que apresenta o segundo maior percentual de não atendimento é Wanderley, ficando atrás apenas do já citado anteriormente Barreiras.

Encontra-se nesse território um empreendimento industrial que desenvolve atividade com potencial de poluição das águas superficiais. Esse empreendimento está voltado principalmente para agroindústria e se concentra mais na região do município de Luís Eduardo Magalhães.

Para a qualidade do ar, o TI Bacia do Rio Grande tem como destaque os municípios Barreiras e Luís Eduardo Magalhães com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a indústria ligada à fabricação de produtos químicos inorgânicos que está localizada no município de Luís Eduardo Magalhães. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de manganês, calcário e água mineral. Foi identificada também mineradora na fase de requerimento de registro de extração do cascalho.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, a grande maioria dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição. Apenas o município de Barreiras não utiliza este tipo de descarte, contando com aterro sanitário convencional para dispor os seus resíduos mais adequadamente.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios do território, estando concentradas especialmente nos municípios de Barreiras e Formosa do Rio Preto. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agricultura, ocupando 14% do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 81% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 64% da área do TI Bacia do Rio Grande.

▪ Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Bacia do Rio Grande constatarem-se nove notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre transporte de produtos perigosos sem licença ambiental, lançamento *in natura* de efluentes domésticos no rio Grande e edificações em Área de Preservação Permanente. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que todas as atividades antrópicas que receberam notificações do Inema e que interferem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Barreiras.

Das demandas da população residente no TI Bacia do Rio Grande, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais

e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do algodão, pode-se citar ainda a modernização e ampliação dos terminais portuários para atendimento das demandas, o desenvolvimento de parcerias e convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia. Para o café, destaca-se também o estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador na governança da cadeia do café na Bahia; a estruturação da oferta do café de acordo com as características especiais demandadas pelo mercado e financiamento para renovação de lavouras e novos plantios, com infraestrutura de qualidade.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a ampliação dos programas de recuperação de matas ciliares nas nascentes e áreas degradadas e a implantação de escritório com infraestrutura da Casa do Meio Ambiente em Luís Eduardo Magalhães são indicadas pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se: a ampliação da cobertura da telefonia móvel e sinal de televisão; construção de pistas de pousos; fortalecimento do modal aquaviário, que favoreça o TI e investimentos em estradas.

2.3.3. TI Bacia do Jacuípe

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Jacuípe, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km², equivalente a 2,9% do território do estado e engloba os municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Subúmido a Semiárido e Semiárido com precipitações médias anuais variando de 600 a 1.000 mm e 400 a 700 mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 68% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos Eutrófico e Latossolos Vermelho-Amarelos Distrófico Aluminico, que juntos, representam 24% de solos presentes no território.

Destaca-se no TI Bacia do Jacuípe a presença de três unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Sertanejo e Tabuleiros Interioranos.

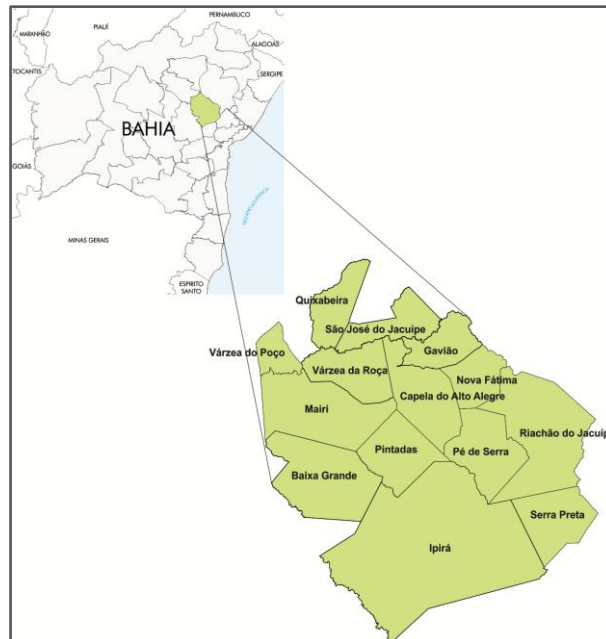


Figura 3 – Localização do Território de Identidade Bacia do Jacuípe no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas nos municípios de Riachão do Jacuípe e Várzea da Roça, estimando um universo total de duas comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, identificou-se a existência da comunidade Alto do Capim, localizada em Quixabeira.

Não constam, segundo dados do Bahia Arqueológica, registros de sítios arqueológicos neste território. O CECAV também não apresenta registros de cavernas no território.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI da Bacia do Jacuípe possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de mamona.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e constitui uma atividade predominantemente familiar, dividindo-se com outras atividades, constituindo, portanto, como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de

renda e emprego. Este arranjo não constitui uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Jacuípe apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada no município de Ipirá, com cerca de metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, pouco mais de 60% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Riachão do Jacuípe. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de vestuários e artigos e artefatos de couro (60%), de fabricação de alimentos e bebidas (13%) e o de móveis e produtos de madeira (13%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Ipirá (2) e Mairi (2). Os segmentos que têm maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e bebidas (57%) e de fabricação de produtos de metal (29%).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 25% do total de indústrias existentes do TI Bacia do Jacuípe. Neste grupo, destaca-se um empreendimento em Riachão do Jacuípe voltado à extração de pedra, areia e argila e um empreendimento em Ipirá de extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelos setores de fabricação de minerais não metálicos (58%) e fabricação de produtos químicos e de produtos derivados do petróleo (17%).

A atividade relacionada com a agricultura que mais se destaca no território é o cultivo de mamona, considerada de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 25ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe supera em área cultivada apenas o TI Itaparica.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 441 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Ipirá, Riachão do Jacuípe e Mairi destacam-se por concentrar em torno de 44% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Quixabeira aparece como o menos expressivo, com 7.450 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 6ª posição, com 6,9% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, a Bacia do Jacuípe ocupa a 11ª posição, com 4,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas três municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Ipirá e Mairi que representam cerca de 39% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Mairi, Pé de Serra e Riachão do Jacuípe com 45% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 16ª e a 11ª posição em criação de muares e equinos respectivamente, é responsável também pelo nono maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupos das aves (263,2 mil cabeças) e dos ovinos (201,9 mil cabeças). Várzea do Poço traz indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado, enquanto que Ipirá concentra mais da metade dos ovinos do TI. A criação de suínos (41,2 mil cabeças) e de caprinos (47,6 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, com destaque para a caprinocultura desenvolvida no município de Ipirá que concentra quase 40% do TI Bacia do Jacuípe.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Bacia do Jacuípe ocupa a 12ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número mediano com relação a todo o Estado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 24 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Ipirá e, em menor proporção, em alguns outros municípios como Riachão do Jacuípe, Várzea da Roça, Baixa Grande e Mairi, onde o conjunto detém pouco mais do que a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Gavião possui o menor número do território, com 588 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Bacia do Jacuípe apresentam-se resultados para cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em Ipirá (rio Peixe), Mairi e Gavião (rio Jacuípe), e uma condição regular em Ipirá e Riachão do Jacuípe (rios Pratigi e Jacuípe, respectivamente). Para o IET, as condições se encontram numa situação menos favorável, apresentando uma condição crítica em todos os pontos, exceto em Mairi, onde percebeu-se a indicação de condição aceitável.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita tais contribuições em fossas, predomina nos municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe. No entanto, proporcionalmente, além de Ipirá e Riachão do Jacuípe, os municípios de Nova Fátima e Mairi apresentam um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território sete empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se concentram mais na região do município de Riachão do Jacuípe.

Para a qualidade do ar, o TI Bacia do Jacuípe não apresenta nenhum município com população urbana maior que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, também não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de granito.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, em razão de inadequada disposição final dos resíduos sólidos, a maior parte dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Ipirá e Serra Preta não utilizam este descarte, contando aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Ipirá e Riachão do Jacuípe. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando 41% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 59% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 26% da área do TI Bacia do Jacuípe.

▪ **Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Bacia do Jacuípe constataram-se 11 notificações apresentadas pelo Inema, que ocorrem basicamente sobre: instalação e operação de Estação Rádio Base sem ter firmado o Termo de Compromisso de Responsabilidade Ambiental – TCRA; disposição inadequada de resíduos

sólidos urbanos e supressão da vegetação para implantação de áreas residenciais. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Mairi e Ipirá, correspondendo a 64% das autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Bacia do Jacuípe, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado e a divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia".

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a revitalização da Bacia do Jacuípe e o desenvolvimento de políticas para controle do desmatamento são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a implantação de mais terminais rodoviários nos municípios e a melhoria das estradas, inclusive as vicinais.

2.3.4. TI Bacia do Paramirim

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Bacia do Paramirim, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.155,5 km², equivalente a 1,8% do território do Estado e engloba os municípios de Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires e Tanque Novo.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 700 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Neossolos Litólicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

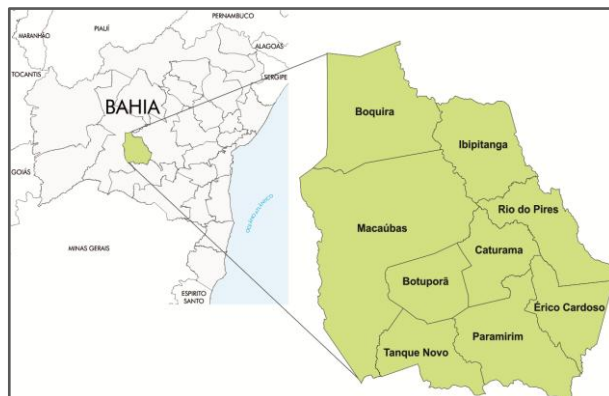


Figura 4 – Localização do Território de Identidade Bacia do Paramirim no estado da Bahia

Destaca-se no TI Bacia do Paramirim a presença de cinco unidades geomorfológicas: Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Setentrionais e Várzea e Terraços Aluvionares.

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, sendo identificadas apenas uma unidade de conservação que está parcialmente inserida no território. A área total protegida corresponde a 1,38% da extensão do TI Bacia do Paramirim. A APA Serra do Barbado está contida nos municípios de Érico Cardoso e Rio do Pires, caracterizando-se por ser uma unidade de âmbito estadual, para fins sustentáveis. Cerca de 20% da área total desta unidade está inserida no TI Bacia do Paramirim, com sua maior parcela de área localizada no TI Chapada Diamantina.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, há apenas uma associação pesqueira no TI Bacia do Paramirim, localizada no município de Macaúbas. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, identificou-se a existência de comunidades no município de Érico Cardoso.

No território, segundo o Bahia Arqueológica, foram identificados oito sítios arqueológicos em dois de seus municípios. Esses sítios são relevantes em arte rupestre associada a ocupações do período Pré-Colonial. Vale citar os sítios Gameleira, Pedra Branca e Pajeú, sendo os dois primeiros localizados no município de Paramirim e último no município de Macaúbas. Em relação à existência de registros espeleológicos, também se identificam três cavernas, nomeadas Abismo do Barreiro, Abrigo do Pajeú e Gruta do Pajeú (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Bacia do Paramirim possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de mandioca e milho.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O

patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo, portanto, classificado no nível A.

Os cultivos de mandioca e milho são realizados de forma incipiente e como produção para subsistência, não configurando uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Bacia do Paramirim apresenta um total de 37 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Macaúbas, com cerca de 32% e Paramirim, com pouco mais de 24% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 53% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Paramirim e Tanque Novo. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de minerais não metálicos (35%), de fabricação de artigos de vestuário e acessórios (20%) e impressão e reprodução de gravações (20%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Macaúbas (4). Neste grupo, destaca-se um empreendimento em Paramirim voltado para a construção. O segmento de maior destaque é o de fabricação de alimentos, com cerca de 60% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 32% do total de indústrias existentes do TI Bacia do Paramirim. Neste grupo, destacam-se dois empreendimentos em Macaúbas: um voltado à extração de pedra, areia e argila e um voltado à extração de minerais não metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e minerais não metálicos, respondendo por 83% dos empreendimentos.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca e milho, considerados de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Bacia do Paramirim ocupa a 23ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Bacia do Paramirim supera em área cultivada apenas os TIs Itaparica, Bacia do Jacuípe e Médio Sudoeste da Bahia.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 122,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). O município de Macaúbas destaca-se por concentrar em torno de 24% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Érico Cardoso aparece como o menos expressivo, com 7.500 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, Bacia do Paramirim supera somente o TI Itaparica em número de cabeças de gado, ocupando a 17ª posição. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Bacia do Paramirim é o quarto menos representativo com relação à criação de bovinos, ficando em sua frente apenas os TIs Metropolitano de Salvador, Itaparica e Baixo Sul.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Macaúbas e Paramirim, que juntos concentram mais de 51% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Botuporã, Macaúbas e Paramirim que representam 58% do total de equinos no TI. Não há criação de bubalinos em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Bacia do Paramirim ocupa a 16ª e a 13ª posição em criação de equinos e muares, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (303,3 mil cabeças) e Macaúbas traz indicações de maior expressividade do arranjo. As criações de

suínos (43,8 mil cabeças), caprinos (46,2 mil cabeças) e ovinos (47,3 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Macaúbas, com 26% do total no primeiro arranjo, e Ibipitanga com 31% e 27% dos outros arranjos, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Bacia Paramirim ocupa a 15ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número de médio a baixo com relação a todo o Estado. Em 2006, esse território apresentou quase 22 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Tais estabelecimentos concentram-se principalmente em Macaúbas, e menor quantidade em alguns outros municípios como Boquira, Tanque Novo e Ibipitanga, onde o conjunto detém pouco mais que a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. O município de Érico Cardoso possui o menor número do território, com 1.552 destes estabelecimentos familiares, o que, no entanto, não é um número baixo quando comparado a outros territórios de identidade e aos municípios do próprio território.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais no TI Bacia do Paramirim apresentam-se resultados para apenas um ponto de monitoramento estabelecido pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, o resultado revela uma condição aceitável em Macaúbas (açude Macaúbas). Para o IET, a condição se encontra um pouco menos satisfatória, apresentando uma condição regular para o mesmo ponto.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, apresenta-se mais elevada nos municípios Macaúbas e Paramirim. No entanto, proporcionalmente, além de Macaúbas, o município de Caturama tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se nesse território dois empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados para a agroindústria e se concentram na região do município de Paramirim.

Para a qualidade do ar, o TI Bacia do Paramirim não apresenta nenhum município com população urbana maior do que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, também não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de chumbo, quartzito e barita.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios do TI apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios do território, estando concentradas especialmente no município Paramirim. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando 67% da área do território. A cobertura vegetal é menos representativa em área do que a agropecuária, ocupando aproximadamente 33% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 31% da área do TI Bacia do Paramirim.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Bacia do Paramirim, constatou-se uma notificação feita pelo Inema referente à operação de empreendimento de cerâmica sem licença ambiental. Não foram observadas atuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, destaca-se o município de Macaúbas cujo empreendimento autuado pelo Inema está localizado.

Das demandas da população residente no TI Bacia do Paramirim, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a revitalização dos rios, o fortalecimento da educação ambiental nas escolas, a implantação de órgãos de meio ambiente na região e a implantação de projeto de irrigação reutilizando água dos efluentes tratados são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a estruturação dos aeroportos para aviões de pequeno porte e a melhoria das estradas, inclusive as vicinais.

2.3.5. TI Chapada Diamantina

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Chapada Diamantina, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 32.664,8 km², equivalente a 5,7% do território do Estado e engloba os municípios de Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiapê, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner.

Compreende áreas sob influência predominante de clima semiárido tendendo a Seco, Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 600 a 800 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 59% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, correspondem a 30% de solos presentes no território.

Destaca-se no TI Chapada Diamantina a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e as Serras Marginais e Maciço Central.

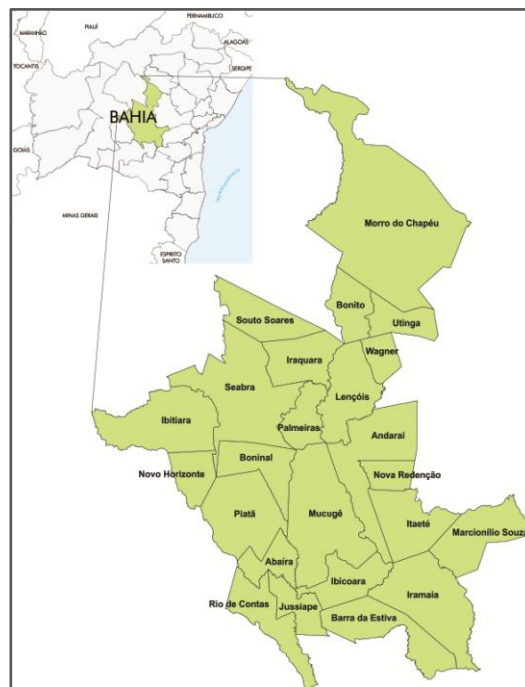


Figura 5 – Localização do Território de Identidade Chapada Diamantina no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 11 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida equivale a cerca de 440.553 ha e corresponde a 13,49% da extensão do TI Chapada Diamantina. A maior parcela das áreas de conservação é de proteção integral e compreende uma área de aproximadamente 261.556 ha. Entre elas, a que mais se destaca é o Parque Nacional da Chapada Diamantina, de âmbito federal, que engloba em torno de 152.269 ha em seis municípios (Ibicoara, Itaetê, Mucugê, Andaraí, Palmeiras e Lençóis).

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as comunidades de pescadores estão distribuídas em quatro municípios (Rio de Contas, Marcionílio Souza, Itaetê e Andaraí), estimando um universo total de quatro associações pesqueiras artesanais. Caracterizadas pelo pastoreio compartilhado de ovinos e caprinos em áreas subsequentes e sem cercamento nas pequenas propriedades rurais, registra-se no TI Chapada Diamantina, uma comunidade de fundo de pasto no município de Seabra. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram registrados 57 aglomerados. Estas comunidades se concentram principalmente em Bonito, Seabra e Ibitiara.

No território, estão identificados 71 sítios arqueológicos localizados em 11 municípios, com registros de arte rupestre e estruturas construtivas, cerâmica e material lítico, este último, em menor escala.

De acordo com estudos do Bahia Arqueológica, os municípios que se destacam pela existência desses registros são Seabra e Rio de Contas. Diversos sítios arqueológicos da região destacam-se devido ao conjunto de arte rupestre encontrado, como por exemplo, os sítios de Santa Marta e Lapa do Sol (ambos localizados no município de Iraquara), Toca da Figura e Toca do Pepino (localizados no município de Morro de Chapéu) e o Complexo Serra das Paridas I (localizado no município de Lençóis). Somente entre as cidades de Rio de Contas e Jussiape, constatarem-se 18 sítios, numa faixa de transição do cerrado para a caatinga de aproximadamente 44 km. Entretanto, do total de 71 sítios identificados, tais registros remontam ao tipo lítico lascado, artefatos cerâmicos e momentos históricos que fizeram parte do cenário local.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O TI da Chapada Diamantina possui como arranjos produtivos rurais os cultivos de café, mamona e sisal.

A cafeicultura nessa área se caracteriza por ser uma cultura de sequeiro de elevada categoria, produzindo grãos com alta qualidade. O manejo do solo é realizado com base em técnicas de média a alta complexidade tecnológica, ou seja, classificado como nível B/C.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Esse arranjo não configura uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

O cultivo de Sisal tem uma produção fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial, e se baseia em técnicas de baixo nível tecnológico de manejo do solo, enquadrando-se como nível A. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, mas, mesmo assim, a Bahia detém 87% da produção brasileira de sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Chapada Diamantina apresenta um total de 43 indústrias, a maior parte concentrada no município de Seabra, com cerca de 25% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 37% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se também no município de Seabra. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos (25%) e de fabricação de produtos de madeira (25%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam a maior parte dos empreendimentos mapeados (42%), e concentram-se em sua maioria nos municípios de Seabra (5) e Ibicoara (4). O segmento que tem maior destaque neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com cerca de 61% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 21% do total de indústrias existentes no TI Chapada Diamantina. Nesse grupo, o alto potencial poluidor é representado principalmente por empreendimentos voltados para a extração de pedra, areia e argila e empreendimentos de fabricação de minerais não metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, minerais não metálicos e fabricação de derivados do petróleo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de café, mamona e sisal, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Chapada Diamantina ocupa a 10ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Na macrorregião do Semiárido, o TI Chapada Diamantina fica com a 5ª maior área destinada a esta atividade.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 332,1 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Marcionílio Souza, Morro do Chapéu e Iramaia destacam-se por concentrar em torno de 29% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Lençóis aparece como o menos expressivo, com 1.480 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Chapada Diamantina ocupa a 8ª posição, com 5,2% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Chapada Diamantina ocupa a 14ª posição, com 3,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas em três municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. O destaque é para os municípios de Barra da Estiva, Ibicoara e Iramaia que representam um pouco mais de 42% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e tem em Barra da Estiva e Ibicoara sua presença mais forte, com 53% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Chapada Diamantina ocupa a 7ª e a 10ª posição em criação de muares e equinos respectivamente, é responsável também pelo oitavo maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

Quanto às criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (413,9 mil cabeças), com destaque para Barra da Estiva. As criações de caprinos (49,5 mil cabeças), suínos (38,1 mil cabeças) e ovinos (35 mil cabeças) ocorrem de maneira menos expressiva em todos os municípios do TI, exceto em relação aos municípios de Barra da Estiva, nos dois primeiros arranjos mencionados, e Marcionílio Souza no último, concentrando 23% do total de ovinos do TI Chapada Diamantina.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Chapada Diamantina ocupa a 6ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número maior que o médio, quando comparado com outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou cerca de 38 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os mencionados estabelecimentos concentram-se principalmente em Seabra, Piatã e Souto Soares, onde o conjunto detém cerca de um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, os municípios de Palmeiras e Lençóis possuem os menores números do território, com 234 e 297, respectivamente, destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Chapada Diamantina apresentam-se resultados para oito pontos de monitoramento pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos de monitoramento (rios de Contas, Paraguaçu, Utinga, Cochó e Una), exceto em Lençóis (rio Santo Antônio), onde apresenta condição regular. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando-se aceitáveis em todos os pontos, exceto em Abaíra que revelou condição regular.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Barra da Estiva. No entanto, proporcionalmente, o município de Mucugê tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território cinco empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e indústria química, e se concentram mais na região dos municípios Seabra, Souto Soares e Iraquara.

Para a qualidade do ar, o TI Chapada Diamantina não apresenta nenhum município com população urbana maior do que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se indústria ligada a produção de biodiesel que está localizada em Iraquara. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de areia, arenito, argila, barita, calcário, cascalho, diamante, diatomito, dolomito, gnaíse, mármore e quartzito.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, a maioria dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Abaíra e Mucugê se excetuam, o primeiro descartando seus resíduos em um aterro sanitário simplificado, e o segundo em uma usina artesanal de triagem e compostagem dos resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 19 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Andaraí, Mucugê e Piatã. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 38% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 62% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, IBA, KBA e Geoparque Morro do Chapéu. A vegetação remanescente representa em torno de 52% da área do TI Chapada Diamantina.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Chapada Diamantina, constatarem-se 35 notificações apresentadas pelo Inema que incidem em práticas de apreensão de fauna silvestre, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, extração mineral sem licença ambiental, cultivo irrigado sem autorização ambiental prévia e queimada proposital para fins agrícolas. Por outro lado, não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. De acordo com o Inema, a maioria das atividades que receberam notificações se localizam em Morro do Chapéu, com 51% dos casos levantados no território.

Das demandas da população residente no TI Chapada Diamantina, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o café, destaca-se também o estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador na governança da cadeia do café na Bahia; a estruturação da oferta do café de acordo com as características especiais demandadas pelo mercado e financiamento para renovação de lavouras e novos plantios, com infraestrutura de qualidade.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a atualização e elaboração dos planos das bacias hidrográficas e implantação das ações propostas, a estruturação da Casa do Meio Ambiente na região e o monitoramento de resíduos agrotóxicos nos rios que compõe as bacias do rio Paraguaçu e do rio de Contas são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o aumento do número de vôos e rotas para o aeroporto de Lençóis e a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

2.3.6. TI Irecê

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Irecê, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 26.638,4 km², equivalente a 4,7% do território do Estado e engloba os municípios de América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipêba, Ibititá, Ipuipara, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 650 a 1.100 mm, respectivamente.

Os Cambissolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 35% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos e Latossolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Irecê a presença de quatro unidades geomorfológicas: Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Várzea e Terras Aluvionares.

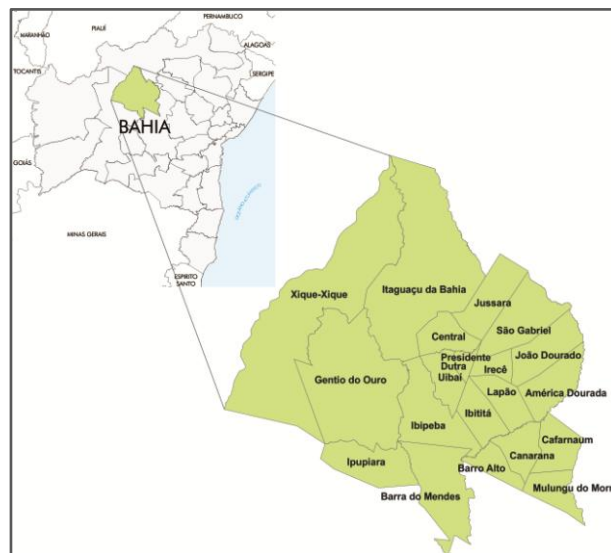


Figura 6 – Localização do Território de Identidade Irecê no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas quatro Unidades de Conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de cerca de 147.192 ha e corresponde a 5,5% da extensão do TI Irecê. As Unidades de Conservação identificadas no território são estaduais e de uso sustentável. Apesar de somente 11,4% da APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco estar inserida na área do TI, essa é a unidade de conservação com maior cobertura, totalizando aproximadamente 62.716 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, há apenas uma associação pesqueira no TI Irecê, localizada no município de Xique-Xique. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 67 aglomerados. Estas comunidades estão concentradas principalmente nos municípios de João Dourado, Canarana, Lapão e Ibititá.

Segundo dados do Bahia Arqueológica, constam no território 28 sítios arqueológicos localizados em 15 municípios, relevantes em arte rupestre predominantemente, associada a ocupações do período Pré-Colonial. É o território com melhor distribuição de sítios arqueológicos entre os municípios levantados, destacando-se os sítios de Aguada (Jussara), Toca dos Tapuias (Ibipêba), Poções (Gentio de Ouro) e Pinta dos Tapuias (Barra do Mendes).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais expressivos no TI Irecê são a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mamona.

A caprinocultura/ovinocultura é incipiente nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva

e configura uma atividade predominantemente familiar, dividindo-se com outras atividades. Basicamente, este arranjo constitui uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não configura uma atividade especializada, sendo possível observar a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

O milho é produzido com restrições hídricas nesse território, não tendo rendimentos físicos elevados. Os principais agentes são o pequeno produtor familiar descapitalizado que, de modo geral, destina a sua produção para subsistência ou ração animal. O manejo do solo pouco evolui com relação à tecnologia, mantendo-se classificado como nível A, tanto no que tange a insumos quanto a operações.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Irecê apresenta um total de 59 indústrias, a maior parte concentrada no município de Irecê, com cerca de 70% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 65% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Irecê (29) e Xique-Xique (4). Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de artigos de vestuário e acessórios (42%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 15% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Irecê (5). O segmento que tem maior destaque neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase 90% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 20% do total de indústrias existentes do TI Irecê. Nesse grupo, destacam-se dois empreendimentos no território: um voltado para a extração de pedra, areia e argila e um voltado para a extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, respondendo por 41% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mamona, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Irecê ocupa a 6ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Irecê só é superado nesse quesito pelo TI Sisal.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade apresenta ligação com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 186,8 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Irecê e Xique-Xique destacam-se por concentrar em torno de 25% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Ubaí aparece como o menos expressivo, com 2.600 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Irecê ocupa a 14ª posição, com apenas 2,9% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Irecê ocupa a 21ª posição, com 1,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Gentio de Ouro, Ibipeba e Jussara, que concentram 39% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Há destaque para os municípios de Central, Ibipeba e Gentio de Ouro, com quase 37% do total de equinos no TI, no entanto, não se registra criação de bubalinos em nenhum município do TI. Em

comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Irecê ocupa a 12ª e a 15ª posição em criação de muas e equinos respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (520,1 mil cabeças), e Xique-Xique indica maior expressividade no arranjo. Além disso, o território possui criações de caprinos (126,1 mil cabeças), ovinos (123,4 mil cabeças) e suínos (73,3 mil cabeças), todas com destaque no município de Xique-Xique com 24%, 21% e 18% do total do rebanho da macrorregião semiárido respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Irecê ocupa a 4ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número maior que o médio, quando comparado a outros territórios de identidade do Estado. Em 2006, esse território apresentou cerca de 41 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Esses estabelecimentos se concentram principalmente em Ibititá, Canarana e São Gabriel, onde o conjunto detém cerca de um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município que dá nome ao território possui o menor número, com 765 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Irecê apresentam-se resultados para oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, a condição é aceitável em todos os resultados (rios Verde, Jacaré e São Francisco), exceto em um dos pontos no município de Itaguaçu da Bahia (rio Verde), com condição regular. Para o IET, as condições se encontram em sua maior parte regulares, apresentando uma condição crítica em América Dourada (rio Jacaré).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Xique-Xique, que também possui o maior percentual de não atendimento do TI.

Encontram-se neste território a presença de oito empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e indústria cerâmica, e se concentram mais na região dos municípios de Irecê e Jussara.

Para a qualidade do ar, o TI Irecê tem como destaque os municípios de Irecê e Xique-Xique com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de requerimento e/ou registro de extração para o calcário, cascalho, quartzito e saibro. Outras mineradoras identificadas se encontram em fase de concessão de lavra para extração de dolomito, fosfato, mármore, minério de zinco e zinco.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 14 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Jussara e Xique-Xique. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 48% da área do território. A cobertura vegetal é um pouco mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 51% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da

biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA, KBA e Geoparque Morro do Chapéu. A vegetação remanescente representa em torno de 46% da área do TI Irecê.

• **Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Irecê, constatarem-se 26 notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre o transporte de lenha sem autorização ambiental, serviços de saneamento operados inadequadamente e apreensão de animais silvestres. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que a maioria das autuações (65%) está localizada nos municípios de Irecê, Xique-Xique e Central.

Das demandas da população residente no TI Irecê, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, o reflorestamento do bioma caatinga através de projetos e programas, a revitalização das nascentes dos rios Verde e Jacaré, a implementação dos planos de bacia e o controle sobre a perfuração de poços e de outorgas são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação do sistema de transporte por via área com foco comercial e a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

2.3.7. TI Itaparica

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Itaparica, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 12.343,4 km², equivalente a 2,2% do território do Estado e engloba os municípios de Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso e Rodelas.

O TI abrange áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido a Árido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 500 mm e 500 a 600 mm, respectivamente.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 39% dos solos existentes na região, seguido de Planossolos Nátricos e Planossolos Hápticos que, juntos, correspondem a 28% do território.

Destaca-se no TI Itaparica a presença de duas unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo e Tabuleiros do Itapicuru.

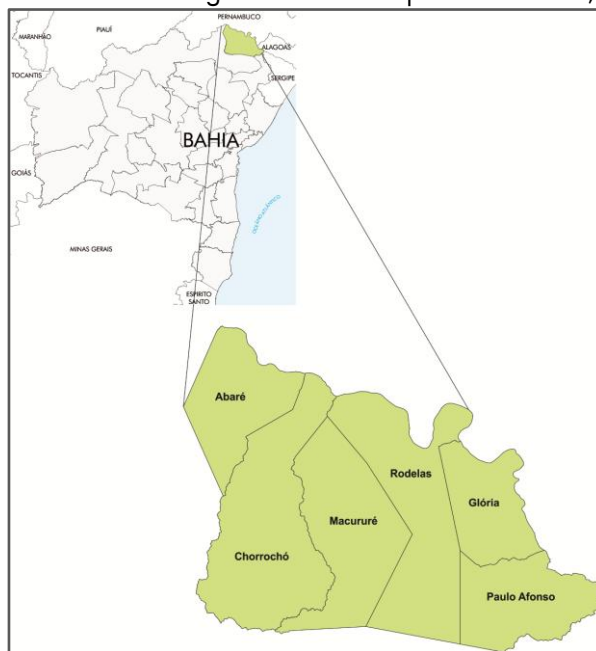


Figura 7 – Localização do Território de Identidade Itaparica no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Apesar do baixo número de áreas legalmente protegidas, inseridas total ou parcialmente no território, as unidades de conservação identificadas respondem pela elevada importância ecológica e pelo cuidado permanente das espécies nelas contidas. A área total protegida equivale a cerca de 48.389 ha e corresponde a 3,9% da extensão do TI Itaparica. As unidades de conservação são de proteção integral e de competência federal. A Estação Ecológica Raso da Catarina abrange os municípios de Rodelas e Paulo Afonso e totaliza aproximadamente 39.631 ha protegidos neste TI. O Monumento Natural do Rio São Francisco também se destaca, com área de 8.758 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações e colônias de pescadores estão distribuídas em três municípios (Abaré, Paulo Afonso e Rodelas), estimando um universo total de cinco comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados dois aglomerados no município de Abaré. Em relação às populações indígenas, foram identificados seis povos, sendo que quatro deles estão contidos em área pertencente ao município de Glória.

Segundo os estudos do Bahia Arqueológica sobre os sítios arqueológicos, identificaram-se nove registros no município de Paulo Afonso, classificados em arte rupestre e estruturas líticas e cerâmicas.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Itaparica possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de milho.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, entre outras. Basicamente, este arranjo constitui uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de milho é realizado de forma incipiente e como produção para subsistência. Este arranjo não reflete uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como de nível A.

* **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Itaparica apresenta um total de 31 indústrias, a maior parte concentrada no município de Paulo Afonso, com a quase totalidade (94%) dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 48% das indústrias foram classificadas como de baixo potencial poluidor, estando todas localizadas no município de Paulo Afonso. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de produtos têxteis, artigos de vestuário e acessórios (35%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 39% do total dos empreendimentos mapeados, e, assim como os empreendimentos de baixo potencial poluidor, mais uma vez, todos estão localizados no município de Paulo Afonso (12). Há um destaque para alguns empreendimentos no município, que respondem por 42% dos empreendimentos deste grupo, aí incluídos: obras de engenharia civil, construção de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários e montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas. O segmento que tem maior destaque nesse grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com cerca de metade dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 13% do total de indústrias existentes do TI Itaparica. O segmento com alto potencial poluidor é representado especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos (50%), fabricação de alimentos (25%) e fabricação de artefatos de couro (25%).

A atividade relacionada com a agricultura, que mais se destaca no território é o cultivo de milho, sendo considerado de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, Itaparica ocupa a 26ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Itaparica é o que possui a menor área dentre os territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, conta 43,2 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). O município de Paulo Afonso destaca-se por concentrar em torno de 47% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Rodelas aparece como o menos expressivo, com 1.686 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Itaparica é o que possui o menor número de cabeças de gado, com menos de 1% das cabeças de gados da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Itaparica é o segundo menos representativo com relação à criação de bovinos, ficando em sua frente apenas o TI Metropolitano de Salvador.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muare e equinos. Há uma pequena quantidade de bubalinos apenas no município de Macururé, caracterizando o TI como o menos expressivo dentre os criadores na região do semiárido. Já a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Itaparica. Destacam-se os municípios de Paulo Afonso e Abaré com relação à criação de equinos, com 60% do total do território. A criação de muare exibe valores intermediários entre bubalinos e equinos, com destaque para Chorrochó e Paulo Afonso com quase 57% do número de cabeças do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Itaparica possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (112,2 mil cabeças) e a caprinocultura (128,1 mil cabeças). Paulo Afonso e Glória trazem indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado, enquanto que Macururé se destaca na criação de caprinos. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios do TI, com um pouco mais de 51 mil cabeças registradas. A criação intensiva de suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 4.463 animais.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Itaparica ocupa a 24ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, tendo apenas três territórios posicionados atrás do mesmo. Em 2006, este território apresentou pouco mais de oito mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Paulo Afonso, e em menor quantidade em alguns outros municípios como Glória e Abaré, onde o conjunto detém pouco mais que a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Rodelas possui o menor número do território, com 584 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Itaparica apresentam-se resultados para cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rio São Francisco). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição aceitável também em todos os pontos.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Paulo Afonso. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Abaré e Glória têm um percentual maior de não atendimento.

Neste território, de acordo com o FIEB (2012), não há presença de empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais.

Para a qualidade do ar, o TI Itaparica tem como destaque o município de Paulo Afonso com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros e a presença de mineradoras não foi verificada.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em todos os municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Paulo Afonso. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 20% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 76% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 74% da área do TI Itaparica.

▪ **Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Itaparica constatarem-se quatro notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente na degradação de sítios arqueológicos (arte rupestre), ausência de averbação para reserva legal e funcionamento irregular de posto de combustível. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público. Com base nas informações, é possível afirmar que os

municípios de Glória e Paulo Afonso respondem pela maior parte das autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Itaparica, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, infraestrutura para produção de mudas nativas para recomposição de áreas degradadas e APPs e o desenvolvimento de programa emergencial de revitalização de rios e lagos são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento do aeroporto de Paulo Afonso, com a implantação de linhas aéreas, ampliação dos serviços de telefonia e sinal de televisão e melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

2.3.8. TI Médio Rio de Contas

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Médio Rio de Contas, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 9.903,7 km², equivalente a 1,8% do território do Estado e engloba os municípios de Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá e Ubatã.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Úmido com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 1.100 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 47% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelho-Amarelos que correspondem a 23% e 18% da área do território, respectivamente.

Destaca-se no TI Médio Rio de Contas a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio de Contas, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Serras Marginais e Maciço Central e Tabuleiros Pré-litorâneos.

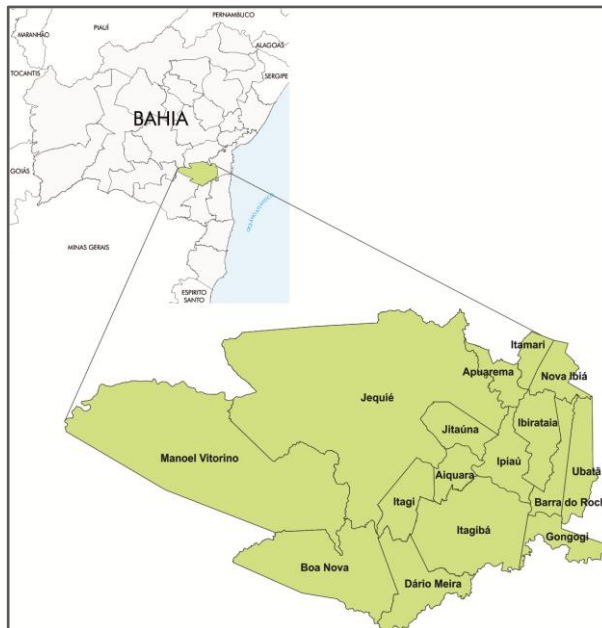


Figura 8 – Localização do Território de Identidade Médio Rio de Contas no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas quatro unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de cerca de 28.079 ha e corresponde a 2,84% da extensão territorial do TI Médio Rio de Contas. Mais de 95% das áreas protegidas são de proteção integral, e entre estas, a unidade que se destaca é o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, com uma área de aproximadamente 15.016 ha, estando inserida nos municípios de Dário Meira, Boa Nova e Manoel Vitorino. Em termos percentuais, a área desta unidade de conservação é distribuída nos municípios citados nas seguintes proporções: 5,7%, 86,9% e 7,4%, respectivamente.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações de pescadores estão distribuídas nos municípios de Dário Meira, Gongogi, Jequié e Ubatã, estimando um universo total de cinco comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, foram identificados dois aglomerados concentrados nos municípios de Jequié e Nova Ibiá.

No que diz respeito a registros de sítios arqueológicos, estudos realizados pelo Bahia Arqueológica apontam para sua ocorrência em Manoel Vitorino, conhecida por registros em rochas (Pedra da Figura). No que diz respeito às cavernas, não se identificaram registros espeleológicos no território.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Médio Rio de Contas possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de café e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de café é realizado de forma incipiente e sem grande mecanização e insumos muito modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado como nível B.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Médio Rio de Contas apresenta um total de 148 indústrias, a maior parte concentrada no município de Jequié, com pouco mais de 74% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 63% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Jequié (72) e Ipiaú (11). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (41%) e o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (34%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 24% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Jequié (22) e Ipiaú (8). Existe destaque para alguns empreendimentos nestes municípios, voltados para a construção de edifícios, instalações elétricas, incorporação de empreendimentos imobiliários, construção de rodovias e ferrovias, obras de terraplenagem e outros serviços especializados para construção. O segmento mais representativo neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 42% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 13% do total de indústrias existentes do TI Médio Rio de Contas. Em Jequié, se destacam empreendimentos voltados para a extração de pedra, areia e argila e geração de energia elétrica, enquanto em Itagibá, há extração de minerais metálicos não ferrosos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados, sobretudo, pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e de minerais não metálicos, respondendo por 58% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de café, mandioca, milho e maracujá, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 15ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Médio Rio de Contas apresenta uma área de média a baixa quando comparada aos outros territórios que integram a macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, conta 289,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Jequié, Itagibá e Manoel Vitorino destacam-se por concentrar em torno de 54% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Ubatã aparece como o menos expressivo, com 2.844 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 11ª posição, com apenas 4,5% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 17ª posição, com 2,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo na maioria dos municípios do território, com destaque para o município de Itagibá. Apesar de exibir os menores valores, o TI Médio Rio de Contas é o segundo maior criador de bubalinos da macrorregião. A criação de muares representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Apuarema, Dário Meira, Ibirataia e Itagibá que representam um pouco mais de 38% do total de muares no TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e é destaque em Jequié, Itagibá e Boa Nova com 48% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 5ª e a 14ª posição em criação de muares e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (615 mil cabeças). Apuarema traz indicações de maior expressividade no arranjo mencionado, com cerca de 61% do total de aves do TI. As criações de caprinos (29 mil cabeças), ovinos (21,7 mil cabeças) e suínos (13 mil cabeças) ocorrem de maneira menos expressiva em quase todos os municípios do TI, com destaque para os municípios de Manoel Vitorino, nos dois primeiros arranjos mencionados, e Jequié na criação de suínos.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Médio Rio de Contas ocupa a 22ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número baixo quando comparado a maioria dos territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 10 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os estabelecimentos concentram-se principalmente em Jequié, seguido por Manoel Vitorino, Boa Nova, Ubatã e Jitaúna, onde o conjunto detém pouco mais que a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Gongogi possui o menor número do território, com 127 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Médio Rio de Contas apresentam-se resultados de sete pontos de monitoramento estabelecidos no Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em sua maior parte (rios de Contas, Peixe e Gongogi), com condição crítica em um ponto de Jequié (rio Jequiezinho) e de Itagibá (rio Peixe). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, sem nenhum resultado satisfatório, apresentando uma condição crítica para os mesmos pontos onde o IQA apresentou esta condição.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Jequié e Ipiaú. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Aiquara, Dário Meira e Gongogi têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 19 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria, indústria alimentícia e de bebidas, e se concentram especialmente na região do município de Jequié.

Para a qualidade do ar, o TI Médio Rio de Contas tem como destaque os municípios de Jequié e Ipiaú com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, se destacam as indústrias ligadas a fabricação de calçados e blocos cerâmicos que estão localizadas também em Jequié e Ipiaú. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para o calcário dolomítico, gnaiss e minério de nível.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, praticamente todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas o município de Jequié possui aterro sanitário convencional para dispor mais adequadamente os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Boa Nova. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 20% da área do território, seguido pela pecuária (15%), e agricultura (7%). A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 55% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, KBA e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 46% da área do TI Médio Rio de Contas.

*** Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Médio Rio de Contas, constatarem-se 11 notificações apresentadas pelo Inema que incidem essencialmente sobre extração e comercialização ilegal de madeira e lenha e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas cinco autuações decorrentes da prática ilegal de extração, comercialização e transporte de madeira e lenha. Nesta condição, é possível afirmar que do total de empreendimentos com notificações do Inema devido a atividades que interferem negativamente em seus recursos naturais se localizam majoritariamente em Jequié. Com relação às notificações apresentadas pelo Ministério Público, destaca-se o município de Itamari, respondendo por 60% de autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Médio Rio de Contas, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a elaboração e implementação de programas de educação ambiental e de programa de revitalização do Rio de Contas e seus afluentes são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reestruturação dos aeroportos, a ampliação e otimização dos serviços de telefonia e internet e a recuperação das rodovias e estradas vicinais, pontes, bueiros e melhorias urbanas.

2.3.9. TI Médio Sudoeste da Bahia

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 11.763,0 km², equivalente a 2,1% do território do Estado e engloba os municípios de Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido, Subúmido a Úmido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm, 1.100 a 2.000 mm e 850 a 950 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 65% dos solos existentes na região, seguido de Chernossolos Háplicos que correspondem a 27%.

Destaca-se no TI Médio Sudoeste da Bahia a presença de cinco unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, Planalto dos Geraizinhos, Serras e Maciços Pré-litorâneos, e Serras Marginais e Maciço Central.

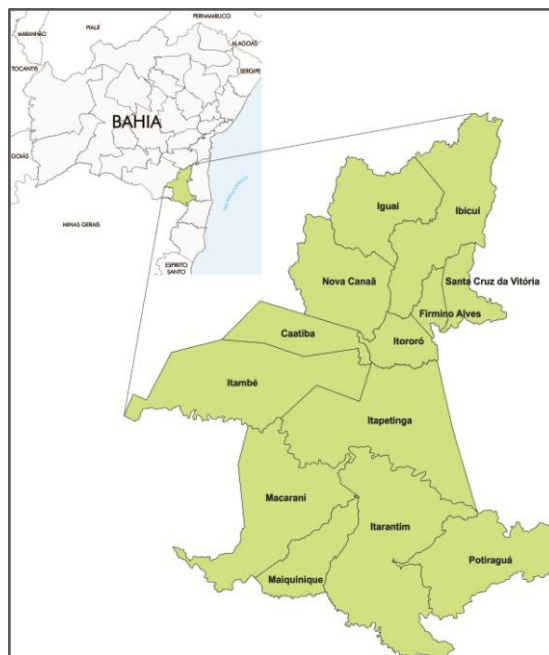


Figura 9 – Localização do Território de Identidade Médio Sudoeste da Bahia no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas duas unidades de conservação, que estão parcialmente inseridas no território. A área total protegida está em torno de 49.642 ha e corresponde a 4,22% da extensão territorial do TI Médio Sudoeste da Bahia. Observam-se o Refúgio de Vida Silvestre de Boa Nova, uma unidade de competência federal e de proteção integral, e a APA Serra do Ouro, de competência estadual e de uso sustentável. Esta última se destaca ainda por apresentar aproximadamente 49.640 ha e abranger três municípios: Nova Canaã, Iguai e Ibicuí.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, há apenas uma associação pesqueira no TI Médio Sudoeste da Bahia, está localizada no município de Itapetinga. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, não foram identificadas tais comunidades no território.

No que diz respeito a registros de sítios arqueológicos, não foram identificados no território tais registros nos estudos do Bahia Arqueológica. Quanto à existência de registros espeleológicos no território, vê-se que em Potiraguá, há dois registros, denominados Caverna Pedra da Gruta e Caverna Serra do Paraíso.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Médio Sudoeste da Bahia são a apicultura e a bovinocultura.

A apicultura é caracterizada por estar ligada à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado como nível A, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

A bovinocultura neste território, quando comparado aos outros territórios do semiárido, apresenta uma melhor condição de pastoreio em gramíneas. A pecuária de corte é predominante, mas, em função dos laticínios instalados neste território, a pecuária de leite também é significativa. O manejo do solo é realizado com a adoção de técnicas de médio a alto nível tecnológico, classificando o manejo como nível B/C.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Médio Sudoeste da Bahia apresenta um total de 112 indústrias, a maior parte concentrada no município de Itapetinga, com pouco mais de 40% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 45% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Itapetinga (19), Itarantim (6) e Itambé (5). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de artigos de vestuário e acessórios e fabricação de produtos de metal (54%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 31% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Itapetinga (13) e Itarantim (6). Existe um destaque para alguns empreendimentos em Itapetinga, voltados para a construção de edifícios e recuperação de materiais plásticos. O segmento que tem maior representatividade neste grupo é o setor de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 75% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 24% do total de indústrias existentes do TI Médio Sudoeste da Bahia. Há um realce para alguns empreendimentos em Potiraguá, Itapetinga, Macarani e Itarantim, voltados para a extração de pedra, areia e argila. Já em Maiquinique e Itambé, outro segmento se destaca, sendo este de extração de minerais não metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, respondendo por 33% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de café, mandioca e milho, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Médio Sudoeste da Bahia ocupa a 24ª posição em relação à área destinada à agricultura no estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Médio Sudoeste da Bahia está em uma das últimas posições, ficando a frente apenas dos TIs Bacia do Jacuípe e Itaparica.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, soma 868,4 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Itarantim, Itapetinga, Itambé e Macarani destacam-se por concentrar em torno de 54% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Firmino Alves aparece como o menos expressivo, com 15.168 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Médio Sudoeste da Bahia é o que possui o maior número de cabeça de gado com 13,6% do total da região. Em comparação com os demais TIs do Estado, o Médio Sudoeste da Bahia é o mais representativo com relação à criação de bovinos, com mais de um milhão de cabeças, que equivalem a 9,6% do total registrado na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para o município de Maiquinique. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destacam-se também os municípios de Ibicuí, Iguaí e Itambé, que representam um pouco mais da metade do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores

intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Macarani. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Médio Sudoeste da Bahia ocupa a 6ª e a 7ª posição em criação de muars e equinos respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (396,1 mil cabeças) e Iguai indica maior expressividade neste arranjo. A criação de suínos (34,2 mil cabeças) e ovinos (27,8 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, com destaque para Caatiba com 29% do rebanho do primeiro arranjo, e Itambé com 22% do total do segundo arranjo mencionado. A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 7.082 animais.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Médio Sudoeste da Bahia ocupa a 25ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, superando apenas os TIs Costa do Descobrimento e Metropolitano de Salvador. Em 2006, este território apresentou pouco mais de sete mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os estabelecimentos concentram-se principalmente em Iguai e Nova Canaã, onde o conjunto detém quase a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Potiraguá possui o menor número do território, com apenas 78 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Médio Sudoeste da Bahia apresentam-se resultados de quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Catolé Grande, Pardo e Salgado), exceto em um ponto em Itororó (rio Colônia), com condição crítica. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição regular em Itororó (rio Colônia) e Firmino Alves (rio Salgado).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Itapetinga e Itambé. No entanto, além de Itambé, proporcionalmente, os municípios de Caatiba, Itarantim, Maiquinique e Portugará têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 18 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para a agroindústria, e em menor proporção para a indústria química, e se concentram mais na região do município de Itapetinga.

Para a qualidade do ar, o TI Médio Sudoeste da Bahia tem como destaque o município de Itapetinga com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a indústria ligada a fabricação de calçados de couro que está localizada no mesmo município. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para a sodalita, sienito, água marinha, berilo, calcário dolomítico, calcário, grafita, columbita e granito. Há também uma mineradora em fase de requerimento de registro de extração de areia.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Itapetinga, Macarani e Potiraguá se excetuam, onde o primeiro descarta em um aterro sanitário convencional, e os dois outros utilizam aterros sanitários simplificados.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Iguai e Itambé. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a

pecuária, ocupando cerca de 67% da área do território. A cobertura vegetal é menos representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 30% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, KBA e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 20% da área do TI Médio Sudoeste da Bahia.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Médio Sudoeste da Bahia, constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e embargos à construção de posto de combustível. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas quatro autuações decorrentes da degradação de áreas de preservação permanente e extração ilegal de madeira e de recursos minerais. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos notificados pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente em seus recursos naturais se localizam em Itarantim, Itambé, Itapetinga e Maiquinique. Do total da relação de notificações apresentadas pelo Ministério Público, destaca-se o município de Santa Cruz da Vitória, respondendo por 75% de autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Médio Sudoeste da Bahia, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, infraestrutura para produção de mudas nativas é indicada pela sociedade como uma das principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

2.3.10. TI Piemonte da Diamantina

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte da Diamantina, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 11.661,4 km², equivalente a 2,1% do território do Estado e engloba os municípios de Caém, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido, Semiárido e Semiárido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm, 600 a 850 mm e 700 a 850 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 50% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos Eutrófico e Neossolos Litólicos Distrófico.

Destaca-se no TI Piemonte da Diamantina a presença de seis unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguauçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Tabuleiros Interiores.

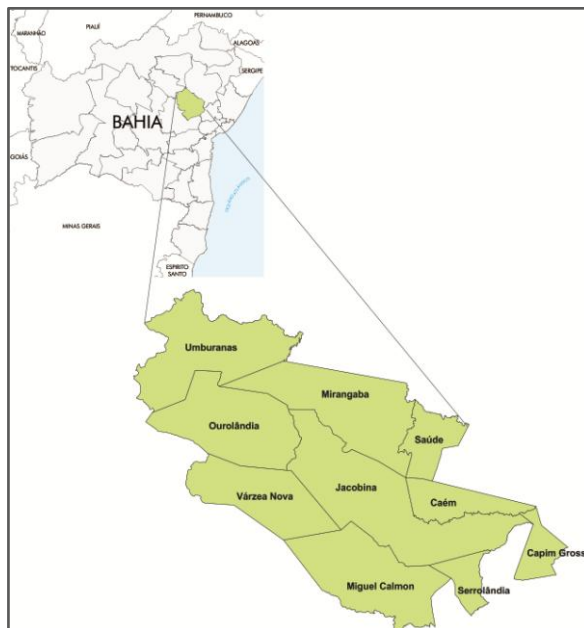


Figura 10 – Localização do Território de Identidade Piemonte da Diamantina no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas uma unidade de conservação, que está totalmente inserida no território e que constitui proteção integral de seus recursos naturais. A área total protegida está em torno de 2.822 ha e corresponde a 0,24% da extensão territorial do TI Piemonte da Diamantina. A Unidade de Conservação Parque Sete Passagem tem por competência a esfera estadual e está contida nos municípios de Miguel Calmon e Jacobina.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR e CDA, no ano de 2012, as comunidades remanescentes quilombolas estão distribuídas em três municípios, sendo identificados 10 aglomerados, concentrados principalmente no município de Mirangaba.

No território, de acordo com o Bahia Arqueológica, foram registrados cerca de nove sítios arqueológicos, distribuídos quase uniformemente nos municípios de Mirangaba, Jacobina, Ourolândia, Saúde e Umburanas, classificados em utensílios em arte rupestre associados ao período Pré-Colonial. Vale destacar sítios Toca do Tapuio (Umburanas), Gruta de Santo Antônio (Mirangaba) e Toca do Fole (Jacobina). Com relação à identificação de cavernas, foram observados 40 registros, sendo que 95% estão concentrados no município de Ourolândia (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte da Diamantina possui como principais arranjos produtivos rurais a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nesta região. O arranjo é executado de forma

extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado no nível B.

O cultivo de milho é realizado sem grande mecanização e insumos muito modernos. O manejo do solo, por sua vez, é realizado com técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado como nível B.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte da Diamantina apresenta um total de 111 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Jacobina (46%), Ourolândia (16%) e Capim Grosso (14%). A partir desse mapeamento, aproximadamente 46% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Jacobina (25) e Capim Grosso (11). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (43%) e o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (27%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 14% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Jacobina (10). Existe destaque para um empreendimento em Jacobina, voltado para a construção de edifícios. O segmento que tem maior representatividade neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 56% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 40% do total de indústrias existentes no TI Piemonte da Diamantina, estando mais centralizada em Ourolândia (18) e Jacobina (17). Cerca de metade dos empreendimentos deste grupo estão voltados para a extração de pedra, areia e argila, enquanto a outra metade é representada principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico e de minerais não metálicos, respondendo por 43% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca e milho, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 18ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Piemonte da Diamantina apresenta uma área relativamente baixa quando comparada aos outros territórios de identidade integrantes da macrorregião, superando outros seis territórios.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 242,5 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Jacobina e Miguel Calmon destacam-se por concentrar em torno de 51% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Caém aparece como o menos expressivo, com 6.023 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 13ª posição, com apenas 3,8% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 19ª posição, com 2,3% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo na maioria dos municípios do território, com destaque para o município de Jacobina, que concentra 30% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Jacobina, Miguel Calmon e Saúde que juntos concentram mais de 63% do total de equinos no TI. Não se observa criação de bubalinos significativamente em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 15ª e a 13ª posição em

criação de muares e equinos respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (498,2 mil cabeças), e Jacobina indica a maior expressividade neste arranjo. As criações de caprinos (164,8 mil cabeças) e ovinos (96,7 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Jacobina e Ourolândia, com 44% e 41% do total dos rebanhos da macrorregião nestes segmentos, respectivamente. A criação de suínos também ocorre nessa região, entretanto, de maneira menos expressiva, com 43.408 animais.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Piemonte da Diamantina ocupa a 20ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número baixo quando comparado a maioria dos territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou quase 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os estabelecimentos se concentram principalmente em Jacobina, seguido por Miguel Calmon, Mirangaba e Umburanas, onde o conjunto detém quase a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Capim Grosso possui o menor número do território, com 812 destes estabelecimentos familiares, o que, no entanto, não é um número tão baixo quando comparado a outros territórios de identidade e aos municípios do próprio território.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Piemonte da Diamantina apresentam-se resultados de quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Itapicuru-Açu, do Ouro e Salitre), exceto em um ponto em Jacobina (rio Itapicuru-Mirim), com condição crítica. Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição crítica também para o mesmo ponto de Jacobina mencionado no IQA.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Jacobina e Miguel Calmon. Esses municípios detêm ainda os maiores percentuais maior de não atendimento.

Encontram-se neste território dois empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados para mineração e agroindústria, e se localizam nos municípios de Ourolândia e Miguel Calmon, respectivamente.

Para a qualidade do ar, o TI Piemonte da Diamantina tem como destaque o município de Jacobina com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para ametista, barita calcário, esmeralda, manganês, mármore, minério de ouro e ouro, quartzito e quartzo. Há também mineradora em fase de lavra garimpeira de esmeralda.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Saúde e Jacobina. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 35% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 64% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço, KBA, IBA e Geoparque de Morro do Chapéu. A vegetação remanescente representa em torno de 42% da área do TI Piemonte da Diamantina.

* Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Piemonte da Diamantina, constataram-se 31 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente em captura e acondicionamento ilegal de fauna silvestre e extração mineral sem licença ambiental. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que a maioria das atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localiza em Ouroândia, sendo este responsável por 61% dos casos levantados no território.

Das demandas da população residente no TI Piemonte da Diamantina, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de uma brigada de incêndio e de unidades de conservação, com implementação do plano de manejo das existentes e a implantação de uma unidade regional do Inema são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de aeroporto para vôos comerciais, ampliação dos serviços de telefonia móvel e banda larga e melhoria da infraestrutura das estradas, inclusive das vicinais.

2.3.11. TI Piemonte do Paraguaçu

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 17.791,6 km², equivalente a 3,1% do território do Estado e engloba os municípios de Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha e Tapiramutá.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Semiárido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 600 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 49% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Planossolos Hápicos que, juntos, correspondem a 34% da área do território.

Destaca-se no TI Piemonte do Paraguaçu a presença de oito unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio Paraguaçu, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Marginais e Maciço Central e Tabuleiros Pré-litorâneos.

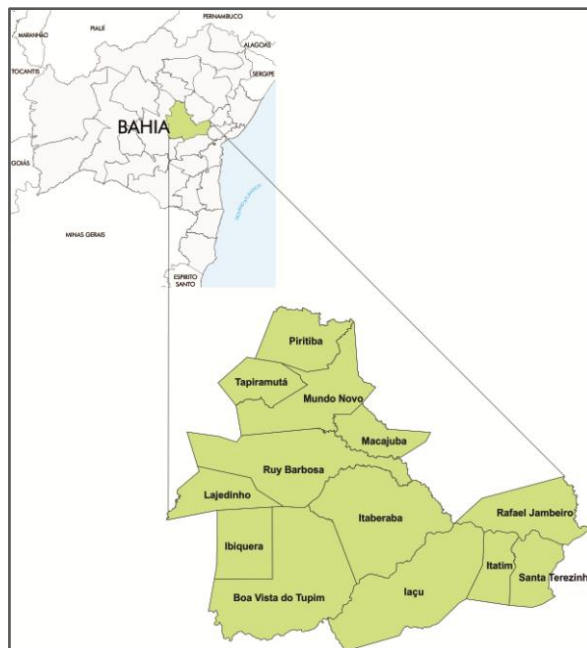


Figura 11 – Localização do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas apenas uma unidade de conservação, que está totalmente inserida no território. A área total protegida é de cerca de 7.399 ha, e corresponde a 0,42% da extensão territorial do TI Piemonte do Paraguaçu. A Área de Relevante Interesse Ecológico Serra do Orobó é categorizada pelo uso sustentável de seus recursos e possui competência estadual, abrangendo parte dos municípios de Boa Vista do Tupim, Itaberaba e Ruy Barbosa.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em quatro municípios (Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba e Piritiba), estimando um universo total de cinco comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, não identificou-se tais comunidades neste território.

Segundo estudos do Bahia Arqueológica, foram identificados dois sítios arqueológicos localizados em Santa Teresinha (Morro do Jatobá e Serra Prenha), qualificados por arte rupestre. No que se refere à existência de cavernas, não foram identificados tais registros no território (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte do Paraguaçu possui como principais arranjos produtivos rurais a

caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e mandioca.

A caprinocultura/ovinocultura configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado no nível B.

O cultivo de milho é realizado de forma incipiente e sem grande mecanização e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

O cultivo de mandioca é realizado de forma elementar e como produção para subsistência. Este arranjo não configura uma atividade especializada. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

• **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte do Paraguaçu apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada no município de Itaberaba, com pouco mais de 53% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 43% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Itaberaba (14). Como exemplo do segmento que mais se destaca em quantidade nesse grupo, vale citar o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (52%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 26% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Itaberaba (9) e Mundo Novo (2). Existe destaque para um empreendimento em Itaberaba, voltado para a construção de edifícios. O segmento mais representativo nesse grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase de 61% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 31% do total de indústrias existentes do TI Piemonte do Paraguaçu. Há destaque para alguns empreendimentos, em Boa Vista do Tupim, Itaberaba e Ruy Barbosa, voltados para a extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados primordialmente pelo setor de fabricação de minerais não metálicos, respondendo por 67% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mandioca, sendo considerado de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 22ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Piemonte do Paraguaçu apresenta uma área relativamente baixa quando comparada aos outros territórios de identidade integrantes da macrorregião, superando outros seis territórios.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 455,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Itaberaba, Boa Vista do Tupim, Ruy Barbosa e Mundo Novo destacam-se por concentrar em torno de 53% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Itatim aparece como o menos expressivo, com 9.047 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 5ª posição, com 7,1% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 9ª posição, com 4,3% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muare e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas quatro municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Itaberaba, Mundo Novo e Ruy Barbosa que representam cerca de 39% do total de equinos

no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Piritiba e Santa Teresinha com 34% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 14ª e a 6ª posição em criação de muares e equinos respectivamente, e é responsável também pelo terceiro maior rebanho de bubalinos da macrorregião, sendo superado apenas pelos TIs Médio Sudoeste da Bahia e Médio Rio de Contas.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (464,5 mil cabeças), e Ruy Barbosa indica maior expressividade neste arranjo. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios do TI, destaque para Itatim e Santa Teresinha que concentram 47% das 90,9 mil cabeças do território. A caprinocultura e a criação de suínos também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 51.386 e 50.286 animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Piemonte do Paraguaçu ocupa a 18ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número baixo com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os estabelecimentos se concentram principalmente em Rafael Jambeiro, seguido por Itaberaba e Piritiba, onde o conjunto detém mais de 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Lajedinho possui o menor número do território, com 378 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Piemonte do Paraguaçu apresentam-se resultados de quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Paraguaçu, Capivari e Peixe). Para o IET, as condições se encontram um pouco distintas, apresentando condição crítica em um ponto em Itaberaba (rio Capivari) e em Rafael Jambeiro (rio Peixe).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Itaberaba e Ruy Barbosa. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Lajedinho, Macajuba e Mundo Novo têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território três empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados para indústria química e agroindústria, e se localizam nos municípios de Itaberaba, Ruy Barbosa e Santa Teresinha.

Para a qualidade do ar, o TI Piemonte do Paraguaçu tem como destaque o município de Itaberaba com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para extração de granito e gnaíse.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em sete municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Boa Vista do Tupim e Ruy Barbosa. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 37% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 62% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, KBA e IBA. A vegetação remanescente representa em torno de 41% da área do TI Piemonte do Paraguaçu.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Piemonte do Paraguaçu, constataram-se 12 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre prática irregular de extração e comercialização de madeira e lenha e supressão da vegetação sem autorização ambiental. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas cinco autuações sobre práticas ilegais de captura, compra e venda de espécies da fauna. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em Mundo Novo e Santa Teresinha. Com relação às notificações apresentadas pelo Ministério Público, destaca-se o município de Itatim, respondendo pelo total de autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Piemonte do Paraguaçu, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de unidades de conservação em regiões de serra, a implantação de laboratórios de análise de água e solo e a construção de viveiros de mudas, visando a revegetação de áreas degradadas, são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação e estruturação do modal aeroviário e o investimento em infraestrutura viária, inclusive construção de estradas ecológicas.

2.3.12. TI Piemonte Norte do Itapicuru

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 14.123,0 km², equivalente a 2,4% do território do Estado e engloba os municípios de Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 650 mm e 500 a 800 mm, respectivamente.

Os Cambissolos Háplicos Eutrófico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 24% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos Vermelho-Amarelos e Planossolos Háplicos.

Destaca-se no TI Piemonte Norte do Itapicuru a presença de cinco unidades geomorfológicas: Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra de Jacobina, Serras das Bordas Oriental e Ocidental e Tabuleiros Interioranos.

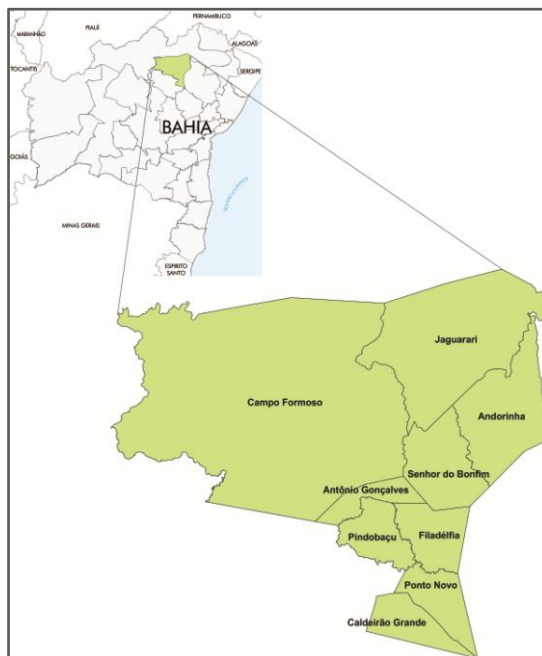


Figura 12 – Localização do Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Considerando-se a importância de áreas destinadas para conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável, verifica-se que no território não se registram a presença de unidades de conservação estabelecidas em Decreto.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações e colônias de pescadores formalizadas estão distribuídas em três municípios (Andorinha, Ponto Novo e Senhor do Bonfim), estimando um universo total de três comunidades pesqueiras artesanais. É importante frisar também que o TI Piemonte Norte de Itapicuru denota de comunidades de fundo de pasto, cuja maioria das famílias enquadradas nesta categoria se localizam nos municípios de Andorinha, Campo Formoso e Jaguarari. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, somam-se 57 aglomerados no território, estando estes mais concentrados nos municípios de Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Filadélfia.

Quanto à ocorrência de sítios arqueológicos, foram identificados três registros em Campo Formoso, de acordo com o Bahia Arqueológica: A Toca, Lisos e Pintura dos Caboclos. O sítio denominado como A Toca apresenta figuras predominantemente geométricas em paredes e tetos da entrada de uma caverna, feitos com giz e carvão. No entanto, o território apresenta número expressivo de cavernas, alcançando um total de 33 ocorrências no município de Campo Formoso e cuja litologia é predominantemente o calcário (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Piemonte Norte do Itapicuru tem como principais arranjos produtivos rurais a

caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de sisal.

A caprinocultura/ovinocultura é incipiente nesta região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Basicamente, este arranjo se constitui como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O cultivo de sisal tem uma produção fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial. Baseia-se em técnicas de baixo nível tecnológico para o manejo do solo, configurando nível A. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, no entanto, a Bahia detém 87% da produção brasileira de sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Piemonte Norte do Itapicuru apresenta um total de 56 indústrias, a maior parte concentrada no município de Senhor do Bonfim, com pouco mais de 52% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 39% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Senhor do Bonfim (17). Como exemplo do segmento que mais se destaca em quantidade neste grupo, vale citar o setor de impressão de materiais (32%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 23% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Senhor do Bonfim (6) e Campo Formoso (4). Existe destaque para alguns empreendimentos em Senhor do Bonfim, voltados para a construção de edifícios e obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicação, e em Jaguarari, voltados para a perfuração e sondagens. O segmento mais representativo neste grupo é o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com quase de 39% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 38% do total de indústrias existentes do TI Piemonte Norte do Itapicuru. Há destaque para alguns empreendimentos, especialmente em Pindobaçu, voltados para a extração de pedra, areia e argila; pedras preciosas e semipreciosas e de minerais metálicos não ferrosos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 47% dos empreendimentos deste grupo.

A atividade relacionada com a agricultura que mais se destaca no território é o cultivo de sisal, sendo considerado de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 11ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Piemonte Norte do Itapicuru é superado por outros cinco territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 176 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim destacam-se por concentrar em torno de 36% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Antônio Gonçalves aparece como o menos expressivo, com 7.447 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 15ª posição, com apenas 2,7% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 22ª posição, com 1,6% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para o município de Caldeirão Grande, que concentra

28% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Campo Formoso e Caldeirão Grande que representam um pouco mais da metade do total de equinos no TI. Não há criação de bubalinos em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 17ª posição em criação de muares e equinos, superando o TI Itaparica em ambos.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (523,3 mil cabeças), e Campo Formoso indica maior expressividade nesse arranjo. As criações de caprinos (199 mil cabeças), ovinos (142 mil cabeças) e suínos (40,8 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Campo Formoso com 34%, 30% e 25% do total dos rebanhos da macrorregião, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Piemonte Norte do Itapicuru ocupa a 21ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número baixo com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 13 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Os estabelecimentos se concentram principalmente em Campo Formoso, seguido por Caldeirão Grande, onde o conjunto detém pouco mais de 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Senhor do Bonfim possui o menor número do território, com 791 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Piemonte Norte do Itapicuru apresentam-se resultados de dois pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável nos dois pontos (rios Itapicuru e Aipim). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando a mesma condição do IQA.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Senhor do Bonfim. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Andorinha e Pindobaçu têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 12 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados para indústrias químicas, de cimento e agroindústria, e se localizam principalmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim.

Para a qualidade do ar, o TI Piemonte Norte do Itapicuru tem como destaque o município de Senhor do Bonfim com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se as indústrias ligadas à fabricação de artefatos de cimento que estão localizadas principalmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do Bonfim. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para extração de cromo, níquel, cromita, cobre, argila e calcário. Registra-se também mineradora na fase de lavra garimpeira de esmeralda.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas o município de Filadélfia possui aterro sanitário simplificado para dispor mais adequadamente os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em seis municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Campo Formoso e Senhor do

Bonfim. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 26% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 74% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 52% da área do TI Piemonte Norte do Itapicuru.

* **Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Piemonte Norte do Itapicuru constataram-se 13 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente em supressão da vegetação e ocupação em Áreas de Preservação Permanente sem autorização ambiental, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e funcionamento irregular de postos de combustível. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Senhor do Bonfim, Jaguarari e Ponto Novo correspondendo a 85% dos casos levantados no território.

Das demandas da população residente no TI Piemonte Norte do Itapicuru, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo do sisal, demanda-se o aproveitamento de 100% das plantas; promoção nacional e internacional das fibras naturais visando à conquista de novos mercados; ampliação da assistência técnica, incluindo defesa sanitária, manejo e questões ambientais e sociais das cadeias produtivas e comercialização dos produtos com classificação e certificação oficial.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a construção de barragens para aumento da oferta de água e regularização da vazão de rios, a implantação de programa de recuperação e proteção da caatinga e a recuperação dos mananciais e mata ciliares são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reestruturação do aeroporto de Campo Formoso, a criação de infraestrutura para o turismo e a melhoria e recuperação das estradas, inclusive as vicinais.

2.3.13. TI Portal do Sertão

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Portal do Sertão, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.718,0 km², equivalente a 2,9% do território do Estado e engloba os municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido, Semiárido a Subúmido e Úmido a Subúmido com precipitações médias anuais variando de 400 a 850 mm, 500 a 700 mm e 1.300 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 35% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Portal do Sertão a presença de seis unidades geomorfológicas: Baixada Litorânea, Pediplano Sertanejo, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Recôncavo, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-litorâneos.

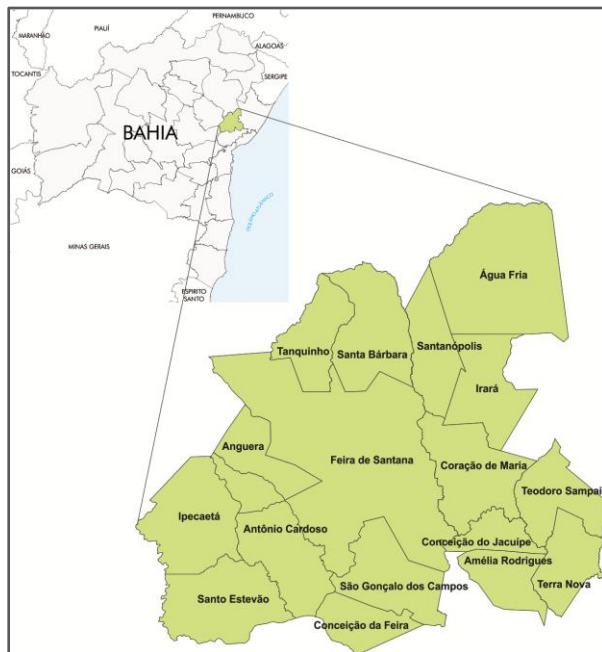


Figura 13 – Localização do Território de Identidade Portal do Sertão no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificada apenas uma unidade de conservação, que está parcialmente inserida no território. A área total protegida está em torno de 33.052 ha, e corresponde a 5,69% da extensão territorial do TI Portal do Sertão. A APA Lago de Pedra do Cavalo tem caráter de uso sustentável e é de competência estadual, abrangendo os municípios de Conceição da Feira, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Antônio Cardoso e Feira de Santana.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações de pescadores estão distribuídas em três municípios, estimando um universo total de quatro comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, foram identificados sete aglomerados, concentrados principalmente no município de Irará.

No que diz respeito à ocorrência de sítios arqueológicos, não constam no território tais registros segundo estudos do Bahia Arqueológica. Por sua vez, foi identificada a existência de uma caverna no município de Santo Estêvão, denominada Gruta da Pitanga (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais representativos no TI Portal do Sertão são a apicultura, a manicultura, a cana de açúcar e a avicultura integrada.

A apicultura é caracterizada por estar ligada à atividade familiar, geralmente polivalente,

mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado como nível A, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

A avicultura integrada para este território configura um importante arranjo produtivo, sendo o maior detentor de cabeças do semiárido. O município de Feira de Santana centraliza o abate de frangos do seu entorno, no entanto, os municípios de Conceição da Feira, São Gonçalo dos Campos, Coração de Maria e Iramá também ganham destaque. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, se enquadrando no manejo de nível B.

A cana de açúcar no território é marcada pela produção de etanol, ainda que em escala pequena quando comparada ao cenário nacional. O sistema é cultivado em solos totalmente irrigados, e o seu manejo conta com alto nível tecnológico, se classificando como nível C. Não é observada a participação de agricultores familiares neste arranjo, e o destaque do território é o município de Amélia Rodrigues.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro e com a mão de obra altamente familiar. O manejo do solo é baseado em médio nível tecnológico, configurando manejo do nível B.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Portal do Sertão apresenta um total de 784 indústrias, a maior parte concentrada no município de Feira de Santana, com quase 90% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 60% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Feira de Santana (425), o grande destaque do território e, em menor escala, em Conceição de Feira (10) e São Gonçalo dos Campos (7). Como exemplo do segmento que mais se destaca em quantidade nesse grupo, vale citar o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (39%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 20% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se quase totalmente no município de Feira de Santana (56). Existem alguns empreendimentos, especialmente em Feira de Santana, voltados principalmente para a construção de edifícios, rodovias e ferrovias e a recuperação de materiais plásticos e metálicos. Um dos segmentos que possui destaque nesse grupo é o de fabricação de produtos de metal, com cerca de 30% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 20% do total de indústrias existentes no TI Portal do Sertão. Há destaque para alguns empreendimentos, também localizados em Feira de Santana, voltados para a extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e de material plástico; de minerais não metálicos; metalurgia e fabricação de produtos de metal, respondendo por 48% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar e mandioca, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o Portal do Sertão ocupa a 13ª posição em relação à área destinada à agricultura no estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Portal do Sertão apresenta uma área média quando comparada aos outros territórios de identidade integrantes da macrorregião, superando outros 10 territórios.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, conta 295,5 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). O município de Feira de Santana destaca-se por concentrar em torno de 23% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Amélia Rodrigues aparece como o menos expressivo, com 6.884 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Portal do Sertão ocupa a 10ª posição, com apenas 4,3% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Portal do Sertão

ocupa a 16ª posição, com 2,8% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muare e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas em dois municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, que representam um pouco mais de 46% do total de equinos no TI. A criação de muare apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Conceição do Jacuípe, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, com 46% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Portal do Sertão ocupa a 2ª posição em criação de muare e equinos, sendo superado apenas pelo TI Vitória da Conquista.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (11,8 milhões de cabeças). Feira de Santana, Conceição de Feira e São Gonçalo dos Campos são os municípios mais expressivos nesse arranjo e concentram 57% dos animais registrados no TI. As criações de suínos (257,1 mil cabeças) e ovinos (263,5 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para Feira de Santana, que possui 27% e 26% do total dos respectivos segmentos de criação. A caprinocultura intensiva também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 51.301 animais. Em comparação com os outros TIs, o TI Portal do Sertão possui a maior quantidade de aves e de suínos, com quase 35% e 15% do total dos respectivos rebanhos do estado da Bahia.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Portal do Sertão ocupa a 8ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número de médio a alto com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 32 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Feira de Santana, seguido por Santo Estêvão e Ipecaetá, onde o conjunto detém quase 40% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Terra Nova possui o menor número do território, com apenas 84 destes estabelecimentos familiares.

Em relação à silvicultura da região, só há registros relacionados à extração de madeira, atividade com alto potencial poluidor. A produção no território é de aproximadamente 12.991 m³ de madeira em tora para papel e celulose, concentrada apenas no município de Água Fria.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Portal do Sertão apresentam-se resultados de 12 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição que varia de regular a crítica em metade dos pontos (rios Pojuca, Jacuípe, Subaé e Curimataí e os riachos Principal e do Maia) enquanto a outra metade se mostra aceitável (rios Pojuca, Jacuípe, Subaé e Traripe). Para o IET, as condições se encontram mais distintas, apresentando uma condição aceitável em apenas um ponto (rio Jacuípe), enquanto os outros variam entre condição regular ou crítica.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Terra Nova e Amélia Rodrigues. No entanto, proporcionalmente, os municípios Tanquinho, Anguera e também Terra Nova, detêm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 65 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria química e se concentram mais na região do município de Feira de Santana.

Para a qualidade do ar, o TI Portal do Sertão tem como destaque o município de Feira de Santana

com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias têxteis que estão localizadas principalmente no município de Feira de Santana. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de concessão de lavra para extração de granito, granulito, argila, granodiorito e gnaíse.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, praticamente todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Conceição do Jacuípe e Feira de Santana se excetam, onde o primeiro possui um aterro sanitário simplificado e o segundo descarta seus resíduos em um aterro sanitário convencional.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Feira de Santana. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 36% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 59% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 21% da área do TI Portal do Sertão.

*** Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Portal do Sertão, constataram-se 142 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre construções residenciais irregulares, empreendimentos industriais na fase de operação e instalação de postos de combustíveis contrária à legislação pertinente. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam essencialmente em Feira de Santana, correspondendo a 79% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Portal do Sertão, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

Para a criação de aves, destacam-se ainda como demandas a articulação com agentes financeiros e de fomento para produção, com o objetivo de atender aos pequenos produtores; requalificação dos pequenos abatedouros para cumprimento das normas legais e estruturação/adequação das feiras e mercados municipais aos padrões mínimos de segurança sanitária, de acordo com a legislação vigente.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, revitalização dos mananciais, implantação de viveiros de árvores nativas e realizar um programa de conservação do solo e da água como base da sustentabilidade produtiva da agropecuária são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a transformação do aeródromo em aeroporto no município de Feira de Santana, readequação das rodovias estaduais e fomento a aquisição de equipamentos para recuperação e manutenção de estradas vicinais e vias urbanas através de consórcio público.

2.3.14. TI Semiárido Nordeste II

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Semiárido Nordeste II, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 15.976,8 km², equivalente a 2,9% do território do Estado e engloba os municípios de Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.

O território apresenta condições climáticas heterogêneas, compreendendo áreas sob influência predominante de clima Semiárido, Semiárido a Árido, com precipitações médias anuais variando de 700 a 800mm e 400 a 700 mm, respectivamente.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, chegando a 30% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Litólicos Eutrófico (20%).

Destaca-se no TI Semiárido Nordeste II a presença de quatro unidades geomorfológicas:

Patamares Dissecados do rio Vaza-Barris, Pediplano Sertanejo, Tabuleiros do Itapicuru e Tabuleiros do Rio Real.

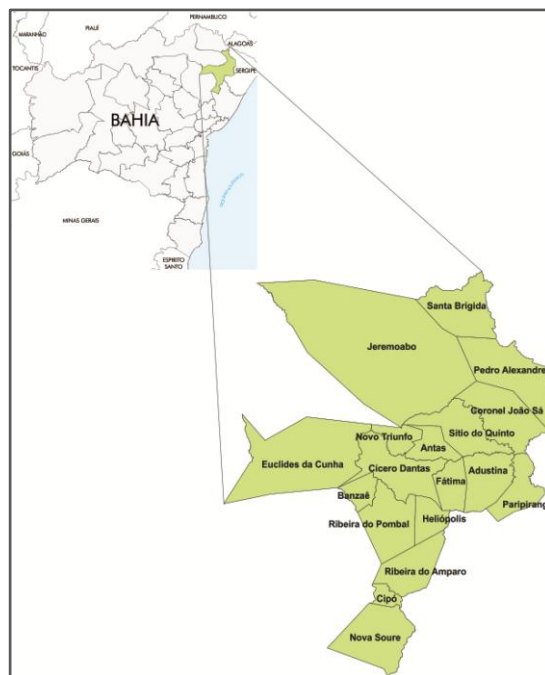


Figura 14 – Localização do Território de Identidade Semiárido Nordeste II no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Algumas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas cinco unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida está em torno de 139.842 ha e corresponde a 8,75% da extensão territorial do TI Semiárido Nordeste II. As unidades de conservação são de uso sustentável (ARIE Cocorobó, APA Serra Branca e RPPN Reserva Pouso das Garças), com exceção da Estação Ecológica Raso da Catarina, considerada uma área de proteção integral em virtude de suas particularidades ambientais identificadas. Destacam-se a Estação Ecológica Raso da Catarina de competência federal e a APA Serra Branca/Raso da Catarina de competência estadual, ambas localizadas no município de Jeremoabo e englobando aproximadamente 65.136 ha e 67.233 ha respectivamente.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, há apenas duas associações pesqueiras no TI Semiárido Nordeste II, que está localizada no município de Adustina. Em relação às comunidades indígenas, foram identificados povos indígenas nos municípios de Banzaê e Euclides da Cunha. No que diz respeito às comunidades remanescentes quilombolas, segundos dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, foram identificados quatro aglomerados, localizados nos municípios de Cipó e Jeremoabo.

No que diz respeito à ocorrência de sítios arqueológicos, um estudo realizado por Comerlatto (2007) identificou cerca de nove sítios evidenciando pinturas e abrigos sob-rocha na região de Santa Brígida. Tais registros levam a apontar a permanência de grupos sociais distintos, sugerindo ocorrência de

aglomerações expressivas. Quanto aos registros espeleológicos, foram identificadas quinze cavernas, inseridos no município de Paripiranga, na conformação de grutas e furnas composta por litologia calcária (CECAV, 2011).

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O TI do Semiárido Nordeste II possui como arranjo produtivo rural principal a apicultura.

A apicultura é caracterizada por estar ligada à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado como nível A, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos. Na avaliação global do Estado, os municípios de Jeremoabo e Ribeira do Pombal destacam-se em números tanto em termos de produção de mel quanto em valor da produção.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Semiárido Nordeste II apresenta um total de 39 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Euclides da Cunha, com pouco mais de 30% dos empreendimentos levantados e Ribeira do Pombal, com cerca de 20%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 39% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Euclides da Cunha (5). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (27%), fabricação de móveis e produtos de madeira (27%) e fabricação de artigo de vestuário e acessórios (27%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 28% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Euclides da Cunha (5). Existe destaque para alguns empreendimentos no mesmo município, voltados à construção de edifícios e serviços especializados para construção. O segmento que tem maior representatividade neste grupo é o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com quase metade dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 33% do total de indústrias existentes do Semiárido Nordeste II. Há destaque para alguns empreendimentos, em Cipó e Euclides da Cunha, voltados à extração de pedra, areia e argila e de minerais metálicos. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 38% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são os cultivos de milho e mandioca, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 2ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Semiárido Nordeste II apresenta a maior área dentre os territórios integrantes da macrorregião, e, a nível estadual, é superado apenas pelo TI Bacia do Rio Grande.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada ao potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 394,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha e Cícero Dantas destacam-se por concentrar em torno de 43% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Cipó aparece como o menos expressivo, com 7.400 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 7ª posição, com 6,2% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 12ª posição, com 3,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas dois municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do

grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Coronel João Sá, Jeremoabo, Nova Soure e Pedro Alexandre, que representam quase 40% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Jeremoabo e Pedro Alexandre. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 9ª e a 8ª posição em criação de muares e equinos, é responsável também pelo sétimo maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (730,9 mil cabeças) e Ribeira do Amparo indica maior expressividade neste arranjo. A criação de ovinos ocorre em todos os municípios do TI, destaque para Euclides da Cunha com mais de 20% das 218,3 mil cabeças do território. A criação intensiva de caprinos e suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 72.044 e 43.256 animais, respectivamente. Jeremoabo concentra quase 52% dos caprinos e 10% dos suínos do TI Semiárido Nordeste II, sendo o município de maior representatividade nestes segmentos.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Semiárido Nordeste II ocupa a 2ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, sendo superado apenas pelo TI Sisal. Em 2006, este território apresentou quase 56 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Paripiranga e Euclides da Cunha, onde o conjunto detém quase um quarto dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Cipó possui o menor número do território, com 1.095 destes estabelecimentos familiares, o que, no entanto, não é um número baixo quando comparado a outros territórios de identidade e aos municípios do próprio território.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Semiárido Nordeste II apresentam-se resultados de seis pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Itapicuru e Vaza-Barris e Açude Adustina), exceto em um ponto no município de Fátima (rio Real). Para o IET, as condições se encontram distintas, apresentando uma condição aceitável em apenas um ponto (rio Itapicuru), enquanto os outros variam de regular a crítica (demais rios citados no IQA).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Jeremoabo e Cícero Dantas. No entanto, proporcionalmente, o município de Antas tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território oito empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para indústria química e agroindústria, se concentrando mais nos municípios de Euclides da Cunha e Ribeira do Pombal, respectivamente.

Para a qualidade do ar, o TI Semiárido Nordeste II não apresenta nenhum município com população urbana maior que 30 mil habitantes, portanto, não há grandes destaques com relação à frota de veículos e a qualidade do ar local. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, também não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de calcário.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste

território, estando concentradas especialmente nos municípios de Euclides da Cunha, Jeremoabo e Novo Triunfo. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 38% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 62% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, foi possível identificar as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 39% da área do TI Semiárido Nordeste II.

* Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Semiárido Nordeste II constatarem-se 11 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente em supressão de vegetação para fins agropastoris, atividade irregular de matadouro municipal e disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos. Não foram observadas autuações no território advindas do Ministério Público. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Antas, Euclides da Cunha e Jeremoabo, este último respondendo 55% das autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Semiárido Nordeste II, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Pode-se citar ainda o desejo pela reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, implantação de programa de educação ambiental, inclusive para o homem do campo, criação de parques estaduais de preservação e reflorestamento do bioma caatinga e a descentralização das atividades de fiscalização e licenciamento ambiental são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a recuperação das principais rodovias que interligam os municípios do TI e melhoria das estradas vicinais.

2.3.15. TI Sertão do São Francisco

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Sertão do São Francisco, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 61.616,5 km², equivalente a 10,9% do território do Estado e engloba os municípios de Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Árido e Semiárido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 700 mm.

Os Neossolos Quartzarênicos Órtico compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando 25% dos solos existentes na região, seguido de Latossolos vermelho-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

Destaca-se no TI Sertão do São Francisco a presença de oito unidades geomorfológicas: Depósitos Eólicos, Pediplano Karstificado, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Tabuleiros do Itapicuru, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

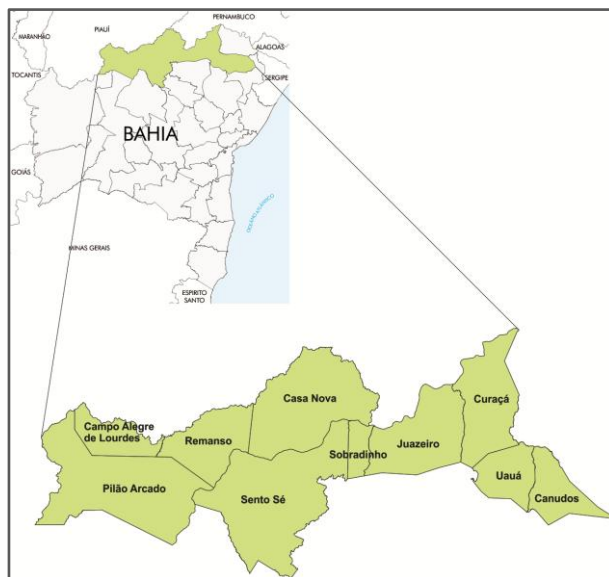


Figura 15 – Localização do Território de Identidade Sertão do São Francisco no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas três unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de cerca de 1.688.059 ha, e corresponde a 27,40% da extensão do TI Sertão do São Francisco. As unidades de conservação são de uso sustentável e de competência estadual, com exceção do Parque Nacional Serra das Confusões, de proteção integral e competência federal. Destaca-se a APA Lago do Sobradinho, que abrange uma área de aproximadamente 1.233.475 ha em torno de seis municípios.

O regime de propriedade “Fundo de Pasto” é um modelo de produção e gestão de recursos naturais que é uma importante fonte de estabilidade social e de preservação da história e cultura comunitária na região do TI Sertão do São Francisco. As terras de uso coletivo constituem uma modalidade de organização social que abrange 259 comunidades nesse TI, distribuídas por todo o território.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo total de 13 comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, foram identificados quatro aglomerados, concentrados em Curaçá.

No território, de acordo com o Bahia Arqueológica, foram identificados 73 sítios arqueológicos em diversos municípios, mas que predominam no município de Sento Sé, relevantes em arte rupestre, predominantemente, e são oriundos do período pré-colonial. No município de Curaçá destacam-se os sítios Serrote do Velho Chico, que é um abrigo de calcário que apresenta pinturas e gravuras rupestres, e Curral Velho e Poço Grande que apresentam pinturas em rochas. Já no município de Sento Sé, destacam-se os sítios Grotta do Batedor e Corrente caracterizados por pintura rupestre em rochas.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

Os arranjos produtivos rurais mais importantes do TI Sertão do São Francisco são a caprinocultura/ovinocultura, a fruticultura irrigada e os cultivos de cana de açúcar e maracujá.

O arranjo da caprinocultura/ovinocultura é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Basicamente, este arranjo se constitui como uma atividade realizada para complemento de renda. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado no nível B.

A fruticultura irrigada no território adota técnicas que são compatíveis com a exigência dos consumidores, mantendo a inovação constante do processo. O manejo do solo é realizado com alto nível tecnológico, classificando-se no nível C, e progressivamente o sistema adota técnicas mais avançadas, sendo conhecida como a PIF (Produção Integrada da Fruticultura).

A cana de açúcar no território é marcada pela produção de etanol, ainda que em escala pequena quando comparada ao cenário nacional. O sistema é cultivado em solos totalmente irrigados, e o seu manejo conta com alto nível tecnológico, se classificando como nível C. O município de Juazeiro é o destaque do arranjo desse território, realizando um projeto pioneiro no Brasil em implantação de uma usina produtora de açúcar e álcool.

O cultivo de maracujá é praticado com lavoura irrigada, com produtores familiares e pequenos e médios empresários. Esse sistema se apropria de técnicas avançadas, que fornecem rendimentos físicos no Estado. O manejo do solo, baseado em alto nível tecnológico, se enquadra no nível de manejo C.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sertão do São Francisco apresenta um total de 73 indústrias, a maior parte concentrada no município de Juazeiro, com cerca de 90% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 49% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Juazeiro (33). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar os setores de impressão e reprodução de gravações (28%) e fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios (28%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 26% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Juazeiro (7). Ainda no mesmo município, existe a construção de edifícios, além de outras obras de engenharia civil que são considerados empreendimentos desse grupo. Um dos segmentos de destaque de médio potencial poluidor no território é o de fabricação alimentos e bebidas, com aproximadamente de 37% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 25% do total de indústrias existentes no TI Sertão do São Francisco. Há destaque para alguns empreendimentos, em Juazeiro e Curaçá, voltados para a extração de pedra, areia e argila, e em Campo Alegre de Lourdes, de extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. Outro segmento com alto potencial poluidor, que é representativo no território, é o setor de fabricação alimentos, respondendo por 28% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar, côco, maracujá e fruticultura irrigada, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 17ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Sertão do São Francisco apresenta uma área relativamente baixa dentre os territórios integrantes da macrorregião, no entanto, supera outros sete territórios da mesma.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 162,3 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Casa Nova e Remanso destacam-se por concentrar em torno de 34% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Canudos aparece como o menos expressivo, com 4.900 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 16ª posição, com apenas 2,5% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 23ª posição, com 1,5% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Casa Nova, Juazeiro, Pilão Arcado e Sento Sé, que juntos concentram 66% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destacam-se os municípios de Juazeiro e Remanso, que representam 41% do total de equinos no TI, e não se registra a criação de bubalinos em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 13ª e a 16ª posição em criação de muares e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupos dos caprinos (1,06 milhões de cabeças) e dos ovinos (800 mil cabeças). Casa Nova traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados, que são os maiores rebanhos quando comparados aos TIs da macrorregião semiárido. A criação de aves (557 mil cabeças) ocorre em todos os municípios do TI, destaque para Campo Alegre de Lourdes com 19% das cabeças do território. A criação intensiva de suínos também ocorre nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 87 mil animais, com destaque mais uma vez para o município de Casa Nova, com 26% do total.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Sertão do São Francisco ocupa a 9ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número de médio a alto com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou quase 32 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Casa Nova, seguido por Pilão Arcado, onde o conjunto detém cerca de 35% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Sobradinho possui o menor número do território, com 342 destes estabelecimentos familiares.

▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Sertão do São Francisco apresentam-se resultados de 10 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Vaza-Barris, São Francisco, Curaçá e Salitre). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando uma condição regular em Canudos (rio Vaza-Barris), Juazeiro (rio Curaçá e Salitre) e Sobradinho (rio São Francisco).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Juazeiro. No entanto, proporcionalmente, o município de Canudos tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se encontram dispersos na área de abrangência do TI.

Para a qualidade do ar, o TI Sertão do São Francisco tem como destaque os municípios de Juazeiro e Casa Nova com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias

com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se as indústrias ligadas a produção de insumos químicos que estão localizadas em Juazeiro. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de amianto, calcário, cobre, cromita, cromo, dolomito, fosfato, granito, magnesita, mármore e migmatito.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, pouco mais da metade dos municípios apresenta lixão como alternativa de disposição. Os municípios de Curaçá, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé possuem aterros sanitários para dispor os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Pilão Arcado e Remanso. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 19% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 76% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Sítio BAZE, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 70% da área do TI Sertão do São Francisco.

▪ Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Sertão do São Francisco, constataram-se 19 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos e hospitalares em corpos hídricos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e supressão da vegetação da caatinga sem autorização ambiental. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que a maioria das atividades econômicas que receberam notificações do Inema e que interferem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localiza em Juazeiro, correspondendo a 42% das autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Sertão do São Francisco, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à cana de açúcar e seus derivados, a criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica e o fortalecimento das organizações de produtores, fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, execução de projeto de revitalização da Bacia do Rio São Francisco e fomento a educação ambiental de forma contextualizada com o bioma caatinga são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a recuperação das principais rodovias que interligam os municípios do TI e melhoria das estradas vicinais e a implantação do sistema aquaviário.

2.3.16. TI Sertão Produtivo

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Sertão Produtivo, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 23.550,9 km², equivalente a 4,2% do território do Estado e engloba os municípios de Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada das Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 500 a 700 mm e 700 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 35% da área do território.

Destaca-se no TI Sertão Produtivo a presença de sete unidades geomorfológicas: Patamares do Médio Rio de Contas, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Vão do São Francisco e Serras Setentrionais.

▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas quatro unidades de conservação, que estão totalmente inseridas no território. A área total protegida é de aproximadamente 58.365 ha e corresponde a 2,48% da extensão territorial do TI Sertão Produtivo. Este TI apresenta áreas para proteção integral, o que denota, em termos prescritivos de legislação específica, nível mais elevado de compromisso ambiental e de conservação dos recursos naturais. Deste modo, destaca-se por apresentar maior área de proteção integral a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos e abrange os municípios de Urandi, Sebastião Laranjeiras, Pindaí, Candiba, Guanambi e Palmas de Monte Alto.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações de pescadores estão distribuídas nos municípios de Caculé, Guanambi e Livramento de Nossa Senhora, estimando um universo total de três comunidades pesqueiras artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA do ano de 2012, foram identificados 18 aglomerados, concentrados principalmente nos municípios de Livramento de Nossa Senhora e Caetité.

Com relação aos registros de sítios arqueológicos do Bahia Arqueológica, foram identificados oito sítios mais concentrados nos municípios de Caetité, Ituaçu, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Guanambi e Sebastião Laranjeiras. O município de Palmas de Monte Alto é responsável pelo maior número de registros arqueológicos, correspondendo a 38% das ocorrências levantadas. Quanto à ocorrência de cavernas, os municípios de Caetité e Iuiú correspondem juntos a 80% do universo de 74 ocorrências no território

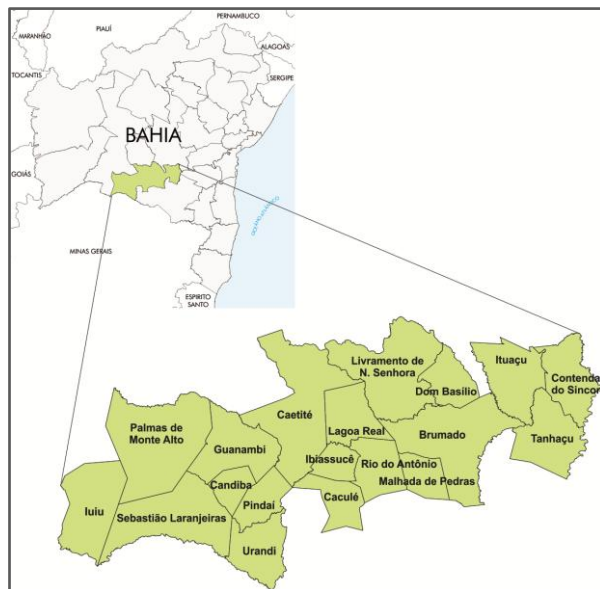


Figura 16 – Localização do Território de Identidade Sertão Produtivo no estado da Bahia

(CECAV, 2011).

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

No TI Sertão Produtivo, os arranjos produtivos rurais mais significativos são a caprinocultura/ovinocultura, a fruticultura irrigada e os cultivos de maracujá e algodão.

O arranjo da caprinocultura/ovinocultura é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de médio nível tecnológico, sendo classificado no nível de manejo B.

A fruticultura irrigada no território adota técnicas que são compatíveis com a exigência dos consumidores, mantendo a inovação constante do processo. Existe a prática da lavoura irrigada voltada para o agronegócio, mais especificamente em Brumado, que conta com lavouras resultantes de captações em rios, como o Rio de Contas. O manejo do solo é realizado com alto nível tecnológico, classificando-se no nível C, e progressivamente o sistema adota técnicas mais avançadas, sendo conhecida como a PIF (Produção Integrada da Fruticultura).

O cultivo de maracujá é praticado com lavoura irrigada, com produtores familiares e pequenos e médios empresários. Esse sistema se apropria de técnicas avançadas, que fornecem rendimentos físicos ao Estado. O manejo do solo, baseado em alto nível tecnológico, se enquadra no nível de manejo C.

O algodão é um arranjo produtivo rural que está consolidado na região no Cerrado, no entanto, apresenta os municípios de Palmas de Monte Alto e Iuiú que possuem valores de produção significativos quando comparados ao cenário global. Nesse território, o manejo do solo se baseia em alto nível tecnológico, o que classifica o manejo como nível C.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sertão Produtivo apresenta um total de 243 indústrias, a maior parte concentrada no município de Guanambi, com quase 40% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 47% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Guanambi (56) e Brumado (18). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (38%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 21% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Guanambi (17) e Brumado (10). Nos mesmos municípios, se destacam alguns empreendimentos: em Guanambi, ligados a obras de geração e distribuição de energia elétrica, e em Brumado, voltados para a mesma atividade citada, além de construção de edifícios, recuperação de materiais metálicos e montagem de instalações industriais. O segmento que tem maior destaque neste grupo é o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 50% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 32% do total de indústrias existentes do TI Sertão Produtivo. Em Brumado, é possível observar a atividade de extração de minerais não metálicos que se classificam nesse grupo. De outro lado, em Tanhaçu há a extração de pedra, areia e argila, enquanto que além destas, ocorre em Caetité, as atividades de extração de minério de ferro, de minerais radioativos e de minério de manganês. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 60% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de cana de açúcar, côco, maracujá e fruticultura irrigada, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI

Sertão Produtivo ocupa a 9ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Sertão Produtivo apresenta uma área de média a alta dentre os territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 466,6 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Palmas de Monte Alto, Guanambi e Brumado destacam-se por concentrar em torno de 33% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Contendas do Sincorá aparece como o menos expressivo, com 8.198 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Sertão Produtivo ocupa a 4ª posição, com 7,3% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Sertão Produtivo ocupa a 8ª posição, com 4,4% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo em todos os municípios do território, com destaque para os municípios de Brumado, Ituaçu, Rio do Antônio e Tanhaçu que concentram 55% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Tanhaçu e Brumado que juntos concentram 23% do total de equinos no TI. Não há criação de bubalinos em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Sertão Produtivo ocupa a 4ª e a 3ª posição em criação de muares e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,2 milhões de cabeças), e Caetité indica maior expressividade neste arranjo. As criações de suínos (152,5 mil cabeças), caprinos (151,1 mil cabeças) e ovinos (111,6 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI (com exceção da criação de ovinos em Candiba), destaque para os municípios de Tanhaçu e Brumado que concentram juntos 19%, 46%, e 27% dos totais nos segmentos citados, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Sertão Produtivo ocupa a 3ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, sendo superado apenas pelos TIs Sisal e Semiárido Nordeste II. Em 2006, este território apresentou quase 44 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Caetité, seguido por Livramento de Nossa Senhora e Guanambi, onde o conjunto detém cerca de 30% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Contendas do Sincorá possui o menor número do território, com 175 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Sertão Produtivo apresentam-se resultados para oito pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios de Contas, Brumado, do Antônio, Ouriver e Caraíbas de Dentro, e a Lagoa de São Timóteo). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando uma condição crítica em Dom Basílio (rio Brumado) e Palmas de Monte Alto (rio Carnaíba de Dentro).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Guanambi, Brumado e Caetité. Estes municípios possuem também os maiores percentuais de não atendimento.

Encontram-se neste território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para mineração e se concentram mais na região do município de Brumado.

Para a qualidade do ar, o TI Sertão Produtivo tem como destaque os municípios de Guanambi e Brumado com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias ligadas a produção de artefatos de cerâmica que estão localizadas em Caculé. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de calcário, dolomito, fosfato, magnesita, manganês, quartzito e talco.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 11 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Iuiú, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeiras. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 58% da área do território. A cobertura vegetal é menos representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 39% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Sertão Produtivo.

*** Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Sertão Produtivo, constataram-se quatro notificações apresentadas pelo Inema devido à disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, atividade mineradora clandestina e instalação industrial irregular. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas mais notificadas pelo Inema e que interferem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Livramento de Nossa Senhora, o que corresponde à metade das autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Sertão Produtivo, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo pela divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

Para o arranjo produtivo do algodão, ressalta-se a demanda de modernização e ampliação dos terminais portuários para atendimento das demandas, o desenvolvimento de parcerias e convênios e cooperação técnica para pesquisas aplicadas em ciência e tecnologia. Para a fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de unidades de conservação em áreas de serra, a construção de viveiros de mudas para revegetação de áreas degradadas e a revitalização das bacias hidrográficas são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a ampliação e estruturação do modal aeroviário e investimento em infraestrutura viária, inclusive construção de estradas ecológicas.

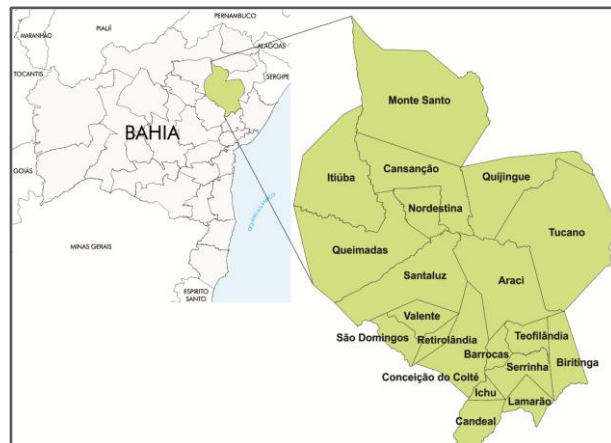
2.3.17. TI Sisal

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Sisal, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 20.398,8 km², equivalente a 3,6% do território do Estado e engloba os municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Semiárido a Subúmido, com precipitações médias anuais variando de 400 a 800mm e 700 a 850mm, respectivamente.

Os Planossolos Háplicos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 62% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Regolíticos Eutrófico e Latossolos Vermelho-Amarelos Distrófico Alumínico, que juntos, representam 20% de solos presentes no território.



Destaca-se no TI Sisal a presença de três unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo, Tabuleiros do Itapicuru e Tabuleiros Interioranos.

Figura 17 – Localização do Território de Identidade Sisal no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Sendo assim, poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas três unidades de conservação, que estão totalmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a cerca de 535,74 ha, e corresponde a 0,03% da extensão territorial do TI Sisal. As unidades de conservação são de uso sustentável e de competência federal e estão contidas no município de Queimadas. A RPPN Canto dos Pássaros contempla uma área de aproximadamente 233,74 ha, a RPPN Fazenda Morrinhos engloba em torno de 192 ha, e já a RPPN Fazenda Piabas, abrange cerca de 110 ha deste território.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, no ano de 2011, as associações, colônias e sindicatos de pescadores estão distribuídas em três municípios (Araci, Cansanção e Itiúba), estimando um universo total de sete comunidades pesqueiras artesanais. Vale ressaltar também a existência de comunidades de fundo de pasto em Monte Santo, abrangendo cerca 49 de aglomerados. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados três aglomerados localizados nos municípios de Biritinga, Monte Santo e Nordestina.

Quanto a ocorrências de sítios arqueológicos, foram identificados dois registros em Monte Santo, denominados Serrote da Onça e Pedra do Índio, segundo estudos do Bahia Arqueológica. Não foi verificada a existência de cavernas no território (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes do TI Sisal são a apicultura, a caprinocultura/ovinocultura e os cultivos de milho e sisal.

A apicultura, no semiárido e especialmente neste território, tem sido estimulada por associações

para diversificar a geração de renda na região, que possibilitam o financiamento de equipamentos para pequenos produtores. No entanto, o arranjo ainda é caracterizado por estar ligado à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado como nível A, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

A caprinocultura/ovinocultura é bastante incipiente nesta região. O arranjo é executado de forma extensiva e configura uma atividade predominantemente familiar, se dividindo com outras atividades. Basicamente, este arranjo constitui uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado no nível A.

O milho é produzido com restrições hídricas neste território, não tendo rendimentos físicos elevados. Os principais agentes são o pequeno produtor familiar descapitalizado, que no geral, destina a sua produção para subsistência ou ração animal. O manejo do solo pouco evolui com relação à tecnologia, se mantendo classificado como nível A, tanto no tange insumos quanto as operações.

O cultivo de Sisal foi introduzido no Estado justamente neste território, que leva o nome do arranjo. A produção é fundamentalmente familiar, apesar de alguns registros de unidades de produção com natureza empresarial, e se baseia em técnicas de baixo nível tecnológico para o manejo do solo, configurando nível A. A maioria das unidades de produção é de pequeno porte, no entanto, a Bahia detém 87% da produção brasileira de Sisal, concentrada em sua maior parte na região semiárida baiana.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Sisal apresenta um total de 154 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Conceição do Coité, com pouco mais de 30% dos empreendimentos levantados e Serrinha, com pouco mais de 20%. A partir desse mapeamento, aproximadamente 65% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Conceição do Coité (36), Serrinha (20), Tucano (13) e Valente (12). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (53%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 8% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Serrinha (5). Há destaque para um empreendimento deste grupo neste município, sendo este voltado para a construção de edifícios. Os segmentos mais representativos neste grupo são o de fabricação de produtos de metal (37%) e o de fabricação de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos (36%).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 27% do total de indústrias existentes do TI Sisal. Os municípios de Barrocas, Nordestina, Santaluz, Teofilândia e Tucano possuem indústrias extrativas classificadas nesse grupo. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelo setor de fabricação de produtos têxteis, respondendo por 51% dos empreendimentos desse grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de milho e sisal, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Sisal ocupa a 4ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Sisal é superado apenas pelo TI Semiárido Nordeste II.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada ao potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 330 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Tucano, Itiúba e Conceição do Coité destacam-se por concentrar em torno de 29% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de São Domingos aparece como o menos expressivo, com 4.600 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Sisal ocupa a 9ª posição, com 5,2% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Sisal ocupa a 15ª

posição, com 3,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo apenas em dois municípios do território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Queimadas e Santaluz que representam quase 26% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque no município de Cansanção com 26% do total do rebanho. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Sisal ocupa a 12ª e a 11ª posição em criação de equinos e muares respectivamente, é responsável também pelo quarto maior rebanho de bubalinos da macrorregião.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chamam atenção os grupo das aves (862,1 mil cabeças) e dos ovinos (447,7 mil cabeças). Serrinha traz indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado com 20% do total, enquanto que Monte Santo concentra 25% dos ovinos do TI. A criação de caprinos (253,6 mil cabeças) e suínos (95,5 mil cabeças) ocorre em todos os municípios, porém com menor expressividade. O destaque mais uma vez é de Serrinha, com 16% do total de suínos, e Monte Santo, responsável por 34% das cabeças da caprinocultura no TI Sisal.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Sisal ocupa a 1ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, ou seja, o maior número de estabelecimentos familiares. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 58 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Monte Santo, seguido por Tucano, Araci, Conceição do Coité e Cansanção, onde o conjunto detém pouco mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Ichu possui o menor número do território, com 510 destes estabelecimentos familiares.

▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Sisal apresentam-se resultados para nove pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável na maior parte dos pontos, com condição crítica em Cansanção (rio Jacrici) e regular em Quijingue (rio Quijingue). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando uma condição aceitável apenas em Lamarão (rio Joanes) e Tucano (rio Itapicuru).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Serrinha e Tucano. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Lamarão, Itiúba, Queimadas e também Tucano, detêm os maiores percentuais de não atendimento.

Encontram-se neste território quatro empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria.

Para a qualidade do ar, o TI Sisal tem como destaque os municípios de Serrinha e Conceição do Coité com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se indústria ligada a produção de fibras têxteis, localizada em Conceição do Coité. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de cobre, cromita, cromo, granito, minério de ouro e ouro.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de

disposição. Apenas os municípios de Araci, São Domingos e Tucano se excetuam, contando com aterros sanitários convencionais para dispor mais adequadamente os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 17 municípios, estando distribuídas de forma dispersa neste território. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 36% da área do território. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 64% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 26% da área do TI Sisal.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Sisal, constatarem-se 17 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre lançamento *in natura* de efluentes domésticos, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e instalação de postos de combustíveis inadequada aos padrões da legislação pertinente. Casos isolados de supressão de vegetação, matadouro em operação e extração ilegal de minério também foram identificados. Não foram observadas atuações no território advindas do Ministério Público. Nesta condição, houve uma distribuição uniforme de notificações sobre os empreendimentos atuados e seus respectivos municípios, destacando-se o município de Biritinga, seguido dos municípios e Conceição do Coité, Queimadas, Retirolândia e Valente.

Das demandas da população residente no TI Sisal, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

Para o arranjo produtivo do sisal, demanda-se o aproveitamento de 100% das plantas; promoção nacional e internacional das fibras naturais visando à conquista de novos mercados; ampliação da assistência técnica, incluindo defesa sanitária, manejo e questões ambientais e sociais das cadeias produtivas e comercialização dos produtos com classificação e certificação oficial.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, construção de viveiros e recuperação dos existentes para produção e distribuição de mudas nativas para reflorestamento e a implantação de programa de recuperação dos mananciais e mata ciliares são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se construção e recuperação de terminais rodoviários, e construção e manutenção das estradas do território, inclusive as vicinais.

2.3.18. TI Vale do Jiquiriçá

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 10.287,0 km², equivalente a 1,9% do território do Estado e engloba os municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 500 a 800 mm e 700 a 900 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 65% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos Vermelho-Amarelos que correspondem a 23% da área do território.



Figura 18 – Localização do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá no estado da Bahia

Destaca-se no TI Vale do Jiquiriçá a presença de cinco unidades geomorfológicas: Pediplano Sertanejo, Planalto dos Geraizinhos, Serras Marginais e Maciço Central, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-litorâneos.

▪ Indicação do regime especial de uso

Poucas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas duas unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a aproximadamente 25.271 ha, corresponde a 2,46% da extensão do TI Vale do Jiquiriçá. As unidades de conservação são de uso sustentável, sendo que a RPPN Fazenda Kaybí, localizada em Ubaíra, é de competência federal, enquanto que a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança é de competência estadual. Esta última destaca-se por abranger seis municípios e engloba uma área total de cerca de 25.266 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, há apenas uma associação pesqueira no TI Vale do Jiquiriçá, localizada no município de Maracás. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, não foram identificados tais comunidades neste território.

Segundo estudos do Bahia Arqueológica, foi identificado no território apenas um sítio arqueológico localizado em Milagres, denominado por Pedra do Sino e cuja arte rupestre encontrada no local é associada a ocupações do período Pré-Colonial. Não foram identificados registros espeleológicos no território (CECAV, 2011).

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

No TI Vale de Jiquiriçá, os arranjos produtivos rurais mais expressivos são a avicultura integrada, a manicultura e o cultivo de maracujá.

A avicultura integrada para este território configura um importante arranjo produtivo, sendo o maior detentor de cabeças do semiárido. O município de Jaguaquara é o destaque do território. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, se enquadrando no manejo de nível B.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro e com a mão de obra altamente familiar. O manejo do solo é baseado em médio nível tecnológico, configurando manejo do nível B.

O cultivo de maracujá é praticado com lavoura irrigada, com produtores familiares e pequenos e médios empresários. Esse sistema se apropria de técnicas avançadas, que fornecem rendimentos físicos no Estado. O manejo do solo, baseado em alto nível tecnológico, se enquadra no nível de manejo C.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Vale do Jiquiriçá apresenta um total de 60 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Amargosa e Jaguaquara, com quase 30% e 15%, respectivamente, dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 58% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Amargosa (11) e Jaguaquara (6). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (52%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 22% do total dos empreendimentos mapeados e se encontram dispersas no território. Em Jiquiriçá e Maracás se destacam empreendimentos deste grupo voltados para a construção de edifícios. O segmento que tem maior representatividade neste grupo é o de fabricação de alimentos e bebidas, com quase 80% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 20% do total de indústrias existentes do TI Vale do Jiquiriçá. Os municípios de Lajedo do Tabocal e Maracás possuem neste grupo indústrias extrativas (extração de pedra, areia e argila) que têm destaque. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e produtos de metal, respondendo por 59% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de mandioca e maracujá, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação aos demais territórios, o TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 19ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Vale do Jiquiriçá apresenta uma área relativamente baixa dentro os territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 279,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Maracás, Amargosa e Jaguaquara destacam-se por concentrar em torno de 38% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Jiquiriçá aparece como o menos expressivo, com 3.746 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 12ª posição, com apenas 4,4% das cabeças de gado da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 18ª posição, com 2,6% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. Há uma pequena quantidade de bubalinos apenas no município de Lafaiete Coutinho, caracterizando o TI como o segundo menos expressivo dentre os criadores na região do semiárido. Já a criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do Vale do Jiquiriçá. Destacam-se os municípios de Itiruçu, Jaguaquara e Maracás, que representam quase 45% do total de equinos no TI. A criação de muares exibe valores intermediários entre bubalinos e equinos, com destaque para Amargosa, Laje e

Mutuípe com quase 39% do número de cabeças do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o Vale do Jiquiriçá ocupa a 3ª e a 5ª posição em criação de muares e equinos, respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,487 milhões de cabeças) e Jaguaquara indica maior expressividade nesta arranjo. As criações de caprinos (89,5 mil cabeças), suínos (44,2 mil cabeças) e ovinos (33,9 mil cabeças) ocorrem em grande parte dos municípios do TI. Destacam-se os municípios de Maracás, com 27% dos caprinos, Ubaíra, com 20% dos suínos, e Lajedo do Tabocal, com 22% dos ovinos.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Vale do Jiquiriçá ocupa a 14ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número baixo com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou quase 23 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Mutuípe, seguido por Ubaíra, Laje e Jiquiriçá, onde o conjunto detém quase metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Sobradinho possui o menor número do território, com 56 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Vale do Jiquiriçá apresentam-se resultados para seis pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Dona, Jiquiriçá, Ribeirão e Preto). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando uma condição regular apenas em São Miguel das Matas (rio Dona) e em Mutuípe (rio Jiquiriçá).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Itaquara, Brejões, Jaguaquara e Milagres. No entanto, proporcionalmente, os municípios Itaquara e Brejões têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território cinco empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Esses empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se concentram mais nas regiões dos municípios de Amargosa e Maracás.

Para a qualidade do ar, o TI Vale do Jiquiriçá tem como destaque o município de Jaguaquara com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se indústria ligada a produção de artefatos de couro que está localizada em Amargosa. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de requerimento de registro de extração de areia, saibro e cascalho.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, metade dos municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Mutuípe, Planaltino e Santa Inês possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. O município de Jaguaquara conta com um aterro sanitário convencional, enquanto Jiquiriçá e Ubaíra descartam seus resíduos em aterros sanitários convencionais compartilhados.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em oito municípios deste território, ocorrendo em áreas dispersas do TI. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, ocupando cerca de 55% da área do território, seguido pela agropecuária 22%. A cobertura vegetal é menos representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 22% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 16% da área do TI Vale do Jiquiriçá.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Vale do Jiquiriçá, constataram-se 15 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre prática irregular de extração e comercialização de madeira e lenha e supressão da vegetação sem autorização ambiental. Quanto ao Ministério Público, foram identificadas 41 autuações decorrentes principalmente da degradação de vegetação nativa, da intervenção em áreas de preservação permanente e de extração e comercialização ilegal de madeira. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em Mutuípe e Ubaíra. Com relação às notificações apresentadas pelo Ministério Público, destaca-se o município de Maracás, respondendo por 66% de autuações levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Vale do Jiquiriçá, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se a ampliação da área objeto do zoneamento da produção da cultura, visando torná-la mais aderentes as áreas atualmente utilizadas por essa lavoura, permitindo que o produtor tenha acesso ao crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a revitalização da Bacia do Vale do Jiquiriçá, instalação e implementação da gestão ambiental compartilhada são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se implantação de aeroporto nas proximidades do território, restabelecimento do transporte ferroviário e construção e manutenção da malha rodoviária do território.

2.3.19. TI Velho Chico

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Velho Chico, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 45.986,5 km², equivalente a 8,2% do território do Estado e engloba os municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém de São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais em torno de 500 a 700 mm e 700 a 1.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 40% dos solos existentes na região, seguido de Cambissolos Háplicos e Argissolos Vermelho-Amarelos que, juntos, estão presentes em aproximadamente 35% da área do território.

Destaca-se no TI Velho Chico a presença de nove unidades geomorfológicas: Chapadão Central, Depósitos Eólicos, Patamar do Chapadão, Pediplano Sertanejo, Serra do Boqueirão, Serras das Bordas Oriental e Ocidental, Serras Setentrionais, Vão do São Francisco e Várzea e Terraços Aluvionares.

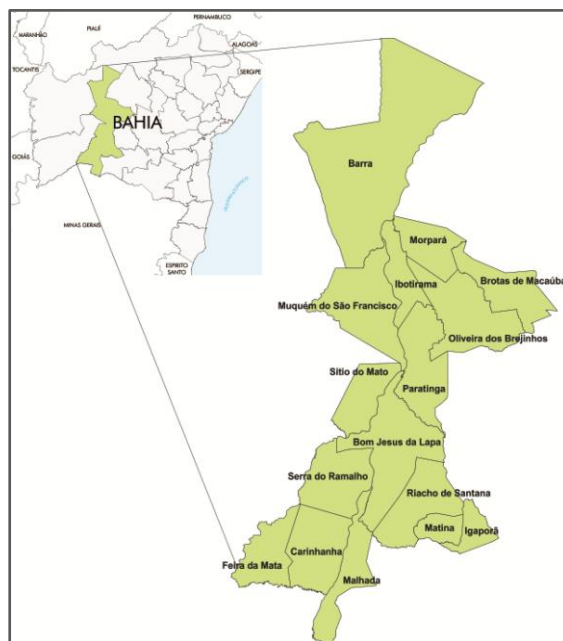


Figura 19 – Localização do Território de Identidade Velho Chico no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas oito unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de cerca de 525.765 ha, e corresponde a 11,43% da extensão do TI Velho Chico. A maioria das unidades de conservação é de uso sustentável, enquadradas como Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular de Patrimônio Natural, com exceção do Parque Estadual Verde Grande, de proteção integral. A unidade de conservação que mais se destaca é a APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, que abrange uma área de aproximadamente 511.083 ha, representando em percentual acima de 97% de toda a área protegida do TI.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todos os municípios pertencentes ao território, estimando um universo total de 12 comunidades pesqueiras artesanais. Observa-se assim, a maior concentração de comunidades de pesca em águas continentais em todo o Estado. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 22 aglomerados, localizados principalmente nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana.

No território, foram identificados 42 sítios arqueológicos em diversos municípios, registrados como arte rupestre, material cerâmico e lítico, cujo período está associado a ocupações humanas na fase Pré-colonial. Destacam-se os sítios Morro do Cruzeiro e Barragem Aguada, localizados em Brotas de Macaúbas, Gruta do Tamarindo, em Serra do Ramalho, assim como os instrumentos líticos encontrados em

Pedra do Tapuia, localizada em Oliveira de Brejinhos. Outra característica relevante é a existência de cavernas, perfazendo-se um total de 81 registros e que se concentram, predominantemente, em Feira da Mata, Carinhanha e Serra do Ramalho.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

Os arranjos produtivos rurais que mais se destacam no TI Velho Chico são os cultivos de soja e algodão.

O algodão é um arranjo produtivo rural que está mais consolidado na região do cerrado. No entanto, alguns municípios no território desenvolvem essa cultura, com um manejo do solo que se baseia em alto nível tecnológico, o que classifica o manejo como nível C. Os principais municípios de destaque dentro do território são Serra do Ramalho e Malhada.

O cultivo da soja se faz presente na porção onde as condições físicas se assemelham às do Cerrado, ou seja, marginalmente ao norte do território. O manejo do solo é baseado em técnicas de médio a alto nível tecnológico, classificando o manejo como nível B/C. O maior destaque do território nesse arranjo é o município de Serra do Ramalho.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Velho Chico apresenta um total de 49 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Ibotirama, com cerca de 30% e 25%, respectivamente, dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 30% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Bom Jesus da Lapa (6). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de impressão e reprodução de gravações (53%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 33% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria no município de Bom Jesus da Lapa (6) e Ibotirama (5). O município de Bom Jesus da Lapa apresenta ainda empreendimentos de obras de engenharia civil classificadas neste grupo. Os segmentos mais representativos são os setores de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 38% dos empreendimentos, e de fabricação de alimentos e bebidas, com 37%.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 37% do total de indústrias existentes do TI Velho Chico. Há destaque para empreendimentos deste grupo em Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos, todos ligados à indústria extrativa. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos, respondendo por 61% dos empreendimentos deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de soja e algodão, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Velho Chico ocupa a 14ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010A). Para a macrorregião semiárido, o TI Velho Chico apresenta uma área média dentre os territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exige 645,6 mil cabeças de gado (PAM, 2010). Os municípios de Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho destacam-se por concentrar em torno de 28% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Brotas de Macaúbas aparece como o menos expressivo, com 13.114 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Velho Chico possui o segundo maior número de cabeças de gado (10,1% do total da macrorregião), sendo superado apenas pelo TI Médio Sudoeste da Bahia. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Velho Chico ocupa a 5ª posição, com 6,1% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo todos os municípios do território, com destaque para o município de Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana, que concentra 35% do total de criações existentes no TI. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Riacho de Santana e Serra do Ramalho que juntos concentram mais de 39% do total de equinos no TI, e, para os bubalinos, não se observou registro de criação em nenhum município do TI. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Velho Chico ocupa a 8ª e a 4ª posição em criação de muares e equinos respectivamente.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (804,5 mil cabeças). Três municípios se destacam neste tipo de criação com mais de 100 mil cabeças: Paratinga, Riacho de Santana e Igarorã. As criações de suínos (114,2 mil cabeças), caprinos (87,4 mil cabeças) e ovinos (66,4 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, destacando-se em Bom Jesus da Lapa no primeiro arranjo mencionado e em Oliveira dos Brejinhos nos outros dois.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Velho Chico ocupa a 10ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número de médio a alto com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 31 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Paratinga, seguido por Barra e Serra do Ramalho, onde o conjunto detém cerca de 30% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Muquém de São Francisco possui o menor número do território, com 733 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Velho Chico apresentam-se resultados para nove pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rio Paramirim, Caririnha, São Francisco, Grande e Corrente). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, apresentando uma condição regular em Oliveira dos Brejinhos (rio Paramirim) e em Bom Jesus da Lapa (rio São Francisco), e crítica em Paratinga e Ibotirama (rio São Francisco em ambos).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios de Barra e Bom Jesus da Lapa. Proporcionalmente, os municípios de Brotas de Macaúbas e Barra têm um percentual maior de não atendimento.

Encontra-se neste território um empreendimento industrial que desenvolve atividade com potencial de poluição das águas superficiais. Esse empreendimento está voltado para indústria cerâmica e se localiza no município de Barra.

Para a qualidade do ar, o TI Velho Chico tem como destaque o município de Bom Jesus da Lapa com relação à frota de veículos nos municípios estudados. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de requerimento de registro de extração de cascalho; fase de registro de extração de areia e cascalho; fase de concessão de lavra para extração de quartzo, calcário, granito, conglomerado, água mineral e sienito e fase de lavra garimpeira de quartzo.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Em nenhum município deste TI foi indicada a existência de aterros sanitários para a disposição

final de resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município Barra e em menor proporção nos municípios de Muquém de São Francisco e Malhada. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 18% da área do território, seguido pela pecuária com 11%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 70% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 57% da área do TI Velho Chico.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Velho Chico constatarem-se oito notificações apresentadas pelo Inema que incidem sobre transporte de produtos perigosos, supressão da vegetação e ocupação em APP sem autorização ambiental. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que de todas as atividades antrópicas que receberam notificações do Inema e que interferem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Barra, Muquém de São Francisco, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos.

Das demandas da população residente no TI Velho Chico, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de unidades de conservação, o fortalecimento dos consórcios públicos na área ambiental, implementação de programas de educação ambiental e a regularização da vazão dos rios locais são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de um aeroporto em Bom Jesus da Lapa, construção e manutenção de estradas e construção e reforma de cais nas cidades ribeirinhas.

2.3.20. TI Vitória da Conquista

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Vitória da Conquista, inserido na macrorregião semiárido, compreende uma área de 27.275,6 km², equivalente a 4,7% do território do Estado e engloba os municípios de Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

Compreende áreas sob influência predominante de clima Semiárido e Subúmido a Seco com precipitações médias anuais variando de 700 a 900 mm. Ainda sob domínio do clima semiárido em algumas regiões, há exceção no município de Presidente Jânio Quadros aonde chega a apresentar precipitações inferiores a 500 mm em determinadas épocas do ano.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos compõem as classes de solos predominantes desse TI, representando aproximadamente 56% dos solos existentes na região, seguido de Argissolos que correspondem a 30%.

Destaca-se no TI Vitória da Conquista a presença de oito unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Patamares do Médio Rio de Contas, Patamares Orientais e Ocidentais do Espinhaço, Pediplano Sertanejo, Piemonte Oriental do Planalto de Vitória da Conquista, Planalto dos Geraizinhos, Serras Marginais e Maciço Central e Serras Setentrionais.



Figura 20 – Localização do Território de Identidade Vitória da Conquista no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Registram-se poucas áreas no território que se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas duas unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a cerca de 52,70 ha, o que corresponde a apenas 0,06% da área total do território. As unidades de conservação são de uso sustentável, destacando a APA Serra do Ouro, que preenche cerca de 44 ha no território e ocupa apenas aproximadamente 0,10% da área do município de Poções. A RPPN Rio dos Monos é de competência Federal e está totalmente inserida em Barra do Choça, ocupando em torno de 9 ha do município, mas em que em linhas gerais, é mínima sua ocupação por corresponder a apenas 0,01% de sua área total.

Com relação a registro de povos e comunidades tradicionais, no município de Planalto, a comunidade de Cinzento possui cerca de 70 famílias que aguardam a titulação de terras. A comunidade destaca-se pela força de lideranças femininas e pelo desenvolvimento de trabalhos educacionais junto aos jovens. Já as comunidades do Velame e de Sinzoca pela existência de grupos e vínculos Brasil-África na região.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR e CDA, do ano de 2012, foram identificados 27 grupos quilombolas, onde se destaca o município de Vitória da Conquista, por apresentar 16 comunidades. Com relação às associações e comunidades pesqueiras, segundo dados do Programa

GeografAR do ano de 2011, estima-se um universo total de cinco associações de pesca artesanal neste TI.

Segundo dados do CECAV (2011), foram registradas 28 cavernas no município de Licínio de Almeida, ainda que se revelem poucas informações sobre caracterização litológica e localidade. Quanto ao levantamento de estudos realizados pelo Bahia Arqueológica, identificou-se apenas um sítio arqueológico em Licínio de Almeida, denominado Pedra Arenosa e com aspectos de pintura rupestre em rochas.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O TI Vitória da Conquista possui como principais arranjos produtivos rurais a apicultura, a avicultura integrada, a bovinocultura, a manicultura e o cultivo de café.

A apicultura é caracterizada por estar ligada à atividade familiar, geralmente polivalente, mantendo outras atividades complementares. O manejo do solo é classificado como nível A, com baixo nível de tecnologia em seus processos produtivos.

A bovinocultura neste território tem a pecuária de corte como predominante. O manejo do solo é realizado com a adoção de técnicas de médio a alto nível tecnológico, classificando o manejo como nível B/C, e o município de Vitória da Conquista é o destaque em número de cabeças de gado.

A cafeicultura é uma atividade de média a elevada complexidade tecnológica no território, com a prática de técnicas de irrigação. Por isso, o manejo do solo pode ser considerado como nível C, baseado em alto nível tecnológico. Não envolve agricultores familiares, por exigir elevados investimentos e técnicas complexas do cultivo. O sistema produtivo é predominantemente tradicional e possui pouca elasticidade para expansão do arranjo pelas limitações físicas.

O cultivo da mandioca se assinala como um processo produtivo rotineiro e com a mão de obra altamente familiar. O manejo do solo é baseado em médio nível tecnológico, se configurando como manejo do nível B. O destaque do território é o Município de Cândido Sales em área plantada e valor de produção.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Vitória da Conquista apresenta um total de 388 indústrias, a maior parte concentrada no município que dá nome ao território, com pouco mais de 85% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 58% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Vitória da Conquista (201). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (31%) e fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e artigos e artefatos de couro (28%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 19% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se, em sua maioria, no município de Vitória da Conquista (69). Neste município também há destaque para empreendimentos ligados a construção de edifícios, incorporação de empreendimentos imobiliários, obras e serviços especializados de engenharia civil, recuperação de materiais plásticos, obras de urbanização e obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicação. Os segmentos mais representativos neste grupo são o de fabricação de alimentos e bebidas (33%) e o de fabricação de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal (32%).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 23% do total de indústrias existentes do TI Vitória da Conquista. Os municípios de Anagé, Belo Campo, Encruzilhada, Guajeru, Licínio de Almeida, Piripá, Tremedal e Vitória da Conquista possuem indústrias extrativas que estão classificadas neste grupo. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados especialmente pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, artefatos de minerais não metálicos, metalurgia e produtos de metal, respondendo por pouco mais da metade dos empreendimentos

deste grupo.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são os cultivos de café e mandioca, sendo todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Vitória da Conquista ocupa a 12ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião semiárido, o TI Vitória da Conquista apresenta uma área média dentro os territórios integrantes da macrorregião.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exige 609,7 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Vitória da Conquista e Ribeirão do Largo destacam-se por concentrar em torno de 31% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Maetinga aparece como o menos expressivo, com 6.027 cabeças. Dentre os 18 territórios da macrorregião semiárido, o TI Vitória da Conquista possui o terceiro maior número de cabeças de gado da região, totalizando 9,6% do total. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Vitória da Conquista ocupa a 6ª posição, com 5,7% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em apenas quatro municípios. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo também em todos os municípios do território. Destaque para os municípios de Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo, Encruzilhada, Aracatu e Tremedal que representam 38% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo e Encruzilhada. Em comparação com os 18 TIs da macrorregião semiárido, o TI Vitória da Conquista possui o rebanho mais expressivo nas criações de equinos e muares.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (1,78 milhões de cabeças) e Vitória da Conquista indica maior expressividade neste arranjo, com 42% do total do TI. As criações de suínos (147 mil cabeças), caprinos (129,2 mil cabeças) e ovinos (118,5 mil cabeças) ocorrem em todos os municípios do TI, com destaque para o município de Anagé, com 11%, 18%, e 16% dos totais nos segmentos citados, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Vitória da Conquista ocupa a 5ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, apresentando um número de médio a alto com relação aos outros territórios do Estado. Em 2006, este território apresentou pouco mais de 38 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se principalmente em Anagé, seguido por Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo e Bom Jesus da Serra, onde o conjunto detém cerca de 35% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município que dá nome ao território possui o menor número, com 614 destes estabelecimentos familiares do território.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Vitória da Conquista apresentam-se resultados de quatro pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rio Pardo e Gavião e córrego Lagoa de Baixo). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis em Encruzilhada e Ribeirão do Largo (rio Pardo em ambos), regulares em Vitória da Conquista (córrego Lagoa de Baixo) e Anagé (rio Gavião).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Poções e Vitória da Conquista.

No entanto, proporcionalmente, os municípios de Ribeirão do Largo e Encruzilhada têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território seis empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para a agroindústria e se concentram nos municípios de Guajeru e Mortugaba. Destacam-se também dois empreendimentos em Vitória da Conquista, voltados para mineração e indústria química.

Para a qualidade do ar, o TI Vitória da Conquista tem como destaque os municípios de Vitória da Conquista e Poções com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, não constam registros. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de requerimento de registro de extração de areia e na fase de concessão de lavra para extração de ametista, manganês, berilo, diatomito, bentonita, gema, gnaisse, granito e feldspato.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios Barra do Choça, Encruzilhada e Ribeirão do Largo possuem aterros sanitários simplificados para dispor mais adequadamente os seus resíduos. O município de Vitória da Conquista é o único que conta com um aterro sanitário convencional.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 18 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Cordeiros. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 32% da área do território, seguido pela pecuária com 15% e agricultura com 5%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 45% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, Cadeia do Espinhaço IBA e KBA. A vegetação remanescente representa 27% da área do TI Vitória da Conquista.

* Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Vitória da Conquista, constatarem-se quatro notificações apresentadas pelo Inema que incidem em: disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, instalação de postos de combustível sem licença ambiental e atividade mineradora irregular. Não foram observadas autuações advindas do Ministério Público no território. Nesta condição, é possível afirmar que as atividades econômicas que receberam mais notificações pelo Inema e por interferirem negativamente sobre os recursos naturais existentes se localizam em Cândido Sales, Vitória da Conquista, Encruzilhada e Aracatu.

Das demandas da população residente no TI Vitória da Conquista, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à reestruturação da EBDA instalada na região e ao fomento de implantação de armazéns gerais e cursos de capacitação para profissionais da cadeia dos grãos. Pode-se citar ainda o desejo da divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o café, destaca-se também o estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador na governança da cadeia do café na Bahia; a estruturação da oferta do café de acordo com as características especiais demandadas pelo mercado e financiamento para renovação de lavouras e novos plantios, com infraestrutura de qualidade.

Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se ampliação da área objeto do zoneamento da produção da cultura, visando torná-la mais aderentes às áreas atualmente utilizadas por essa lavoura, permitindo que o produtor tenha acesso ao crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, desenvolvimento de campanha de educação ambiental, implantação do zoneamento ecológico-econômico no território, recuperação e preservação das nascentes e construção de barragens são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se construção de novo aeroporto em Vitória da Conquista,

2.3.21. TI Litoral Norte e Agreste Baiano

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano, inserido na macrorregião litoral norte, compreende uma área de 14.516,9 km², equivalente a 2,5% do território do Estado e engloba os municípios de Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouricangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real e Sátiro Dias.

O território apresenta condições climáticas heterogêneas, compreendendo áreas sob influência predominante de clima Subúmido a Seco, Úmido a Subúmido e Subúmido, com precipitações médias anuais variando de 800 a 1.000 mm, 1.300 a 2.000 mm e 1.000 a 1.200 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico juntamente aos Argissolos Vermelho-Amarelos Distrófico compõem as classes de solos predominantes desse TI, chegando a 60% dos solos existentes na região, seguido de Neossolos Quartzarênicos (13%).

Destaca-se no TI Litoral Norte e Agreste Baiano a presença de nove unidades geomorfológicas: Borda Marinha, Pediplano Sertanejo, Planície Marinha e Fluviomarina e Tabuleiros (Costeiros, do Itapicuru, do Recôncavo, do Rio Real, Interioranos e Pré-litorâneos).

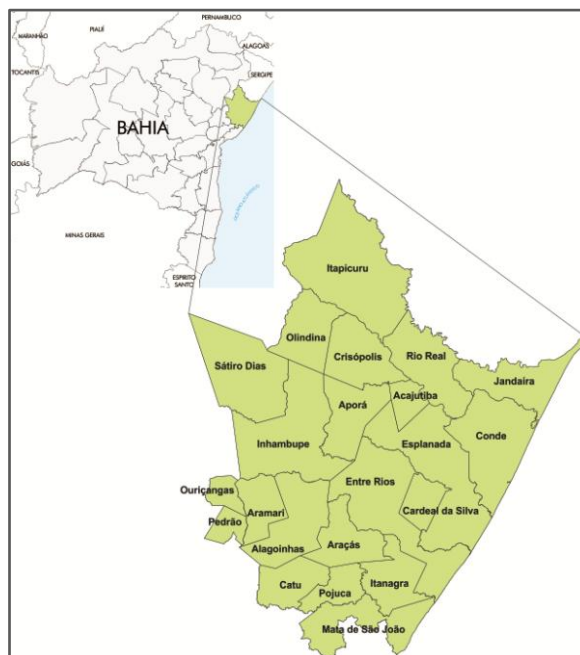


Figura 21 – Localização do Território de Identidade Litoral Norte e Agreste Baiano no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Com relação às áreas legalmente protegidas, foram identificadas 13 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é de cerca de 140.426 há e corresponde a 9,67% da extensão do TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Todas as áreas para conservação deste território são de uso sustentável, se destacando a APA Litoral Norte do Estado da Bahia que contempla aproximadamente 137.866 ha de área, que equivale a 9,3% do TI. São presentes neste TI áreas caracterizadas como RPPN, ainda que em pequenas extensões, tendo como principal função a preservação dos recursos naturais e hídricos em propriedades privadas. Neste território estão presentes a RPPN Cajueiro, RPPN Fazenda Lontra/Saudade, RPPN Dunas de Santo Antônio e RPPN Agda.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em quatro municípios, estimando um universo total de 10 associações e colônias de pescadores artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 12 formações quilombolas, concentrados principalmente nos municípios de Mata de São João, Araçás e Alagoinhas.

Não constam, segundo dados do Bahia Arqueológica, registros de sítios arqueológicos no território bem como áreas de preservação espeleológica, segundo o CECAV até o ano de 2011.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

O TI Litoral Norte e Agreste Baiano possui uma pluralidade de arranjos produtivos rurais. Dentre estes arranjos, os principais identificados são: apicultura, avicultura integrada, bovinocultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura, manicultura, silvicultura, e ainda os cultivos de mamão, côco, milho e maracujá.

A apicultura em todo o estado é caracterizada por ser uma atividade basicamente ligada apenas à agricultura familiar. O município de Inhambupe é o que possui a maior produção de mel dentre os municípios integrantes deste território e, o manejo do solo tanto em sua produção quanto nas demais áreas em menor escala, estão classificadas como nível A, por adotarem técnicas de baixo nível tecnológico.

A avicultura integrada, em geral, é uma atividade complementar de grande interesse social. O capital social deste território é o segundo no Estado, contando com associações e cooperativas que integram cadeias produtivas competitivas. Existe ainda a presença de produtores que são associados aos frigoríficos no município de Sátiro Dias, onde este arranjo se destaca, assim como em Alagoinhas, Mata de São João e Entre Rios. O manejo do solo é classificado no nível B, portanto, se caracteriza pela adoção de um nível tecnológico médio.

O arranjo produtivo da bovinocultura se distingue como, predominantemente, pecuária extensiva, conduzida por pecuaristas semi-extratvistas dos recursos naturais. O manejo do solo é realizado adotando técnicas de baixo nível tecnológico, se classificando como nível A, e, o município de Rio Real possui o maior número de cabeças de gado bovino do território.

A caprinocultura/ovinocultura é praticada em caráter de fundo de quintal ou como uma atividade complementar à bovinocultura ou equinocultura, se destacando no Município de Mata de São João. O nível de manejo se enquadra no nível A, pelo baixo nível tecnológico envolvido no arranjo.

O cultivo de frutas cítricas neste território adota o processo produtivo semimoderno. As práticas culturais são, em sua maioria, manuais, exceto para o preparo da terra para plantio. Existe uma demanda por avanços nas esferas tecnológica e gerencial para melhoria da qualidade dos cítricos no território. O manejo do solo é realizado com médio nível tecnológico, se enquadrando no nível B.

O côco é um cultivo prevacente na faixa litorânea, com processo produtivo rotineiro e baixa utilização de insumos modernos e mecanização e com etapas de limpeza e preparo do solo, plantio com mudas, tratamentos culturais e colheita manual. A implantação de indústria para o seu processamento não se justifica pelo fato do produto ser consumido *in natura*. O manejo do solo nesse território é realizado com tecnologias de baixo e médio nível, sendo classificado nos níveis A e B. Os destaques do território são os municípios de Acajutiba, Jandaíra, Esplanada e Conde.

O cultivo de mamão neste território apresenta processos elaborados de pós-colheita e empacotamento, não sendo observada a participação de agricultores familiares justamente devido à necessidade de bases tecnológicas mais avançadas. Apesar desse fato, o manejo do solo no território é considerado de médio nível tecnológico, enquadrando-se no nível B. Os municípios de Esplanada e Rio Real são os que apresentam maior valor da produção do mamão.

A manicultura utiliza uma mão de obra altamente familiar, com pequena atividade assalariada e baixa utilização de mecanização e insumos modernos. Neste território não se apresenta expressivamente no agronegócio, configurando uma atividade complementar e consorciada com as lavouras comerciais. O manejo do solo se baseia em baixo nível de tecnologia, caracterizando-se como nível A.

O cultivo do milho consiste numa produção praticada em consórcio ou com restrições hídricas. Os principais agentes são os pequenos produtores descapitalizados, que utilizam parte da produção para subsistência ou ração animal. O município de maior destaque no território em termos de área plantada e valor de produção é Sátiro Dias. Quando ao manejo do solo, este é classificado como nível A, ou seja, baseado em baixo nível de tecnologia.

A silvicultura configura um arranjo altamente mecanizado e monocultor. Os maiores destaques no território para o cultivo do eucalipto para produção de celulose são Entre Rios, Aramari, Itanagra e Esplanada, enquanto Inhambupe e Ouriçangas destacam-se pela produção de madeira para outras

finalidades. O manejo do solo utiliza alto nível de tecnologia, classificando-se no nível C.

O cultivo de maracujá neste território está integrado com o processamento de suco concentrado visando comercialização no exterior, sendo um arranjo voltado para a verticalização. A participação de agricultores familiares é relevante neste arranjo e, quanto ao manejo de solo, este é considerado no nível B, por utilizar tecnologia de nível médio.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Litoral Norte e Agreste Baiano apresenta um total de 203 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Alagoinhas, com pouco mais de 35% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 48% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Alagoinhas (37) e Pojuca (10). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de móveis e produtos de madeira (38%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 21% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Alagoinhas (14) e Mata de São João (6). Destacam-se empreendimentos localizados em Alagoinhas, Catu e Mata de São João ligados a construção de edifícios, e para o último, incorporação de empreendimentos imobiliários. Em Olindina e Catu se observam empreendimentos voltados para instalações elétricas, e em Alagoinhas e Pojuca, obras de terraplenagem. Já em Entre Rios e Mata de São João, ressaltam-se os empreendimentos de recuperação de materiais e em Alagoinhas apenas de recuperação de materiais metálicos. Empreendimentos envolvidos com montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas e outros ligados a obras gerais de engenharia civil são vistos em Pojuca. Os segmentos que apresentam maior representatividade neste grupo, além dos já citados (36%), são o de fabricação de alimentos e bebidas, com 29% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 31% do total de indústrias existentes no TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Os municípios de Alagoinhas, Catu, Crisópolis, Mata de São João, Olindina e Pojuca possuem empreendimentos ligados a indústria extrativa. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 53% dos empreendimentos.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são as produções de citros, côco, mamão, mandioca, milho e maracujá, e em menor escala há também a ocorrência de cana de açúcar, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 8ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a).

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio, e segundo a PPM (IBGE, 2010b) exibe 363,1 mil cabeças de gado. Os municípios de Rio Real, Inhambupe e Entre Rios destacam-se por concentrar em torno de 25% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Aramari aparece como o menos expressivo, com 5.129 cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 13ª posição, com 3,4% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em sete municípios, com destaque para Mata de São João e Pojuca que concentram 81% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Litoral Norte e Agreste Baiano. Destacam-se também os municípios de Conde e Esplanada, que representam 25% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em Esplanada.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das

aves (4,3 milhões de cabeças) com destaque para os municípios de Entre Rios e Alagoinhas, responsáveis por 49% da produção. O rebanho de suínos (63,7 mil) e ovinos (75,2 mil) estão distribuídos em todos os municípios do território, com maior expressividade nos municípios de Sátiro Dias e Itapicuru, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano ocupa a 7ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia. Em 2006, este território apresentou cerca de 36 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Crisópolis, Rio Real, Itapicuru, Aporá e Itapicuru onde o conjunto detém um pouco mais da metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Cardeal da Silva possui apenas 78 destes estabelecimentos familiares.

As atividades relacionadas com a silvicultura possuem diferentes potenciais poluidores associados. A extração de carvão vegetal faz-se presente no TI Litoral Norte e Agreste Baiano com 89.315 toneladas produzidas, e se enquadra como atividade de médio potencial poluidor. Por outro lado, a extração de madeira possui um potencial poluidor alto. No TI foram registrados 221,5 mil m³ de toras de madeira produzidas para outras finalidades e 2,1 milhões de m³ de madeira em tora para papel e celulose. Destacam-se os municípios de Aramari, Entre Rios, Esplanada e Itanagra que somam quase 70% da madeira produzida no território de identidade.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Litoral Norte e Agreste Baiano apresentam-se resultados de 22 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em quase todos os pontos (rios Inhambupe, Subauma, Sauípe, Imbassai, Pojuca, Jacuípe, Itapicuru e Real). Houve registro de condição crítica apenas em Itapicuru, no rio Real, para o parâmetro do IQA. Para o IET, as condições se encontram aceitáveis em Entre Rios e Mata de São João (rios Inhambupe, Subauma, Sauípe e Imbassai), enquanto em Entre Rios, Pojuca, Olindina, Conde, Itapicuru e Rio Real (rios Subauma, Pojuca, Itapicuru e Real) indicam condição crítica.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Catu e Alagoinhas. No entanto, proporcionalmente, além de Catu, os municípios de Olindina e Aramari têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 30 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria de madeira e se concentram no município de Esplanada. Destacam-se também empreendimentos voltados para indústria química, localizados em Catu, Alagoinhas e Pojuca.

Para a qualidade do ar, o TI Litoral Norte e Agreste Baiano tem como destaque os municípios de Alagoinhas e Catu com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias petroleiras, localizadas em Alagoinhas e Catu. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de requerimento de registro de extração de areia; fase de registro de extração de areia e cascalho; fase de lavra garimpeira de quartzo e fase de concessão de lavra para extração de água mineral e argila.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios de Aporá, Conde e Itanagra possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. Apenas em Alagoinhas, Catu, Mata de São João e Pojuca registra-se presença de

aterros sanitários convencionais.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Itapicuru. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 44% da área do território, seguido pela agricultura com 14% e silvicultura com 8%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 27% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 24% da área do TI Litoral Norte e Agreste Baiano.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Litoral Norte e Agreste Baiano, constataram-se 22 notificações apresentadas pelo Inema que incidem basicamente sobre danos em Áreas de Preservação Permanente. As notificações advindas do Ministério Público respondem ao todo por 53 encaminhamentos, onde se predominam atividades ilegais de extração, transporte e depósito de madeira e lenha, captura e depósito da fauna terrestre e pesca em período proibido. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em Conde, Jandaíra e Araçás. Com relação ao Ministério Público, destacam-se em número de notificações sobre os empreendimentos localizados nos municípios de Pojuca, Mata de São João e Conde, correspondendo a 85% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Litoral Norte e Agreste Baiano, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura irrigada, demanda-se a ampliação do número de centrais de abastecimentos e criação de plataforma de logística.

Para o arranjo produtivo da citricultura, podem-se citar as mesmas demandas citadas para a fruticultura irrigada e ainda a capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a criação de um programa para revitalização de nascente de rios, bem como matas ciliares e represas e o controle da expansão do plantio de eucalipto são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a revitalização da rede ferroviária, manutenção dos aeroportos de Esplanada e Cipó e construção de um aeroporto em Alagoinhas e ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão.

2.3.22. TI Metropolitano de Salvador

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Metropolitano de Salvador, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 2.779,2 km², equivalente a 0,5% do território do Estado e engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas da Margarida, Salvador, Simões Filho e Vera Cruz.

Compreende área sob influência predominante de clima Superúmido a Úmido e Úmido, com precipitações médias anuais variando de 1.600 a 2.500mm e de 1.900 a 2.000 mm, respectivamente.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 33% dos solos existentes na região, seguido de Espodossolos Humilúvicos e Latossolos Vermelho-Amarelos Alumínico.

Destaca-se no TI Metropolitano Salvador a presença de sete unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Baixada Litorânea, Planície Marinha e Fluvio-marinha, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Recôncavo, Tabuleiros Pré-litorâneos e Várzea e Terraços Aluvionares.



Figura 22 – Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas dez unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a 159.560 ha, e corresponde a 57,41% da extensão do TI Metropolitano de Salvador. Todas as unidades de conservação do território são de uso sustentável e apenas duas delas são de competência federal.

A unidade de maior destaque é a APA Baía de Todos os Santos, que contempla cerca de 97.727 ha, correspondendo 61,25% das áreas protegidas deste TI. Vale destacar também as áreas de proteção ambiental que se situam a norte do território, muitas vezes confrontando-se com áreas de expansão residencial e comercial. São elas: APA Lagoas e Dunas do Abaeté, APA Joanes-Ipitanga e APA Lagoas de Guarajuba.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e colônias de pesca artesanal estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo total de 58 comunidades pesqueiras artesanais e que, portanto, representa a maior produção pesqueira em relação a toda faixa litorânea do estado. Destacam-se os municípios de Salinas da Margarida, Salvador e Vera Cruz pelo número expressivo de formações de pescadores por meio de associações e colônias. Com relação às comunidades quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, registram-se 10 aglomerados, localizados principalmente no município de Salvador (Ilha de Maré).

No levantamento de sítios arqueológicos feito pelo Bahia Arqueológica, não foram identificados registros de sítios arqueológicos no território. Com relação às cavernas, foi identificado apenas um registro

no município de Candeias, denominado Gruta Aratu e cuja estrutura litológica é composta por arenito.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

O arranjo produtivo rural mais expressivo no TI Metropolitano de Salvador é o cultivo de côco. A produção de côco se concentra na área litorânea de Camaçari e Lauro de Freitas, próximas às praias oceânicas e na orla da Baía de Todos os Santos. Quanto ao manejo do solo, este é baseado em médio nível tecnológico, podendo então ser classificado como nível de manejo B.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Metropolitano de Salvador apresenta o maior número de indústrias quando comparado a outros territórios. Possui um total de 2.317 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Salvador (1.320), Lauro de Freitas (338), Camaçari (306) e Simões Filho (225). A partir desse mapeamento, aproximadamente 41% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios anteriormente citados e com um destaque para a capital do Estado, com 57% dos seus empreendimentos classificados neste grupo. Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e artigos e artefatos de couro (36%) e o setor de impressão e reprodução de gravações e fabricação de produtos diversos (21%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 31% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se, em sua maioria, mais uma vez nos municípios de Salvador (458), Lauro de Freitas (101) e Camaçari (85). O município de Salvador apresenta indústrias que atuam no setor de transmissão e distribuição de energia elétrica, classificadas neste grupo. Ainda na capital, em Camaçari e Simões Filho, é possível observar as atividades de recuperação de materiais metálicos e plásticos (além de materiais de outra natureza) e de coleta de resíduos não perigosos. Especialmente em Salvador e também em Camaçari, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila e Lauro de Freitas, as atividades ligadas à construção civil são bastante representativas. Todos estes setores citados anteriormente são responsáveis por 61% de todos os empreendimentos do TI Metropolitano de Salvador que estão no grupo de médio potencial poluidor. Outro segmento que possui destaque neste grupo é a fabricação, manutenção, reparação e instalação de máquinas, equipamentos, aparelhos e materiais elétricos e equipamentos de informática (18%).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 28% do total de indústrias existentes no TI Metropolitano de Salvador. Em termos proporcionais, o município de Simões Filho é o que possui o maior número de indústrias de alto potencial poluidor, com quase 60% dos seus empreendimentos neste grupo. Em número, os municípios de Salvador e Camaçari são o destaque, com 225 e 143 empreendimentos, respectivamente. As atividades ligadas à indústria extrativista deste grupo estão presentes nos municípios de Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. Com relação à geração de energia elétrica, a atividade pode ser observada nos municípios de Camaçari, Candeias e Salvador. Em Salvador e Lauro de Freitas se observam empreendimentos deste grupo associados à construção, especialmente relacionados ao saneamento básico. Ademais, os segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de artefatos de borracha e material plástico, artefatos de minerais não metálicos, metalurgia e produtos de metal, respondendo por quase 50% dos empreendimentos deste grupo. O setor de fabricação de produtos derivados do petróleo, de produtos químicos e farmacêuticos também se destaca, com 26% dos empreendimentos de alto potencial poluidor.

A atividade relacionada com a agricultura que mais se destaca no território é a produção de côco, e com menos expressividade ocorre também a produção de mandioca, citros e cana de açúcar, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Metropolitano de Salvador ocupa a 27ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a), sendo assim o menos representativo neste quesito com apenas 0,05% da área destinada a esse uso no estado da Bahia.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 15 empreendimentos de carcinicultura no território, ressaltando que deste total, cerca de 67% das atividades operam sem a licença ambiental, segundo dados de 2009 do IMA, atualmente Inema. Destaca-se o município de Salinas da Margarida, que concentra oito empreendimentos de carcinicultura sendo que quatro deles não possuem licença ambiental para funcionar. O município de Vera Cruz comporta seis empreendimentos, sendo que há apenas uma atividade licenciada neste município. Verifica-se também a ocorrência de um empreendimento sem licença no município de Itaparica.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 19 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Candeias, Camaçari e Simões Filho destacam-se por concentrar em torno de 84% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Madre de Deus aparece como o menos expressivo, sem cabeças de gado registradas. Dentre os dois territórios da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Metropolitano de Salvador se situa em última posição em número de cabeças, com apenas 8% da quantidade de cabeças da macrorregião. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Metropolitano de Salvador é o menos representativo com relação à criação de bovinos.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, ocorrendo nos municípios de Candeias, Simões Filho, Dias D'Ávila, Salinas da Margarida e Camaçari, este último, concentrando 49% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo nos mesmos municípios onde ocorre a criação de muares. Destaque para o município de Camaçari que, sozinho, representa 42% do total de equinos no TI. A criação de bubalinos apresenta valores intermediários entre muares e equinos e também é destaque em Camaçari. Dentre os dois TIs da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Metropolitano de Salvador possui números menos expressivos em todas as criações de alto potencial poluidor, sendo sempre superada pelo TI Recôncavo.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (328 mil cabeças) e Camaçari indica maior expressividade neste arranjo. A criação de suínos ocorre em quatro municípios do TI, destaque para Camaçari com 44% das 15 mil cabeças do território. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 4.833 e 7.718 animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Metropolitano de Salvador é o território que possui o número menos expressivo de estabelecimentos no estado da Bahia, ocupando assim a 27ª posição. Em 2006, este território apresentou apenas 1,9 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Mais da metade destes estabelecimentos concentram-se em Camaçari, por outro lado, os municípios de Salvador, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica possuem 13 ou menos estabelecimentos familiares cada.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Metropolitano de Salvador apresenta-se resultados para 17 pontos de monitoramento estabelecidos no Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em cerca de metade dos pontos, estando estes localizados em sua maioria em Camaçari (barragem de Santa Helena e os rios Jacuípe, Capivara Pequeno, Petecada, Itaboatã, Joanes e Abaeté). Outros três pontos indicam condição regular em Lauro de Freitas, Simões Filho e Salvador (rios Joanes, Ipitanga e Jaguaribe), enquanto seis pontos indicam condição crítica em Candeias, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas (rios São Paulo, Jacarecanga, Camaçari, Muriqueira, Ipitanga e Joanes). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em um ponto em Camaçari (rio Capivara) e regular em dois pontos também em Camaçari (rio Jacuípe e rio Itaboatã), enquanto todos os outros pontos indicam condição crítica.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho. No entanto, proporcionalmente, além de Camaçari e Simões Filho, os municípios de Mata de São João, Vera Cruz e Candeias têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 241 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria química e se concentram nos municípios de Camaçari e Simões Filho.

Para a qualidade do ar, o TI Metropolitano de Salvador tem como destaque principalmente o município de Salvador, com a maior frota de veículos do Estado. Também se destacam os municípios de Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias D'Ávila e Vera Cruz. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se Camaçari, com 40 das 62 indústrias consideradas na análise. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras nas fases de requerimento de registro de extração de areia e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, argila, calcário, calcário conchífero, caulim, gnaíse, granulito, saibro, salgema e sílica.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam aterro convencional como alternativa de disposição. Apenas o município de Salinas de Margarida utiliza lixão para dispor os seus resíduos.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em cinco municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Camaçari e Dias D'Ávila. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal. No entanto, este TI apresentou uma limitação com relação aos percentuais devido à fonte consultada não dispor de informações de cerca de 19% desta porção geográfica. Portanto, para o que foi possível classificar, observou-se uma expressão das atividades de agricultura e de influência urbana como mais representativas da região.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Metropolitano de Salvador.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Metropolitano de Salvador constatarem-se 62 notificações apresentadas pelo Inema, basicamente devido à instalação de empreendimentos imobiliários, obras de saneamento e operação de indústria química e petroquímica. As notificações advindas do Ministério Público respondem ao todo por 27 encaminhamentos, onde se predomina a atividade irregular da pesca, incluindo apanha acima da quantidade permitida, processamento e comercialização. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em Salvador, Simões Filho e Camaçari. Com relação ao Ministério Público, houve uma distribuição um pouco mais uniforme de notificações sobre os municípios, destacando-se os municípios de Vera Cruz, Salvador e Camaçari, correspondendo a 63% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Metropolitano de Salvador, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, desburocratização de licenciamento ambiental para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a construção de um novo terminal hidroviário e rodoviário em Vera Cruz a adequação do terminal marítimo de Salvador.

2.3.23. TI Recôncavo

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Recôncavo, inserido na macrorregião Recôncavo-RMS, compreende uma área de 5.221,1 km², equivalente a 0,9% do território do Estado e engloba os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (segundo a porção oriental) e Úmido a Subúmido nas proximidades do rio Jacuípe, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.800mm e 1.300 a 2.000mm, respectivamente. Em direção ao interior do território, observa-se clima Subúmido a Seco com precipitação médias anuais entre 700 e 900 mm.

Os Argissolos Vermelho-Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 40% dos solos existentes na região, seguido dos Latossolos Amarelos Alumínico (24% da área do território).

Destaca-se no TI Recôncavo a presença de oito unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Baixada Litorânea, Pediplano Sertanejo, Planície Marinha e Fluviomarina e Tabuleiros (Costeiros, do Recôncavo, Interioranos e Pré-litorâneos).



Figura 23 – Localização do Território de Identidade Recôncavo no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Muitas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 11 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida é equivalente a 68.628,25 ha, e corresponde a 13,14% da extensão territorial do TI Recôncavo. As unidades de conservação são predominantemente de uso sustentável, com exceção do Monumento Natural dos Cânions do Subaé que é de proteção integral. Dentre as unidades de uso sustentável, vale destacar a APA Baía de Todos os Santos e APA Lago Pedra do Cavalo, pela sua importância histórica e participação efetiva nos diálogos institucionais para preservação ambiental no Estado e abrange, respectivamente, uma área de aproximadamente 29.043 ha e de 14.155 ha da área do território.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e colônias de pesca artesanal estão distribuídas em grande parte do território, estimando um universo total de 34 comunidades pesqueiras, destacando-se Maragogipe, São Francisco do Conde e Santo Amaro. No que diz respeito aos quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 32 aglomerados, concentrados principalmente nos municípios de Cachoeira e Maragogipe.

Em se tratando de presença de sítios arqueológicos, não foram identificados tais registros no território, segundo dados do Bahia Arqueológica. Há apenas um registro espeleológico na região, denominada Toca do Acupe e está localizada no município de Santo Amaro.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais importantes para o TI Recôncavo são: avicultura integrada, bovinocultura, cacauicultura, caprinocultura/ovinocultura, citricultura e os cultivos de cana de açúcar, côco, dendê e mandioca.

A avicultura integrada voltada para o abate é mais atuante neste território, caracterizando a atividade como potencial para geração de renda para pequenos e médios estabelecimentos. Ocorreram mudanças técnicas, econômicas e sociais no arranjo, principalmente em decorrência da industrialização do abate de aves que determina uma cadeia complexa e integrada (entrelaçamento de indústrias e instituições), compreendendo empresas de abate ou frigoríficos, empresas fornecedoras, empresas prestadoras de serviço, avicultores, instituições de pesquisa, financeiras e instituições públicas locais e estaduais. Quanto ao manejo do solo, este é realizado com técnicas de médio nível tecnológico, se classificando como manejo de nível B.

A criação de gado bovino se apresenta mais atuante nas regiões do território que estão próximas à região norte do TI Baixo Sul. Existe o predomínio da pecuária extensiva em grandes propriedades de terra, conduzida por pecuaristas semi-extrativistas de recursos naturais. O manejo do solo se classifica como nível A, devido à prática de técnicas de baixo nível tecnológico.

O cacau não possui grande expressão, pois não se constituiu em uma alternativa convincente frente a outros usos da terra. No município de Santo Amaro, o arranjo se verifica em consórcio com outras plantas, principalmente fruteiras, conhecido por sistemas agroflorestais. Pelo baixo nível de tecnologia aplicado ao manejo do solo, este se enquadra no nível A.

O cultivo da cana de açúcar no território, em todos os aspectos, é tradicional e está estagnado. A área ocupada para o plantio e colheita se encontra em nível máximo de uso das terras disponíveis. Quanto ao manejo do solo, este é classificado como nível B/C, ou seja, se baseia em média a alta tecnologia. O município de Cachoeira se destaca nas variáveis área plantada e valor de produção no território.

A caprinocultura/ovinocultura não é praticada de forma especializada, se constituindo como uma atividade de fundo de quintal ou complementar a bovinocultura ou equinocultura. Pelo próprio contexto, o manejo do solo não utiliza tecnologias aprimoradas, sendo considerado um manejo de nível A.

Para o arranjo citricultura, neste território, é possível observar que pomares mais antigos e quase extintos estão sendo substituídos por mais novos, sugerindo uma re-estruturação setorial, visando atendimento do mercado interno de frutas frescas, que é o caso da laranja, e exportação, caso do limão. Não possui um dinamismo elevado como em alguns territórios, e, uma das razões disto, é a carência de instalações industriais para processamento de sucos. O manejo do solo é baseado em médio nível tecnológico, classificando-se, portanto, no nível B.

O cultivo do côco se destaca mais nos municípios de Santo Amaro, Saubara, Maragogipe, Itaparica e Vera Cruz. Atualmente não é a atividade principal do território e, quando afastada do litoral, aparece consorciada com outras frutíferas e com a bovinocultura, destinando-se basicamente a produção ao consumo in natura e ao beneficiamento da água de côco. O manejo do solo se baseia em técnicas de médio nível tecnológico, se qualificando no nível B.

O dendê configura um arranjo basicamente abandonado neste território. O Município de Cachoeira, ainda que apresente números poucos expressivos quando comparado a outros territórios de identidade, se destaca dentro deste território para área plantada e valor de produção. O nível de tecnologia utilizada é considerado de baixo a médio, sendo enquadrado no nível A/B.

O cultivo de mandioca não tem uma grande expressão enquanto área cultivada comparativamente às outras macrorregiões. A mesma difunde-se por todo o território, mas com maior concentração ente Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus, compreendendo Conceição do Almeida e São Felipe. Nesta se observa a utilização de mecanização e insumos modernos e é nela onde se obtém os rendimentos físicos mais elevados em média. Contudo, embora tradicionalmente seja uma região de cultivo de mandioca, a adoção de tecnologias inovadoras e a visão de mercado ainda é incipiente entre os produtores, fato

traduzido pela baixa produtividade em vista do que é obtido experimentalmente. Dentro deste contexto, o manejo do solo está classificado como nível B, baseado em médio nível tecnológico.

*** Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Recôncavo apresenta um total de 281 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Santo Antônio de Jesus, com quase 45% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, aproximadamente 53% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, nos municípios de Santo Antônio de Jesus (79) e Cruz das Almas (20). Como exemplo dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de fabricação de alimentos e bebidas (31%) e o setor de fabricação de produtos têxteis, de artigo de vestuário e acessórios e de artigos e artefatos de couro (29%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 20% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria, assim como para o baixo potencial poluidor, nos municípios de Santo Antônio de Jesus (12) e Cruz das Almas (11). Destacam-se empreendimentos localizados em Santo Amaro (construção de edifícios e instalações elétricas), em Santo Antônio de Jesus (construção de edifícios, serviços especializados de construção, montagem de instalações industriais e estruturas metálicas), em São Francisco do Conde (montagem de instalações industriais e estruturas metálicas) e em São Sebastião do Passé (instalações elétricas, construção de edifícios e obras de acabamento). Os segmentos que apresentam maior representatividade neste grupo são o de fabricação de alimentos e bebidas, com 37% dos empreendimentos.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 27% do total de indústrias existentes no TI Recôncavo. Os municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e São Sebastião do Passé possuem empreendimentos ligados a indústria extrativa. Já Cachoeira e São Francisco do Conde, apresentam atividades ligadas à geração de energia elétrica. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de produtos derivados do petróleo e fabricação de produtos químicos, respondendo por 28% dos empreendimentos deste grupo e também pelo setor de fabricação de artefatos de material plástico, de minerais não metálicos e fabricação de produtos de metal, com 26% dos empreendimentos.

As atividades relacionadas com a agricultura que mais se destacam no território são a produção da cana de açúcar, côco, dendê, cacau, citricultura, manicultura, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Recôncavo ocupa a 21ª posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Recôncavo é o mais expressivo em área cultivada.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou seis empreendimentos de carcinicultura no território, ressaltando que deste total, cerca de 83% das atividades operam sem a licença ambiental, segundo dados do ano de 2009 do IMA, atual Inema. O município de Santo Amaro comporta quatro empreendimentos de carcinicultura, sendo que três destes não possuem licença ambiental para funcionar. Nos municípios de São Francisco do Conde e Saubara foi registrado um empreendimento em cada um deles, ambos sem licença ambiental para funcionar.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exige 217,9 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Castro Alves e São Sebastião do Passé destacam-se por concentrar em torno de 28% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Saubara aparece como o menos expressivo, com apenas 1.120 cabeças. Dentre os dois territórios da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Recôncavo é o que possui o maior número de cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Recôncavo ocupa a 20ª posição, com 2% dos bovinos registrados na Bahia.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números (1.7 mil cabeças), ocorrendo no município de São Sebastião do Passé apenas. A criação de equinos representa a maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Recôncavo. Destaque para os municípios de Castro Alves e Santo Amaro com mais de 2.000 cabeças cada. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e é destaque em São Felipe. Dentre os dois TIs da macrorregião Recôncavo-RMS, o TI Recôncavo supera o Metropolitano de Salvador em quantidade em todas as criações de alto potencial poluidor.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (2,2 milhões de cabeças) e suínos (48,2 mil cabeças). Os municípios de maior expressividade nos arranjos mencionados são Cachoeira e São Felipe, respectivamente. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 12.826 e 35.297 animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Recôncavo ocupa a 11ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia, sendo ele o que mais se destaca na macrorregião Recôncavo-RMS. Em 2006, este território apresentou cerca de 28,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Maragogipe, Cabaceiras do Paraguaçu e São Felipe, onde o conjunto detém 34% dos estabelecimentos de agricultura familiar do território. Por outro lado, o município de Saubara possui apenas 49 destes estabelecimentos familiares.

▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Recôncavo apresentam-se resultados para 11 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em quase todos os pontos, localizados em Nazaré, São Sebastião do Passé, Santo Amaro e Cachoeira (rios Jaguaripe, Jacuípe, Subaé, Joanes, Lamarão e Paraguaçu). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em um ponto em São Sebastião do Passé (rio Lamarão) e regular em outros cinco pontos, localizados em Nazaré, Santo Amaro e Cachoeira (rios Jaguaripe, Subaé, Pitinga e Paraguaçu), enquanto os restantes indicam condição crítica.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Santo Antônio de Jesus, Nazaré e Santo Amaro. No entanto, proporcionalmente, além de Nazaré e Santo Antônio de Jesus, o município de Castro Alves tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 23 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria química e se concentram no município de Santo Antônio de Jesus. Destacam-se também outros empreendimentos no mesmo município, voltados para indústria alimentícia.

Para a qualidade do ar, o TI Recôncavo tem como destaque os municípios de Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas, Santo Amaro e São Sebastião do Passé com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de artefatos cerâmicos e de couro, localizados em Governador Mangabeira, Castro Alves e Cachoeira. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de requerimento de registro de extração de saibro; fase de lavra garimpeira de quartzo e fase de concessão de lavra para extração de areia, argila, calcário, calcário conchífero, gnaisses e manganês.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, os municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida, Muniz

Ferreira, Nazaré e Varzedo apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Saubara possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. Os demais municípios contam com aterros sanitários convencionais.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 11 municípios deste território, com poucos focos registrados. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agropecuária, ocupando cerca de 16% da área do território, seguido pela pecuária com 11% e agricultura com 5%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 55% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 15% da área do TI Recôncavo.

*** Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Recôncavo, constatarem-se 36 notificações apresentadas pelo Inema, basicamente devido a intervenções na malha viária e instalação inadequada de aterros sanitários. As notificações advindas do Ministério Público respondem por 31 encaminhamentos a empreendimentos causadores de impactos, que incidem sobre transporte ilegal de madeira e lenha e pescado em período proibido ou em lugares interditados. Nesta condição, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em São Francisco do Conde, seguido de São Sebastião do Passé e Santo Antônio de Jesus. Com relação a notificações do Ministério Público, destacam-se os empreendimentos localizados nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Maragogipe e São Francisco do Conde, correspondendo a 81% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Recôncavo, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia" e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da citricultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

A respeito da cana de açúcar e seus derivados, sugere-se a criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica e o fortalecimento das organizações de produtores, fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados. Para o arranjo produtivo da mandioca, demanda-se o ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, ampliação de projetos de revitalização de nascente de rios e matas ciliares, criação da unidade de conservação da Serra da Jibóia e inclusão de educação ambiental no currículo escolar são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a revitalização da linha ferroviária, melhoria da infraestrutura do modal aeroviário, ampliação dos serviços de telefonia móvel, internet e sinal de televisão e incentivo do transporte marítimo entre Salvador e Maragogipe.

2.3.24. TI Baixo Sul

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Baixo Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 7.695,2 km², equivalente a 1,3% do território do Estado e engloba os municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Valença e Wenceslau Guimarães.

Compreende área sob influência do clima Úmido a Superúmido na porção costeira do território e Subúmido a Úmido na porção ocidental, com precipitações médias anuais entre 2.000 e 2.500 mm e 1.100 e 2.000 mm, respectivamente.

Os Latossolos Vermelhos-Amarelos compõem a classe de solos predominantes desse TI, seguido dos Argissolos Vermelhos-Amarelos e dos Latossolos Amarelos, além dos Espodossolos Hidromórficos e os Neossolos Quartzarênicos.

Destaca-se no TI Baixo Sul a presença de sete unidades geomorfológicas: Baía de Todos os Santos, Planície Marinha e Fluviomarinha, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Serras Marginais e Maciço Central, Tabuleiros Interioranos e Tabuleiros Pré-litorâneos.



Figura 24 – Localização do Território de Identidade Baixo Sul no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 12 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. A área total protegida equivalente a cerca de 383.107 ha e corresponde a mais de 50% da extensão territorial do TI Baixo Sul. Com exceção da Estação Ecológica Wenceslau Guimarães, as demais unidades de conservação são de uso sustentável. Criadas a partir do Decreto Federal, destacam-se as RPPNs: Ouro Verde, Tuim, Reserva Fugidos, Jatobá e Fazenda Água Branca.

Com relação ao registro de povos e comunidades tradicionais, no município de Camamu há presença da Nação Indígena Pataxó Hã-hã-hãe. O povo Pataxó conta com aproximadamente 65 habitantes e ocupa território indígena com extensão aproximada de 305 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em praticamente todo o território, estimando um universo total de 95 comunidades pesqueiras artesanais e, portanto, representa a segunda maior produção pesqueira em relação a toda faixa litorânea do estado. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 38 aglomerados concentrados principalmente nos municípios de Camamu, Valença e Cairu.

No território, foram identificados 154 sítios arqueológicos nos municípios de Camamu, Igrapiúna e Jaguaripe, relevantes em estruturas construtivas e artefatos de cerâmica, sambaquis, cujos artefatos estão associados a ocupações do período Pré-Colonial.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

Os arranjos produtivos rurais que mais se destacam no território são o dendê, o cacau, a borracha, a mandioca e o gado bovino. O cultivo do cacau configura-se em patamar tecnológico voltado para o sistema patronal convencional com atuação de agricultores familiares polivalentes. O nível de manejo do solo para este arranjo adota os níveis A (baixo nível tecnológico) e B (nível tecnológico médio).

Quanto à dendeicultura, é o arranjo mais expressivo do território, incidindo sobre a própria maneira de se expor no setor turístico, conhecida como Costa do Dendê. Ainda que se observem duas unidades de processamento do dendê, o cultivo está voltado para minicadeias produtivas e de comercialização, com pouco adensamento do arranjo e com atuação de agricultores familiares. Estão presentes atividades de processamento do dendê de forma artesanal. Deste modo, o manejo do solo para este arranjo perpassa pelos níveis A (baixo nível tecnológico) e B (nível tecnológico médio).

A heveicultura adota dois processos de produção distintos, mas que se integram. O primeiro voltado para beneficiamento do látex por grandes corporações e o segundo conduzido por médios e pequenos produtores, muitos deles fornecedores de grandes indústrias. Em se considerando cultura permanente, vê-se que não há ocupação de extensas áreas, bem como a demanda de expansão para novas áreas, podendo conviver com outras espécies e cujo tempo de vida dos arbóreos torna-se maior em relação aos outros cultivos. Deste modo, adota-se o nível de manejo B para o solo.

O nível de manejo do solo para a manicultura, cultivo de mandioca, oscila no território entre os níveis B (nível tecnológico médio) e C (alto nível tecnológico). Predomina-se o processo produtivo com baixa utilização de mecanização e insumos modernos, com exceção do município de Presidente Tancredo Neves, onde se observa a prática do cultivo em caráter experimental para o beneficiamento e industrialização e com tendências para verticalização do arranjo.

A bovinocultura apresenta pouco dinamismo a noroeste do território, com desempenho inferior a outras regiões do estado. Predomina-se a pecuária extensiva em grandes propriedades de terra e semi-extrativismo dos recursos naturais para criação e engorda. Neste caso, é possível afirmar que o manejo do solo está caracterizado pelo nível A.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Baixo Sul apresenta um total de 106 indústrias, a maior parte concentrada no município de Valença com quase metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, mais de 50% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Valença. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar os setores de alimentos (37%), de impressão e fabricação de produtos diversos (21%) e o de roupas e vestuário (17%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 28% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Valença (13) e Ituberá (5). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e óleos vegetais (63%) e de fabricação de estruturas metálicas (27%).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 17% do total de indústrias existentes do TI Baixo Sul. Neste grupo, destaca-se um empreendimento em Valença voltado à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação de artefatos de borracha e de material plástico; de minerais não metálicos; metalurgia, que juntos representam 55% das 18 indústrias de alto potencial poluidor.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são cacauicultura, dendeicultura, manicultura e heveicultura, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o Baixo Sul ocupa a sétima posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM

(IBGE, 2010a). Para a macrorregião Litoral Sul, o TI Baixo Sul perde em área cultivada apenas para o TI Litoral Sul.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 29 empreendimentos de carcinicultura no território, ressaltando que deste total, cerca de 58% das atividades operam sem a licença ambiental, segundo dados de 2009 do IMA, atual Inema. Dentre os municípios que mais se destacam neste setor, atenta-se para o município de Jaguaripe, que concentra 18 empreendimentos de carcinicultura sendo que dez empreendimentos não possuem licença ambiental para funcionar. Nilo Peçanha e Valença comportam quatro empreendimentos em cada município, sendo que no primeiro não há atividade licenciada e no segundo, apenas um empreendimento não seguiu os procedimentos legais para a devida operação.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 64 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Valença e Wenceslau Guimarães destacam-se por concentrar em torno de 32% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Cairu aparece como o menos expressivo, com apenas 210 cabeças. Dentre os quatro territórios da macrorregião Litoral Sul, o TI Baixo Sul se situa em última posição em número de cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o Baixo Sul é o terceiro menos representativo com relação à criação de bovinos, ficando em sua frente apenas os TIs Metropolitano de Salvador e Itaparica.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo nos municípios de Camamu, Piraí do Norte, Taperoá, Valença e Jaguaripe, este último, concentrando 52% do total de criações existentes no território. A criação de muares representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Baixo Sul. Destaque para o município de Valença que, sozinho, representa 32% do total de muares no TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e também é destaque em Valença. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião Litoral Sul, o TI Baixo Sul sucede os TIs Litoral Sul e Extremo Sul em quantidade de equinos.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (811 mil cabeças) e suínos (53 mil cabeças). Valença traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 1.065 e 1.285 animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Baixo Sul ocupa a 14ª posição em número de estabelecimentos no território, sendo ele o que mais se destaca na macrorregião Litoral Sul. Em 2006, este território apresentou cerca de 22 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Wenceslau Guimarães, Presidente Tancredo Neves e Valença, onde o conjunto detém quase a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Cairu possui apenas 47 destes estabelecimentos familiares.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Baixo Sul apresentam-se resultados para cinco pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Dona, Jiquiriçá, Una, Almada e Preto). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis também em todos os pontos, exceto em Jaguaripe (rio Dona), indicando condição regular.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada nos municípios Valença, Gandu e Ituberá. Estes

mesmos municípios, proporcionalmente, apresentam um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 14 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se concentram no município de Valença.

Para a qualidade do ar, o TI Baixo Sul tem como destaque o município de Valença com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de artigos têxteis também em Valença. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de concessão de lavra para extração de anidrita, barita, dolomito, gipsita e salgema.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Os municípios Ibirapitanga, Ituberá, Nilo Peçanha e Taperoá possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. O município de Camamu é o único que conta com um aterro sanitário convencional, disposição mais adequada.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 10 municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Valença. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, seguido pela agricultura com 14%.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 35% da área do TI Baixo Sul.

• Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Baixo Sul, existem 54 notificações apresentadas pelo Inema com atividades das mais diversas origens, dentre elas, exploração mineral (areia) irregular, disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos, construção de edificações (bares, loteamentos e domicílios) em área ambientalmente protegidas por lei e serrarias/carpintarias em operação indevida (inadequada). As notificações advindas do Ministério Público correspondem a 92 encaminhamentos ao empreendimento causador do impacto, condizentes a danos à fauna e à flora, como transporte e venda de madeira e lenha, pesca irregular ou proibida, degradação da vegetação nativa e intervenção em APP. Nesta abordagem, é possível afirmar que quase todos os municípios (93%) componentes deste território foram notificados por atividades que interferem negativamente seus recursos naturais, com exceção do município de Ibirapitanga onde não se constataram autos do Inema ou do Ministério Público.

Das demandas da população residente no TI Baixo Sul, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, para a mandioca, destacam-se as reivindicações com relação ao ajuste a realidade do zoneamento da produção desta cultura para tornar o crédito mais oportuno, com liberação desse crédito antes do plantio, e a melhoria do padrão de qualidade do produto e das unidades de processamento, favorecendo ganhos de economia de escala, especialmente na consolidação e formação de associações e cooperativas. Para o arranjo produtivo do cacau, pode-se citar o desejo pela promoção do cacau brasileiro e do chocolate, associado à saúde humana e sustentabilidade; fortalecimento de cooperativas de cacau, administradas por profissionais da área e a repactuação dos passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacauzeira da Bahia.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, melhorar e efetivar a atuação dos órgãos fiscalizadores ambientais no território e o fortalecimento da gestão ambiental são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se a reativação do aeroporto de Valença, melhoria da infraestrutura de acesso às comunidades rurais, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e internet e manutenção das rodovias.

2.3.25. TI Costa do Descobrimento

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Costa do Descobrimento, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 12.132,1 km², equivalente a 2,1% do território do Estado e engloba os municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (no litoral) e Úmido e Subúmido na região central do território, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.900 mm e 1.150 a 1.400 mm, respectivamente. Ao norte, observa-se clima Subúmido a Seco com precipitação anual variando de 950 a 1.300mm.

Os Latossolos Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 52% dos solos compostos na região, seguido dos Latossolos Vermelhos-Amarelos e Argissolos Vermelho-Amarelos.

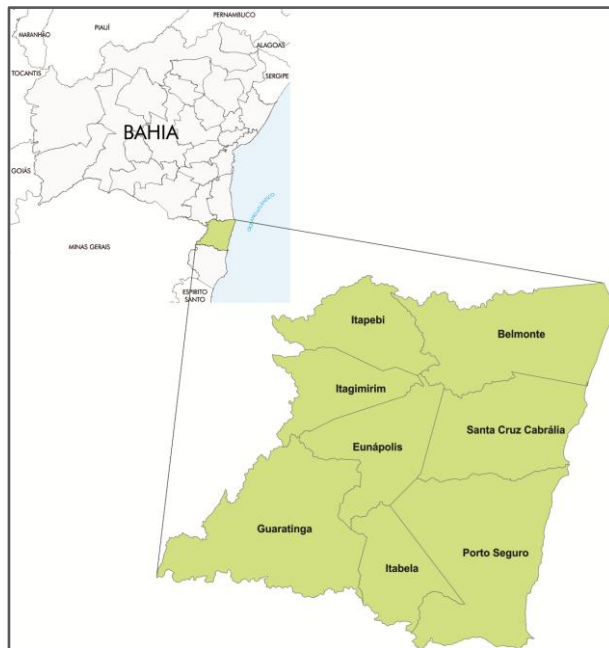


Figura 25 – Localização do Território de Identidade Costa do Descobrimento no estado da Bahia

Destaca-se no TI Costa do Descobrimento a presença de seis unidades geomorfológicas: Bloco Montanhoso Santo Antônio do Jacinto – Jucuruçu, Depressão Itabuna Itapetinga, Planície Marinha e Fluviomarina, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Rio Pardo e Tabuleiros Pré-litorâneos.

▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 35 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. Há uma concentração de unidades de conservação na zona litorânea do TI, com exceção das áreas próximas a sede administrativa de Porto Seguro. Aproximadamente 10% da área total do território têm algum tipo de proteção de caráter estadual ou federal, o que totaliza uma área de cerca de 124.796 ha. As áreas protegidas se dividem quase igualmente em uso sustentável e de proteção integral, e, entre elas, se destaca a APA Santo Antônio, de uso sustentável, e que está inserida nos municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália, contemplando uma área que está em torno 25.848 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em apenas dois municípios, estimando um universo total de três colônias e uma associação de pescadores artesanais. No que diz respeito aos remanescentes quilombolas, de acordo com dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, não foram identificadas tais comunidades neste território.

Segundo os dados do Bahia Arqueológica, foi constatado um universo de 51 sítios arqueológicos em Porto Seguro, Itapebi e Santa Cruz Cabrália, cujos utensílios remetem a sambaquis, estruturas construtivas e cerâmicas oriundos de períodos antes, durante e após a colonização. Em Itapebi, foi identificada uma unidade espeleológica na localidade Fazenda Terezinha, denominada Toca do Cacau Grande.

▪ **Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos**

No TI Costa do Descobrimento, os arranjos produtivos rurais de destaque são o gado bovino, a heveicultura, a silvicultura e o cultivo de mamão.

A bovinocultura da região é representada pela prática de pecuária extensiva e conduzida por pecuaristas semi-extrativistas dos recursos naturais. O manejo do solo é classificado como nível A, ou seja, de baixo nível tecnológico. Em Guaratinga se observa o maior número de cabeças de gado deste território.

A heveicultura é observada mais significativamente no Município de Porto Seguro, com o manejo do solo baseado em um nível tecnológico médio, sendo classificado como nível B.

O arranjo produtivo do mamão é notado em um modelo tradicional, o qual se caracteriza por não passar por processos elaborados de pós-colheita. Não é observada a participação de agricultores familiares devido ao fato de exigir bases tecnológicas avançadas e altos investimentos, inclusive para manutenção e qualificação da técnica. O manejo do solo é classificado neste território no nível B, baseado em um nível tecnológico médio.

A silvicultura é um arranjo produtivo expressivo no território. Assim como o TI Extremo Sul, para este território, a percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o território é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, e de melhor produtividade. O manejo do solo é classificado no nível C, se caracterizando por um alto nível tecnológico.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Costa do Descobrimento apresenta um total de 140 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Eunápolis (69) e Porto Seguro (43) com 80% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, 50% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Eunápolis. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor fabricação de móveis, de produtos de madeira (36%), de fabricação de artigo de vestuário e de produtos têxteis (23%) e de fabricação de alimentos (16%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 25% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Eunápolis (15) e Porto Seguro (14). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos (31%) e de metalurgia e fabricação de produtos de metal (26%). Além disso, há a ocorrência de nove empreendimentos do setor de construção no território, localizado em 4 municípios, com uma concentração em Eunápolis (5).

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 25% do total de indústrias existentes do TI Costa do Descobrimento. Neste grupo, destacam-se dois empreendimentos em Itapebi e Belmonte voltados à extração de pedra, areia e argila. Outros de destaque em função do potencial poluidor são os dois empreendimentos que tem a geração de energia como atividade, ambos localizados em Itapebi. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelo setor de fabricação de produtos cerâmicos, artigos de serralheria e aparelhamento e outros trabalhos em pedras (51%).

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são heveicultura e mamão, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Costa do Descobrimento ocupa a vigésima posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião Litoral Sul, o TI Costa do Descobrimento é o menos expressivo em áreas cultivadas.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial

poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 546,6 mil de cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Eunápolis e Guaratinga destacam-se por concentrar em torno de 41% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Santa Cruz Cabralia aparece como o menos expressivo, com 16.715 cabeças. Dentre os quatro territórios da macrorregião Litoral Sul, o TI Costa do Descobrimento se situa na segunda posição em número de cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Costa do Descobrimento é o sétimo mais representativo com relação à criação de bovinos.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de muares exibe os menores números, com destaque para Guaratinga que concentra 29% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Litoral Sul. Destaca-se o município de Guaratinga, que representa 31% do total de equinos no TI. A criação de bubalinos apresenta valores intermediários entre muares e equinos e é destaque em Porto Seguro, com quase 62% do número de cabeças. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião Litoral Sul, o TI Costa do Descobrimento é o que possui o maior número de cabeças de bubalinos, equivalente a cerca de 55% do total. Em comparação com o estado da Bahia, possui a segunda maior criação de bubalinos, ficando atrás apenas do TI Litoral Norte e Agreste Baiano.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (236,1 mil cabeças) e Eunápolis indica maior expressividade neste arranjo. A caprinocultura, ovinocultura e suinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 2,9 mil, 3,3 mil e 22,5 mil animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Costa do Descobrimento ocupa a 26ª posição, sendo assim um dos territórios com menor número de estabelecimentos de agricultura familiar no estado da Bahia, superando apenas o TI Metropolitano de Salvador. Em 2006, este território apresentou cerca de 4,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Guaratinga onde o conjunto detém quase 38% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Itagimirim possui apenas 76 destes estabelecimentos familiares.

Em relação à silvicultura da região, há registro relacionado à extração de madeira, atividade com alto potencial poluidor. A produção de madeira no território é de 3,68 milhões de m³, que se divide em madeira para outras finalidades (24,8 mil m³) e madeira para papel e celulose (3,66 milhões de m³). Destaca-se o município de Santa Cruz Cabralia, responsável por quase 49% de toda a produção no território.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Costa do Descobrimento apresentam-se resultados para 11 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Santo Antônio, João de Tiba, Buranhém, Rio dos Frades, Caraíva e Jequitinhonha). Para o IET, as condições se encontram semelhantes, apresentando condições regulares apenas em Porto Seguro (rio Buranhém) e em Itabela (rio Caraíva).

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Eunápolis. No entanto, proporcionalmente, o município de Itagimirim tem um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território sete empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria química e de papel e celulose, e se concentram no município de Eunápolis.

Para a qualidade do ar, o TI Costa do Descobrimento tem como destaque os municípios de Eunápolis e Porto Seguro com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destacam-se indústrias químicas e de produção de celulose, ambas localizadas em Eunápolis. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de registro de extração de areia, e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, areia, calcita, gnaíse, grafita, granito, mármore e sienito.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas o município de Itapebi possui aterro sanitário simplificado para dispor os seus resíduos. Os municípios de Belmonte e Porto Seguro são os únicos que contam com aterros sanitários convencionais, disposição mais adequada.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em sete municípios deste território, estando concentradas especialmente no município de Belmonte. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, ocupando cerca de 55% da área do território, seguido pela silvicultura com 11%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 28% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 25% da área do TI Costa do Descobrimento.

*** Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Costa do Descobrimento, existem três notificações apresentadas pelo Inema com atividades relacionadas à disposição inadequada de esgotos domésticos e de resíduos sólidos urbanos e edificação irregular. As notificações advindas do Ministério Público respondem por 199 encaminhamentos aos empreendimentos causadores dos impactos que incidem sobre transporte, comercialização e processamento do pescado. Nesta abordagem, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam em Itagimirim e Itapebi. Com relação a notificações do Ministério Público, destacam-se os empreendimentos localizados nos municípios de Eunápolis, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, correspondendo a 83% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Costa do Descobrimento¹, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a implantação de postos de recebimento de materiais recicláveis e recipientes de agrotóxicos e a recuperação da infraestrutura de pequenas barragens são indicadas pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento de aeroportos, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e manutenção das rodovias.

¹ Quando sistematizadas os eventos, o TI Costa do Descobrimento integrava o TI Extremo Sul. Portanto, as reivindicações constantes no TI Costa do Descobrimento e TI Extremo Sul são coincidentes.

2.3.26. TI Extremo Sul

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Extremo Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 18.535,4 km², equivalente a 3,3% do território do Estado e engloba os municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas e Vereda.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido (seguindo à porção oriental) e Subúmido a Seco do centro para oeste do território, com precipitações médias anuais entre 1.200 a 1.900 mm e 1.100 a 1.250 mm, respectivamente.

Os Argissolos Amarelos Distrófico compõem a classe de solos predominantes desse TI, chegando a 35% dos solos existentes na região, seguido dos Latossolos Amarelos Alumínico (28% da área do território).

Destaca-se no TI Extremo Sul a presença de cinco unidades geomorfológicas: Bloco Montanhoso Santo Antônio do Jacinto – Jucuruçu, Planície Marinha e Fluviomarina, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros Pré-litorâneos e Várzea e Terraços Aluvionares.



Figura 26 – Localização do Território de Identidade Extremo Sul no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Diversas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 28 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território, sendo a maioria contemplada em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Em se considerando áreas privadas destinadas à conservação, a RPPN é criada por iniciativa do proprietário rural sem que haja desapropriação das terras, assumindo o compromisso de uso da reserva de maneira sustentável, com objetivo de fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas e de proteção dos recursos naturais e hídricos. Apesar do número expressivo de áreas protegidas, apenas 5% do território está contido em áreas destinadas para conservação, o que totaliza uma área de cerca de 95.492 ha. Há um predomínio de unidades de conservação de uso sustentável, e dentre estas, se destacam a APA Ponta da Baleia/Abrolhos, localizada nos municípios de Nova Viçosa, Caravelas e Alcobaça, equivalente a aproximadamente 37.465 ha da costa do território, e a RESEX Cassurubá, abrangendo área equivalente a 32.629 ha.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando um universo total de 12 associações e colônias de pescadores artesanais. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados sete aglomerados, concentrados nos municípios de Nova Viçosa e Ibirapuã.

No território, foram identificados nove sítios arqueológicos localizados principalmente nos municípios de Ibirapuã (1), Itamaraju (3), Mucuri (2), Nova Viçosa (2) e Vereda (1), que se reportam a arte rupestre, estruturas construtivas e artefatos de cerâmica, cujos sítios estão associados, em sua maioria, a ocupações do período Pré-Colonial.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais expressivos no TI Extremo Sul são o gado bovino, o cacau, o café, a cana de açúcar, o mamão, o maracujá e a silvicultura.

A bovinocultura apresenta um sistema estagnado, com pouco dinamismo e indicadores de desempenho inferiores a outras regiões do Estado. Com relação ao nível de manejo de solo, a classificação atribuída ao território é A, ou seja, com um baixo nível tecnológico. Assim como em todo o Estado, a prática da pecuária extensiva é consolidada.

A cacauicultura apresenta destaque dentro do território apenas no município de Itamaraju, o qual responde por elevados valores de produção e de área correspondente para plantação. Apesar da significância do cultivo do cacau no município, o manejo do solo se baseia em práticas de baixo a médio nível tecnológico, classificado, portanto, no nível A/B.

Os municípios de Prado e Itamaraju são os que possuem maior destaque na cafeicultura, tanto no valor de produção, quanto na área plantada. O cultivo e a produção deste arranjo não envolvem agricultores familiares, justamente por demandar técnicas complexas e elevados investimentos. A tendência de expansão deste cultivo não se apresenta de forma expressiva.

A cana de açúcar pode ser observada melhor no oeste do Extremo Sul da Bahia, onde a prática deste arranjo é mais relevante. O maior destaque desse território é o Município de Ibirapuã, onde desde 2003 a produção segue a tendência de aumento do território nacional, salvaguardada as suas proporções. O manejo do solo se classifica no nível C, refletindo um alto nível tecnológico de todo o processo do manejo.

O arranjo produtivo do mamão é notado em um modelo tradicional, o qual se caracteriza por não passar por processos elaborados de pós-colheita. Não é observada a participação de agricultores familiares devido ao fato de exigir bases tecnológicas avançadas e altos investimentos, inclusive para manutenção e qualificação da técnica. O manejo do solo é classificado neste território no nível B, baseado em um nível tecnológico médio.

A silvicultura é um arranjo produtivo de grande importância para o território. O sistema silvicultor integrado do Extremo Sul tem se revelado competitivo economicamente, apesar de excludente do ponto de vista social. A percepção, especialmente do setor empresarial, é de que o território é uma das regiões do mundo mais atrativas para implantação de florestas visando à produção de celulose, e de melhor produtividade. O manejo do solo é classificado no nível C, se caracterizando por um alto nível tecnológico.

O cultivo de maracujá (passicultura) é representado por lavoura de sequeiro de manejo avançado. O maior destaque do território é o Município de Prado, tanto no aspecto de área plantada, quanto no valor de produção. O manejo do solo é baseado em práticas de um nível tecnológico médio, sendo, portanto, classificado como nível B.

▪ Indicação do impacto ambiental acumulado

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Extremo Sul apresenta um total de 195 indústrias, a maior parte concentrada no município de Teixeira de Freitas com pouco mais da metade dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, quase 50% das indústrias foram classificadas como sendo de baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Teixeira de Freitas. Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar os segmentos de fabricação de móveis e de produtos de madeira (29%), fabricação de alimentos (20%) e fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (18%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 22% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Teixeira de Freitas (20) e Itamaraju (9). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos e

bebidas (41%) e metalurgia e fabricação de produtos de metal (34%). Há também a ocorrência de seis empreendimentos do setor de construção, sendo que metade deles estão localizados no município de Teixeira de Freitas.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 29% do total de indústrias existentes do Extremo Sul. Neste grupo, destacam-se empreendimentos em três municípios voltados à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação de produtos cerâmicos e aparelhamento e outros trabalhos em pedras (37%), e de fabricação de produtos derivados do petróleo; fabricação de produtos químicos, de farmoquímicos e farmacêuticos (27%).

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são as culturas da cana de açúcar, mamão, maracujá, cacau e café, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Extremo Sul ocupa a décima sexta posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião Litoral Sul, o TI Extremo Sul supera apenas o TI Costa do Descobrimento em área cultivada.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exibe 1,01 milhões de cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Itamaraju, Itanhém e Medeiros Neto destacam-se por concentrar em torno de 43% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Nova Viçosa aparece como o menos expressivo, com 29.860 cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Extremo Sul é o mais representativo com relação à criação de bovinos, sendo responsável por quase 10% de todo o rebanho estadual.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em nove municípios deste território, com destaque para Medeiros Neto que concentra 36% do total de criações existentes no território. A criação de equinos representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Extremo Sul. Destaque para o município de Itanhém que representa 16% do total de equinos no TI. A criação de muares apresenta valores intermediários entre bubalinos e equinos e esta bem distribuída no território, sem nenhum destaque expressivo. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião Litoral Sul, o TI Extremo Sul é o que possui o maior número de cabeças de equinos, equivalente a cerca de 46% do total. É também o território que possui a quarta mais expressiva criação de muares no estado da Bahia.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (376,6 mil cabeças) e suínos (62,9 mil cabeças). Nova Viçosa e Teixeira de Freitas trazem indicações de maior expressividade no primeiro arranjo mencionado, com quase 30% do número de animais do território. Na criação de suínos os municípios de Teixeira de Freitas e Itanhém se destacam, somando cerca de 38% do total registrado. A caprinocultura, e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 6,1 mil e 13,2 mil animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Extremo Sul ocupa a 23ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia. Em 2006, este território apresentou cerca de 9,5 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu e Alcobaça onde o conjunto detém cerca de 47% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Lajedão possui apenas 100 destes estabelecimentos familiares.

As atividades relacionadas com a silvicultura possuem diferentes potenciais poluidores associados. A extração de carvão vegetal faz-se presente no TI Extremo Sul com 108.214 toneladas produzidas, e se enquadra como atividade de médio potencial poluidor. Por outro lado, a extração de madeira possui um potencial poluidor alto, com mais de 275 mil m³ de toras de madeira produzidas para outras finalidades e 8,9 milhões de m³ de madeira em tora para papel e celulose. Destacam-se os municípios de Mucuri, Nova Viçosa e Caravelas que somam quase 69% da madeira produzida no território de identidade.

▪ **Qualidade ambiental**

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Extremo Sul apresentam-se resultados de sete pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em todos os pontos (rios Mucuri, Jucuruçu Braço Norte, Jucuruçu Braço Sul, Alcobaça e Peruipe). Para o IET, as condições se encontram menos favoráveis, com condição aceitável apenas em Jucuruçu (rio Jucuruçu Braço Norte) e em Alcobaça (rio Alcobaça), enquanto Mucuri (rio Mucuri) e Teixeira de Freitas (rio Alcobaça) indicam condição crítica. Os demais pontos para este parâmetro apresentaram resultado em condição regular.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita estas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Teixeira de Freitas. No entanto, proporcionalmente, além de Teixeira de Freitas, os municípios de Medeiros Neto e Itanhém têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 11 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para indústria de papel e celulose e se concentram no município de Mucuri. Destacam-se também três empreendimentos voltados para agroindústria, localizados em Ibirapuã, Medeiros Neto e Itanhém.

Para a qualidade do ar, o TI Extremo Sul tem como destaque os municípios de Teixeira de Freitas, Itamaraju e Nova Viçosa com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a fabricação de papel e celulose, especialmente no município de Mucuri. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras na fase de requerimento de registro de extração de cascalho; fase de registro de extração de areia, cascalho e granito e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, caulim, granito e gnaíse.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas os municípios de Alcobaça e Caravelas possuem aterros sanitários simplificados para dispor os seus resíduos. O município de Teixeira de Freitas é o único que conta com um aterro sanitário convencional.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em nove municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Jucuruçu e Mucuri. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a pecuária, ocupando cerca de 36% da área do território, seguido pela agricultura e silvicultura, ambas com 17%. A cobertura vegetal é representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 28% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 20% da área do TI Extremo Sul.

▪ **Denúncias e demandas**

No que diz respeito ao TI Extremo Sul, constataram-se duas notificações apresentadas pelo Inema devido à ausência de averbação de Reserva Legal em propriedades rurais. As notificações advindas do Ministério Público respondem por 197 encaminhamentos aos empreendimentos causadores dos impactos que incidem sobre obras ou construções irregulares, extração, transporte e comercialização ilegal de madeira e lenha e danos em Área de Preservação Permanente. Nesta abordagem, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem

negativamente seus recursos naturais se localizam em Prado e Nova Viçosa. Com relação a notificações do Ministério Público, destacam-se os empreendimentos localizados nos municípios de Mucuri, Itamaraju, Nova Viçosa e Prado, correspondendo a 68% das ocorrências levantadas no território.

Das demandas da população residente no TI Extremo Sul², decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, destacam-se as reivindicações com relação à divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca “Leite Bahia” e a consolidação de projetos de infraestrutura propostos pelo Estado. Para o arranjo produtivo da fruticultura, podem-se citar a ampliação do número de centrais de abastecimentos, criação de plataforma de logística, capacitação da gestão e o estabelecimento de uma legislação adequada para a agroindústria familiar.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a implantação de postos de recebimento de materiais recicláveis e recipientes de agrotóxicos e a recuperação da infraestrutura de pequenas barragens são indicadas pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se o funcionamento de aeroportos, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e manutenção das rodovias.

² Quando sistematizadas os eventos, o TI Costa do Descobrimento integrava o TI Extremo Sul. Portanto, as reivindicações constantes no TI Costa do Descobrimento e TI Extremo Sul são coincidentes.

2.3.27. TI Litoral Sul

▪ Aspectos gerais

O Território de Identidade Litoral Sul, inserido na macrorregião Litoral Sul, compreende uma área de 14.664,7 km², equivalente a 2,6% do território do Estado e engloba os municípios de Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Urucuca.

Compreende área sob influência predominante do clima Úmido a Subúmido (a norte e a sul do território) e Subúmido a Subúmido a Seco na parte ocidental, com precipitações médias anuais entre 1.000 a 2.000 mm e 850 a 1.900 mm, respectivamente.

Os Latossolos Amarelos Alumínico compõem a classe de solos predominantes desse TI, seguido dos Argissolos Vermelhos-Amarelos Eutrófico e dos Argissolos Vermelhos-Amarelos Alumínico, além dos Chernossolos Hápicos.

Destaca-se no TI Litoral Sul a presença de sete unidades geomorfológicas: Depressão Itabuna Itapetinga, Planície Marinha e Fluvio-marinha, Serras e Maciços Pré-litorâneos, Tabuleiros Costeiros, Tabuleiros do Rio Pardo, Tabuleiros Pré-litorâneos, e Várzeas e Terraços Aluvionares.



Figura 27 – Localização do Território de Identidade Litoral Sul no estado da Bahia

▪ Indicação do regime especial de uso

Extensas áreas do território se encontram legalmente protegidas, tendo sido identificadas 51 unidades de conservação, que estão total ou parcialmente inseridas no território. As unidades de conservação federais e estaduais presentes neste território totalizam cerca de 377.293 ha que abrangem cerca de 26% da área total do TI Litoral Sul. Aproximadamente 83% dessa área é de uso sustentável, e neste âmbito, se destaca a APA de Lagoa Encantada e Rio Almada, que está inserida em 10 municípios do território e contempla uma área de 158.083,92 ha. No território também constam importantes áreas para proteção integral, destacando-se o Parque Nacional de Serra das Lontras e Parque Estadual da Serra do Conduru, respectivamente, administrados em níveis federal e estadual.

De acordo com dados fornecidos pelo Projeto GeografAR, do ano de 2011, as associações e comunidades pesqueiras estão distribuídas em seis municípios, estimando um universo total de 11 comunidades pesqueiras artesanais, envolvendo associações, cooperativas e colônia de pescadores. No que diz respeito a comunidades remanescentes quilombolas, segundo dados do Projeto GeografAR e CDA de 2012, foram identificados 18 aglomerados, concentrados nos municípios de Itacaré e Maraú.

De acordo com dados do Bahia Arqueológica no território, são apontados 20 sítios arqueológicos em quatro municípios (Ilhéus, Itacaré, Maraú e Santa Luzia), relevantes em estruturas construtivas e artefatos de cerâmica, sambaquis, cujos artefatos estão associados a ocupações nos períodos Pré-Colonial, Colonial e Pós-colonial.

▪ Indicação do patamar tecnológico dos arranjos socioprodutivos

Os arranjos produtivos rurais mais significativos no TI Litoral Sul são a cacauicultura, a caprinocultura/ovinocultura, a heveicultura e o cultivo de dendê.

Com relação ao cultivo de cacau, este território concentra os grandes produtores e consiste na região com maior concentração da renda arrecada em termos de valor da produção e área plantada. O manejo do solo é realizado utilizando práticas de baixo e médio nível tecnológico, estando classificado nos níveis A e B.

A caprinocultura e a ovinocultura são atividades predominantemente familiares, dividindo-se com outras atividades rurais, sendo executada no território em caráter de criação de fundo de quintal, ou como complemento à bovinocultura ou equinocultura. O manejo do solo é baseado em práticas de baixo nível tecnológico, classificando-se como nível A. O município que apresenta mais expressivamente este arranjo é Ilhéus.

A heveicultura se apresenta mais intensamente em Porto Seguro, com a maior área plantada e o maior valor de produção dentro do território. O uso de práticas tecnológicas de um nível médio sugere que a classificação deste arranjo é o nível de manejo B.

O cultivo do dendê não se caracteriza como um arranjo expressivo neste território. O manejo do solo, por sua vez, adota práticas que passam de técnicas de baixa à média tecnologia, sendo classificado como nível A/B. O município que ganha destaque em termos de valor de produção deste território é Una.

▪ **Indicação do impacto ambiental acumulado**

Os impactos ambientais acumulados nesse território foram avaliados em relação aos potenciais poluidores dos empreendimentos e atividades econômicas.

No que se refere aos empreendimentos mapeados pela FIEB (2012), o TI Litoral Sul apresenta um total de 301 indústrias, a maior parte concentrada nos municípios de Itabuna e Ilhéus com 76,4% dos empreendimentos levantados. A partir desse mapeamento, mais de 50% das indústrias foram classificadas como sendo de Baixo potencial poluidor, concentrando-se, principalmente, no município de Itabuna (70) e Ilhéus (40). Como exemplos dos segmentos que mais se destacam em quantidade neste grupo, vale citar o setor de alimentos (33%), fabricação de produtos têxteis e artigos de vestuário (22%) e fabricação e impressão de materiais de diversos usos (24%).

As indústrias classificadas como de médio potencial poluidor representam 32% do total dos empreendimentos mapeados e concentram-se em sua maioria nos municípios de Ilhéus (51) e Itabuna (33). Os segmentos que tem maior destaque neste grupo são os de fabricação de alimentos (20%) e de fabricação de equipamentos de informática e componentes eletrônicos (47%). Nesse âmbito também se destacam obras de engenharia tais como construção de edifícios e instalações hidráulicas, ventilação e refrigeração com 18% dos empreendimentos registrados. Vale ressaltar também a presença de empreendimentos de recuperação de materiais plásticos e de captação de água que somam 4% das indústrias de médio potencial poluidor.

As indústrias com alto potencial poluidor, por sua vez, representam 16% do total de indústrias existentes do TI Litoral Sul. Neste grupo, destacam-se dez empreendimentos em diversos municípios do TI voltados à extração de pedra, areia e argila. Os demais segmentos com alto potencial poluidor são representados principalmente pelos setores de fabricação produtos cerâmicos e de aparelhamento e outros trabalhos em pedras, que juntos representam 19% das 47 indústrias de alto potencial poluidor.

As atividades relacionadas com a agricultura, que mais se destacam no território são cacauicultura, dendeicultura, e heveicultura, todas consideradas de médio potencial poluidor de acordo com o Decreto Estadual nº 14.032/12. Em comparação com os demais territórios, o TI Litoral Sul ocupa a quinta posição em relação à área destinada à agricultura no Estado, segundo dados da PAM (IBGE, 2010a). Para a macrorregião Litoral Sul, o TI Litoral Sul é o mais expressivo em área cultivada.

O mapeamento realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia entre 2007 e 2009, identificou 19 empreendimentos de carcinicultura no território, ressaltando que deste total, cerca de 58% das atividades operam sem a licença ambiental, segundo dados de 2009 do IMA, atual Inema. Destaca-se o município de Canavieiras, que concentra 14 empreendimentos de carcinicultura sendo que

seis deles não possuem licença ambiental para funcionar. Maraú também comporta cinco empreendimentos, sendo que não há atividade licenciada neste município.

Com relação à pecuária extensiva no território, essa atividade está relacionada com o potencial poluidor médio e, segundo a PPM, exige 453,3 mil cabeças de gado (IBGE, 2010b). Os municípios de Itaju do Colônia, Itapé e Canavieiras destacam-se por concentrar em torno de 33% da quantidade de bovinos. Por outro lado, o município de Arataca aparece como o menos expressivo, com apenas 1.730 cabeças. Dentre os quatro territórios da macrorregião Litoral Sul, o TI Litoral Sul se situa na terceira posição em número de cabeças. Em comparação com os demais TIs do Estado, o TI Litoral Sul é o décimo mais representativo com relação à criação de bovinos.

O grupo de criações confinadas é caracterizado pelo alto potencial poluidor, tendo em vista a criação de bubalinos, muares e equinos. A criação de bubalinos exibe os menores números, ocorrendo em nove municípios deste território, com destaque para Jussari que concentra 55,7% do total de criações existentes no território. A criação de muares representa maior quantidade de cabeças do grupo de alto potencial poluidor, ocorrendo em todos os municípios do TI Litoral Sul. Destaque para o município de Una que representa 10% do total de muares no TI. A criação de equinos apresenta valores intermediários entre bubalinos e muares e é destaque em Itaju do Colônia. Em comparação com os quatro TIs da macrorregião Litoral Sul, o TI Litoral Sul é o que possui o maior número de cabeças de muares, equivalente a cerca de 47% do total. Em comparação com o estado da Bahia, é o maior criador de muares, com cerca de 14% do total.

No grupo das criações confinadas com potencial poluidor médio, chama atenção o grupo das aves (612,6 mil cabeças), suínos (49,8 mil cabeças). Ilhéus traz indicações de maior expressividade nos arranjos mencionados, e Coaraci se destaca também na criação de aves. A caprinocultura e ovinocultura intensiva também ocorrem nessa região, entretanto de maneira menos expressiva, com 10,9 mil e 11 mil animais, respectivamente.

Para os empreendimentos vinculados à agricultura familiar, o TI Litoral Sul ocupa a 19ª posição em número de estabelecimentos no estado da Bahia. Em 2006, este território apresentou cerca de 14 mil estabelecimentos de agricultura familiar, os quais se enquadram como médio potencial poluidor. Concentram-se em Itacaré, Maraú, Canavieiras, Ubaitaba e Mascote onde o conjunto detém cerca de 54% dos estabelecimentos de agricultura familiar no território. Por outro lado, o município de Itaju do Colônia possui apenas 63 destes estabelecimentos familiares.

▪ Qualidade ambiental

Para a qualidade ambiental, foram analisados os principais potenciais poluidores que comprometem a qualidade das águas superficiais, do ar e do solo, além de indicar as ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, conforme apresentado no Volume 5 – Indicação dos Padrões de Qualidade Ambiental.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais, no TI Litoral Sul apresentam-se resultados de 16 pontos de monitoramento estabelecidos pelo Programa Monitora do Inema. Com relação ao IQA, os resultados revelam uma condição aceitável em quase todos os pontos (rios Pardo, Almada, Colônia, Salgado, Rio Cachoeira, Una e Rio de Contas e a Lagoa Encantada), com condição crítica observada em Itabuna (Rio Cachoeira). Para o IET, as condições se encontram aceitáveis apenas em Pau Brasil (rio Pardo) e em Ibicaraí (rio Salgado), enquanto em Canavieiras, Ilhéus e Itapé (rios Pardo, Almada e Rio Cachoeira e Lagoa Encantada) indica-se condição crítica.

A população que não é beneficiada com serviço de tratamento dos esgotos primários (provenientes de vaso sanitário) antes de seu encaminhamento a algum corpo hídrico, ou que não deposita essas contribuições em fossas, se apresenta mais elevada no município de Itabuna. No entanto, proporcionalmente, os municípios de Ribeirão Almadina, Buerarema, Coaraci e São José da Vitória têm um percentual maior de não atendimento.

Encontram-se neste território 21 empreendimentos industriais que desenvolvem atividades com potencial de poluição das águas superficiais. Estes empreendimentos estão voltados principalmente para agroindústria e se concentram na região de Ilhéus e Itabuna. Destacam-se também quatro

empreendimentos voltados para indústria química, localizados em Floresta Azul, Mascote, Una e Ilhéus.

Para a qualidade do ar, o TI Litoral Sul tem como destaque os municípios de Itabuna e Ilhéus com relação à frota de veículos nos municípios. A respeito das indústrias com potencial de emissão de poluentes do ar, destaca-se a produção de artefatos de cerâmica, gesso e concreto, localizados nos municípios de Itabuna, Santa Luzia e Ibicaraí. Por fim, no que se refere à qualidade do ar, foi identificada a presença de mineradoras, apresentando casos na fase de registro de extração de granito e cascalho e na fase de concessão de lavra para extração de água mineral, argila, calcário, conglomerado, gipsita, gnaisse, granulito, mármore, sienito e sodalita.

Na análise dos fatores que comprometem a qualidade do solo, tratando-se da inadequada disposição final dos resíduos sólidos, quase todos os municípios apresentam lixão como alternativa de disposição. Apenas o município de Itapitanga possui aterro sanitário simplificado para dispor mais adequadamente os seus resíduos. Os municípios de Ilhéus e Uruçuca são os únicos que contam com aterros sanitários convencionais.

As queimadas, fator de redução da qualidade do solo, foram identificadas em 13 municípios deste território, estando concentradas especialmente nos municípios de Ilhéus e Itacaré. Por último, foram analisados o uso da terra e a cobertura vegetal, o que revelou que o tipo de uso predominante é a agricultura, ocupando cerca de 35% da área do território, seguido pela pecuária com 23%. A cobertura vegetal é mais representativa, ocupando uma área total de aproximadamente 39% do território.

Com relação às ocorrências das principais áreas importantes para a conservação da biodiversidade, identificaram-se as seguintes ocorrências: Áreas de Importância Biológica, IBA e KBA. A vegetação remanescente representa em torno de 30% da área do TI Litoral Sul.

▪ Denúncias e demandas

No que diz respeito ao TI Litoral Sul, existem 11 notificações apresentadas pelo Inema com atividades mais relacionadas à disposição inadequada de resíduos sólidos, instalação irregular de postos de combustíveis e de empreendimentos industriais e comerciais em área ambientalmente protegidas por lei. As notificações advindas do Ministério Público respondem por 242 encaminhamentos aos empreendimentos causadores dos impactos que recaem essencialmente sobre extração, transporte, condicionamento e comercialização ilegal de madeira e lenha. Nesta abordagem, é possível afirmar que os empreendimentos que receberam mais notificações pelo Inema devido a atividades que interferem negativamente seus recursos naturais se localizam predominantemente em Itacaré e Maraú. Com relação a notificações do Ministério Público, destacam-se os municípios de Itabuna e Ilhéus.

Das demandas da população residente no TI Litoral Sul, decorrentes de Câmaras Setoriais da Agricultura, para a mandioca, destacam-se as reivindicações com relação consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado e a divulgação do consumo de produtos lácteos sem risco, adotando a marca "Leite Bahia". Para o arranjo produtivo do cacau, pode-se citar o desejo pela promoção do cacau brasileiro e do chocolate, associado à saúde humana e sustentabilidade; fortalecimento de cooperativas de cacau, administradas por profissionais da área e a repactuação dos passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacauzeira da Bahia.

No PPA Participativo, para o tema meio ambiente, a implantação de programa de apoio à silvicultura, o licenciamento ambiental das propriedades dos agricultores familiares e a implementação de ações dos planos de bacia hidrográfica são indicados pela sociedade como principais demandas desse TI. Para o tema infraestrutura e logística, reivindica-se recuperação e ampliação do aeroporto de Canavieiras e de Ilhéus, ampliação da cobertura dos serviços de telefonia móvel e internet e manutenção das rodovias.

3. Referências Bibliográficas

ANA. Agência Nacional de Águas. 2009a. Apresenta esclarecimentos quanto à definição dos indicadores de qualidade da água. Disponível em: <<http://pnqa.ana.gov.br/IndicadoresQA/IndiceQA.aspx>>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

ANA. Agência Nacional de Águas. 2009b. Apresenta esclarecimentos quanto à definição dos indicadores de qualidade da água. Disponível em: <<http://pnqa.ana.gov.br/IndicadoresQA/IndiceET.aspx>>. Acesso em: 06 de maio de 2013.

BAHIA. Decreto nº 14.032 de 15 de junho de 2012. Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, e dá outras providências. Salvador, Bahia, 15 jun. 2012. Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/Decreto_14032poupape.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Plano Purianual PPA 2012-2015. Salvador: SEPLAN, 2011. 456p.; il.; tab.; graf.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Princípios Norteadores do ZEE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/item/8187-princ%C3%ADpios-norteadores-do-zee>>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Poder Executivo, Brasília – DF.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2008. Brasília: SNIS, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Caatinga (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?/caatinga/dados/shape_file/>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Cerrado (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?/cerrado>>. Acesso em: 10 jan. 2013

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Projeto sobre a Biodiversidade. Mapa de Cobertura Vegetal e Uso do solo: Mata Atlântica (Arquivo *shapefile*). Probio/MMA, 2007. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/mapas/aplic/probio/datadownload.htm?/mata_atlantica>. Acesso em: 10 jan. 2013.

CECAV. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas. Núcleo de Geoprocessamento. Base de Dados Geoespacializados de Cavidades Naturais Subterrâneas – 01 de setembro de 2011. Arquivo *Shapefile*. Não publicado.

COMERLATO, Fabiana. Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia. In: **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**, 2007, Florianópolis. Congresso Internacional da SAB. Erechim : Habilis, 2007. p. 1-14.

DENATRAN. Departamento Nacional de Trânsito. Frota de Veículos. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: 04 de fevereiro 2013.

DI LAURO, A.; PASSOS, A. L. S.; EVANGELISTA, A. R. S. Territórios de Identidade no Brasil: Uma Análise Teórica e Metodológica no Estado da Bahia. In: 12do Encontro de Geografos de América Latina, 2009, Montevideu. Caminando em uma América Latina em Transformación. Montevideu, 2009.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Embrapa Solos, 1999.

ETCHEVARNE, Carlos. Escrito na Pedra. Cor Forma e Movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro, Odebrecht/Versal, 2007

FIEB. Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Guia Industrial do Estado da Bahia 2012. Superintendência de Desenvolvimento Industrial – SDI. Salvador, 2012. CD – ROM.

IBAMA/MMA. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2012. Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/mataatlantica/RELATORIO%20MATA%20ATLANTICA%2008%202009.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA CAATINGA – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2011. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/caatinga/relatorio_tecnico_caatinga_2008-2009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS E MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS. PROJETO DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO DOS BIOMAS BRASILEIROS POR SATÉLITE – MONITORAMENTO DO BIOMA CERRADO – 2008 A 2009. BRASÍLIA, 2011. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/RELATORIO_CERRADO_2008-2009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Área e densidade demográfica da unidade territorial. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1301&z=t&o=3r>>. Acesso em: 05 de Junho de 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manuais Técnicos em Geociências, N° 4. Manual Técnico de Pedologia. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 2007. il.; color.; 316p.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal. 2010a. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Pecuária Municipal. 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=VS&z=t&o=3>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2013.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – BAHIA. Programa Monitora: Relatório de Parâmetros e Pontos. Disponível em: <<http://monitora.inema.ba.gov.br/index.php/pontos/index/>>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

INEMA. Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – BAHIA. Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental – Geobahia. Disponível em: <<http://geobahia.inema.ba.gov.br/geobahia5/interface/openlayers.htm?3be34vgd9che7mmh8rb9p0gg23>>. Acesso em: 5 de dezembro de 2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Monitoramento de Queimadas e Incêndios do ano de 2012. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

PALAVIZINI, Roseane. Gestão Transdisciplinar do Ambiente: Uma Perspectiva aos Processos de Planejamento e Gestão Social no Brasil. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, da UFSC, Florianópolis, 2006.

Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. *Informações sobre Comunidades Tradicionais. Grupo de Pesquisa GeografAR. Programa de Pós-graduação em Geografia. MGEO/UFBA/CNPq. Salvador, 2011.*

RAMALHO FILHO, A.; BEEK, K, J. Sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: EMBRAPA-CNPQ, 1995, 65p.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado do Ambiente. Instituto Estadual do Ambiente. Guia Prático de Fiscalização Ambiental. Rio de Janeiro: INEA, 2010. 63p.

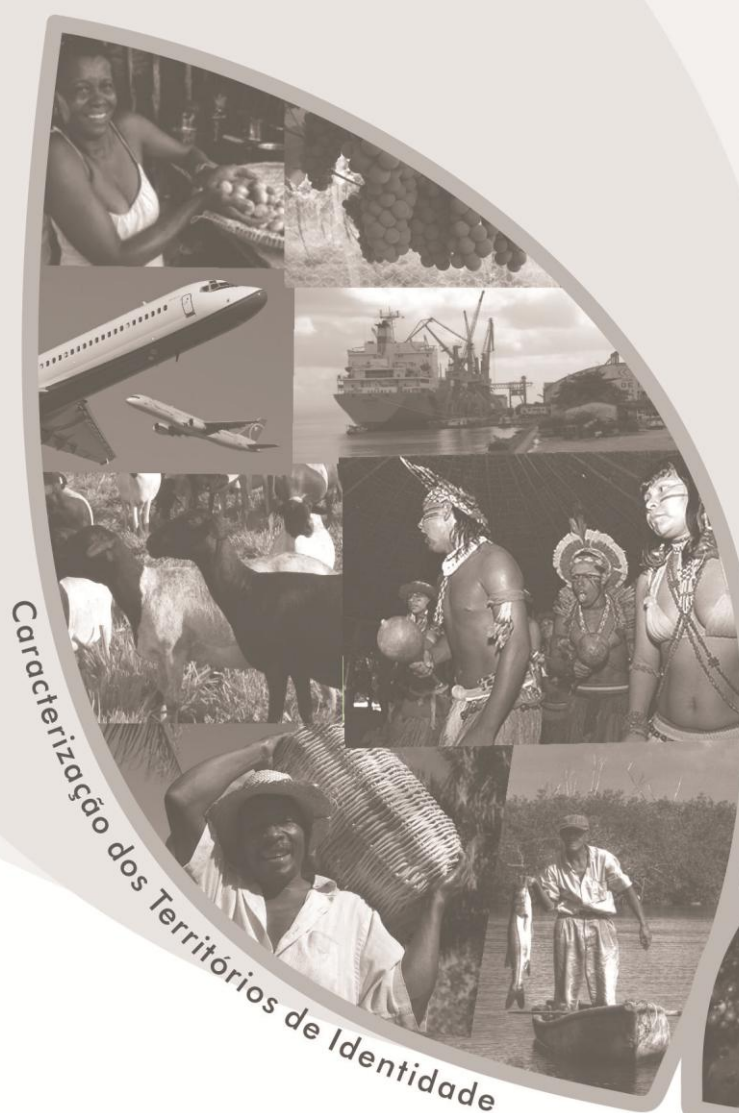
RODRIGUES, S. I. Contribuições dos métodos GPR e Eletromagnético Indutivo em estudos de sítios arqueológicos de sambaquis costeiros no Estado de Santa Catarina. 2009. 246p. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Tipologia Climática – Segundo Thornthwaite: Estado da Bahia – 2007. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/pdf/carto_tip_clim.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Pluviometria: Estado da Bahia – 2003. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/mapa_pluviometria.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

SCHMITZ, J. A. K. Indicadores Biológicos de Qualidade do Solo. Tese (Doutorado em Ciência do Solo) – Faculdade de Agronomia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003. 176p.

Anexo 1 – Lei_Decreto Estadual 14032_12 - Enquadramento de Atividades



DECRETO Nº 14.032 DE 15 DE JUNHO DE 2012

Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e da Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

D E C R E T A

Art. 1º - Os dispositivos, abaixo indicados, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 08 de outubro de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116 -

§ 1º - Fica caracterizada a alteração da localização, instalação ou operação, quando houver modificações ou ampliações capazes de causar agravamento dos impactos ambientais da atividade ou empreendimento já licenciado dentro do mesmo objeto da atividade original, ou alteração do processo produtivo ou substituição de equipamentos que provoquem alteração das características qualitativas e quantitativas com aumento da carga poluidora, das emissões líquidas, sólidas ou gasosas, previstas no respectivo processo de licenciamento.

.....”

“Art. 158 -

.....

V - o prazo de validade da Licença de Alteração - LA deverá ser estabelecido em consonância com o prazo de validade da licença ambiental objeto da alteração, devendo ser incorporada posteriormente a próxima licença ambiental;

.....”

“Art. 160 - As licenças ou autorizações ambientais poderão ter os seus prazos de validade prorrogados pelo órgão ambiental licenciador, com base em justificativa técnica, uma única vez, devendo o requerimento ser fundamentado pelo empreendedor no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do vencimento.”

“Art. 165 - O requerimento de revisão de condicionantes, bem como de prorrogação de prazo de validade de licenças ou autorizações ambientais será remunerado pelo interessado no valor equivalente a 30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização ambiental, constante do Anexo V deste Regulamento.

Parágrafo único - O requerimento de prorrogação de prazo para o cumprimento dos condicionantes estabelecidos nas Licenças ou Autorizações Ambientais não será custeado pelo interessado.”

“Art. 178 - Para fins de Compensação Ambiental, o órgão ambiental executor estabelecerá o grau de impacto a partir do EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos e não mitigáveis sobre o meio ambiente.

.....”

“**Art. 180** - A definição dos valores da compensação ambiental será fixada proporcionalmente ao impacto ambiental, com base em metodologia de gradação de impacto, aprovada pelo órgão executor, assegurado o contraditório.

.....

§ 2º - Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os custos referentes aos planos, projetos e programas, não exigidos pela legislação ambiental, mas estabelecidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.

§ 3º - Os custos referidos no § 2º deste artigo deverão ser apresentados de forma justificada pelo empreendedor e aprovados pelo órgão ambiental executor.

.....”

“**Art. 184** - Da decisão do percentual da gradação do impacto caberá pedido de reconsideração no prazo de 20 (vinte) dias, conforme regulamentação a ser definida pelo órgão executor.

.....”

“**Art. 187** - A área responsável pela gestão das unidades de conservação selecionadas, deverá apresentar plano de trabalho detalhado dos projetos ou ações deliberados pela Câmara de Compensação Ambiental, visando à sua implementação.”

“**Art.** **248** -

.....

.....

II - multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

.....”

“**Art.** **258** -

.....

.....

§ 3º - O agente autuante, competente pela lavratura do auto de infração, indicará a multa estabelecida para a conduta, bem como, se for o caso, as demais sanções previstas neste Regulamento, observando-se os critérios previstos entre os arts. 249 e 252 deste Decreto, incluindo os casos em que o montante da multa for fixado por indivíduo, espécime ou fração, conforme Anexo VI deste Regulamento.

§ 4º - A Diretoria Técnica deve, de ofício ou mediante provocação, independentemente do recolhimento da multa aplicada, majorar, manter ou minorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos nos artigos infringidos, observando os incisos do artigo 249 deste Regulamento.

.....”

“**Art. 269** - A multa simples poderá ser convertida em advertência, pela autoridade julgadora, caso fique constatado, a relativização da gravidade do fato, da condição sócio-econômica do infrator, ou dos demais critérios estabelecidos no artigo 249 deste Regulamento.”

“**Art. 271** - Nos casos de infração continuada, a critério do agente autuante, poderá ser aplicada multa diária de R\$50,00 (cinquenta reais) até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).
.....”

Art. 2º - O Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“**Art. 150-A** - Os projetos de implantação de rodovias, assentamento de reforma agrária, linhas de transmissão ou de distribuição de energia elétrica, todos os empreendimentos urbanísticos, turísticos e de lazer relacionados na Divisão G do Anexo IV deste Regulamento e outras atividades que venham a ser definidas pelo CEPRAM não estão sujeitos à Licença de Operação - LO, devendo ser informado ao órgão ambiental o início de suas operações.”

“**Art. 160-A** - O requerimento de revisão de condicionantes, bem como de prorrogação de prazo para o seu cumprimento, deverá ser feito na vigência da respectiva Autorização ou Licença Ambiental, acompanhado de fundamentação técnica elaborada pela CTGA, quando couber.”

“**Art. 239** -:
.....”

§ 2º - No exercício da ação fiscalizadora ficam assegurados aos técnicos credenciados a entrada e permanência, pelo tempo que se tornar necessário, em instalações, estabelecimentos, veículos ou propriedades, públicos ou privados.”

Art. 3º - Os Anexos IV, VI e VII do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, passam a vigorar na forma do Anexo Único deste Decreto.

Art. 4º - O art. 3º do Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º** - Fica revogado o Decreto nº 11.235, de 10 de outubro de 2008, mantendo os seus efeitos em vigor para os processos em tramitação no órgão executor.”

Art. 5º - Ficam revogados o § 1º do art. 151 e o § 1º do art. 259 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 14.024, de 06 de junho de 2012.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 15 de junho de 2012.

JAQUES WAGNER
Governador

Rui Costa
Secretário da Casa Civil

Eugênio Spengler
Secretário do Meio Ambiente

ANEXO ÚNICO

ANEXO IV				
TIPOLOGIA E PORTE DOS EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES SUJEITOS A LICENÇA AMBIENTAL				
Código Estado	Tipologia	Unidade de Medida	Porte	Potencial de Poluição
DIVISÃO A: AGRICULTURA, FLORESTAS E CAÇA *				
Grupo A1: Produtos da Agricultura				
A1.1	Agricultura			
A1.1.1	Agricultura de Sequeiro	Módulo Fiscal	Pequeno ≥ 4 < 30 Médio ≥ 30 < 200 Grande ≥ 200	m
A1.1.2	Agricultura Irrigada	Módulo Fiscal	Pequeno ≥ 4 < 30 Médio ≥ 30 < 200 Grande ≥ 200	m
Grupo A2: Criação de Animais				
A2.1	Pecuária			
A2.1.1	Pecuária Extensiva	Módulo Fiscal	Pequeno ≥ 4 < 30 Médio ≥ 30 < 200 Grande ≥ 200	m
A2.2	Criações Confinadas			
A2.2.1	Bovinos, Bubalinos, Muares e Equinos	Capacidade Instalada (Número de Animais)	Pequeno ≥ 50 < 500 Médio ≥ 500 < 2.000 Grande ≥ 2.000	a
A2.2.2	Aves e Pequenos Mamíferos	Capacidade Instalada (Número de Animais)	Pequeno ≥ 12.000 < 60.000 Médio ≥ 60.000 < 400.000 Grande ≥ 400.000	m

A2.2.3	Caprinos e Ovinos	Capacidade Instalada (Número de Animais)	Pequeno $\geq 500 < 1.000$ Médio $\geq 1.000 < 5.000$ Grande ≥ 5.000	m
A2.2.4	Suíños	Capacidade Instalada (Número de Animais)	Pequeno $\geq 300 < 1.000$ Médio $\geq 1.000 < 5.000$ Grande ≥ 5.000	a
A2.2.5	Creche de Suínos	Capacidade Instalada (Número de Animais)	Pequeno $\geq 1.000 < 8.000$ Médio $\geq 8.000 < 30.000$ Grande ≥ 30.000	m
A2.3	Piscicultura			
A2.3.1	Piscicultura Intensiva em Viveiros Escavados	Área (ha)	Pequeno $\geq 1 < 10$ Médio $\geq 10 < 50$ Grande ≥ 50	m
A2.3.2	Piscicultura Continental em Tanques-Rede, Raceway ou Similar	Volume (m³)	Pequeno ≤ 1.000 Médio $> 1.000 < 5.000$ Grande ≥ 5.000	b
A2.3.3	Piscicultura Marinha em Tanques-Rede, Raceway ou Similar	Volume (m³)	Pequeno ≤ 5.000 Médio $\geq 5.000 < 10.000$ Grande ≥ 10.000	b
A2.4	Carcinicultura em Viveiros Escavados	Área (ha)	Pequeno ≤ 5 Médio $\geq 5 < 50$ Grande ≥ 50	a

A2.5	Ranicultura	Área (ha)	Pequeno ≥ 0,5 < 1 Médio ≥ 1 < 5 Grande ≥ 5	b
A2.6	Agricultura e Malacocultura	Área (ha)	Pequeno ≥ 0,4 < 2 Médio ≥ 2 < 10 Grande ≥ 10	b
Grupo A3: Silvicultura				
A3.1	Silvicultura	Módulo Fiscal	Pequeno ≥ 4 < 30 Médio ≥30< 200 Grande ≥ 200	m
A3.2	Produção de carvão vegetal			
A3.2.1	Madeira de Floresta Plantada	MDC/M ês	Pequeno ≤ 10.000 Médio ≥ 10.000 < 35.000 Grande ≥ 35.000	a
A3.2.2	Madeira de floresta nativa advinda de supressão ou manejo	MDC/M ês	Pequeno ≤ 10.000 Médio ≥ 10.000 < 35.000 Grande ≥ 35.000	a
Grupo A4:	Assentamento de Reforma Agrária	Nº de Famílias	Pequeno ≤ 82 Médio ≥ 82 < 162 Grande ≥ 162	m
DIVISÃO B: MINERAÇÃO				
Grupo B1: Minerais Metálicos e Não Metálicos				
B1.1	Minerais metálicos			
B1.1.1	Ferro	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 300.000 Médio ≥ 300.000 < 1.500.000 Grande ≥ 1.500.000	a

B1.1.2	Manganês	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 100.000 Médio ≥ 100.000 < 500.000 Grande ≥ 500.000	a
B1.1.3	Alumínio, Antimônio, Cádmio, Chumbo, Cobre, Cromo, Escândio, Estanho, Estrôncio, Frâncio, Gálio, Germânio, Háfnio, Índio, Iridio, Ítrio, Lítio, Molibdênio, Niobio, Níquel, Osmio, Ouro, Paládio, Platina, Prata, Rodio, Rubídio, Selênio, Tálcio, Tântalo, Tecnécio, Titânio, Tungstênio, Vanádio, Zinco e Zircônio	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 50.000 Médio ≥ 50.000 < 500.000 Grande ≥ 500.000	a
B1.2	Minerais Não Metálicos			
B1.2.1	Criolita, Enxofre, Fluorita, Selênio, Sílica, Silicatos e Telúrio	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno < 100.000 Médio ≥ 100.000 < 800.000 Grande ≥ 800.000	a
Grupo B2: Gemas ou Pedras Preciosas e Semi-Preciosas				

B2.1	Ágata, Água Marinha, Alexandrita, Ametista, Benitoíta, Berilo, Calcedônia, Cianita, Citrino, Crisoberilo, Cristal de Rocha, Diamante, Esmeralda, Granada, Heliotrópio, Jacinto, Jade, Jaspe, Lapis-Lazuli, Larvikita, Lazurita, Nefrita, Olho de Tigre, Opala, Rubi, Safira, Topázio, Turmalina, Turqueza e outras	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 3.500 Médio $\geq 3.500 < 35.000$ Grande ≥ 35.000	a
Grupo B3: Minerais Utilizados na Construção Civil, Ornamentos e Outros				
B3.1	Areias, Arenoso, Cascalhos, Filitos	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 75.000 Médio $\geq 75.000 < 375.000$ Grande ≥ 375.000	m
B3.2	Areias em Recursos Hídricos	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 20.000 Médio $\geq 20.000 < 100.000$ Grande ≥ 100.000	m
B3.3	Gesso, Caulim e Saibro	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 50.000 Médio $\geq 50.000 < 250.000$ Grande ≥ 250.000	a

B3.4	Basalto, Calcários, Gnaisses, Granitos, Granulitos,Meta renitos, Quartzitos, Sienitos, Dentre Outras Utilizadas Para a Produção de Agregados e Beneficiamento Associado (Britamento)	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 50.000 Médio ≥ 50.000 < 500.000 Grande ≥ 500.000	m
B3.5	Ardósia, Dioritos, Granitos, Mármore, Quartzitos, Sienitos, Dentre Outras Utilizadas Para Revestimento	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 20.000 Médio ≥ 20.000 < 60.000 Grande ≥ 60.000	a
Grupo B4: Minerais Utilizados na Indústria				
B4.1	Materiais Cerâmicos (Argilas, Caulinita, Diatomita, Ilita e Montmorilonita, Dentre Outros)	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 30.000 Médio ≥ 30.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	m
B4.2	Cianita, Feldspato, Fluorita, Leucita, Moscovita, Nefelina, Quartzo e Turmalina, Dentre Outros, Para Manufatura de Vidro/Vitrificaç ão, Esmaltação e Indústriaóptica, Eletrônica, etc	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 20.000 Médio ≥ 20.000 <200.000 Grande ≥ 200.000	a

B4.3	Apatita, Bentonita, Calcário, Calcita, Carnalita, Dolomita, Fosfatos, Guano, Minerais de Borato, Potássio, Salgema, Salitre, Silvita e Sódio, Dentre Outros, Para Produção de Fertilizantes e Corretivos Agrícolas , etc	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 100.000 Médio $\geq 100.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
B4.4	Anidrita, Andalusita, Anfibólios, Barita, Calcário Conchífero, Calcita, Caulinita, Cianita, Coríndon, Feldspato, Gipsita, Grafita, Magnesita, Moscovita, Pegmatito, Quartzo Leitoso, Serpentinito, Silex, Talco, Vermiculita, Wollastonita, Xisto e Zirconita, Dentre Outros, Para Uso Industrial Não Especificado Anteriormente	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 50.000 Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
B4.5	Amianto	Produção Bruta de Minério (t/Ano)	Pequeno ≤ 20.000 Médio $\geq 20.000 < 300.000$ Grande ≥ 300.000	a
Grupo B5: Combustíveis				

B5.1	Combustíveis Fósseis Sólidos (Carvão, Linhito, Turfa e Sapropelitos, Dentre Outros)	Produção Bruta (t/Ano)	Pequeno ≤ 35.000 Médio ≥ 35.000 < 300.000 Grande ≥ 300.000	a
B5.2	Rochas Betuminosas e Pirobetuminosas (Xisto Betuminoso e Xisto Pirobetuminoso)	Produção Bruta (m3/Ano)	Pequeno ≤ 1.000 Médio ≥ 1.000 < 4.000 Grande ≥ 4.000	a
Grupo B6: Extração de Petróleo e Gás Natural				
B6.1	Petróleo Cru e Gás Natural	Nº de Poços/Campo	Pequeno ≤10 Médio ≥ 10 < 30 Grande ≥ 30	a
B6. 2	Perfuração de Poços de Petróleo ou Gás Natural	Profundidade (m)	Pequeno ≤1.500 Médio ≥ 1.500 < 3.000 Grande ≥ 3.000	a
DIVISÃO C: INDÚSTRIAS				
Grupo C1: Produtos Alimentícios e Assemelhados				
C1.1	Carne e Derivados			
C1.1.1	Frigorífico e/ou Abate de Bovinos, Eqüinos, Muares.	Capacidade Instalada (Cabeças/Dia)	Pequeno ≥ 10 < 100 Médio ≥ 100 < 200 Grande ≥ 200	a
	Frigorífico e/ou Abate de Caprinos, Suínos.		Pequeno ≥ 50 < 300 Médio ≥ 300 < 1.000 Grande ≥ 1.000	a
C1.1.2	Abate de Aves	Capacidade Instalada (Cabeças/Dia)	Pequeno ≥ 1.000 < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 50.000 Grande ≥	a

			50.000	
C1.2	Beneficiament o de Carnes	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 1 < 20 Médio ≥ 20 < 50 Grande ≥ 50	b
C1.3	Laticínios			
C1.3.1	Pasteurização e Derivados do Leite	Capacidade Instalada (l de Leite/Dia)	Pequeno ≥ 2.000 < 25.000 Médio ≥ 25.000 < 250.000 Grande ≥ 250.000	b
C1.4	Conservas, Enlatados e Congelados de Frutas e Vegetais			
C1.4.1	Industrialização de Frutas, Verduras e Legumes (Compotas, Geléias, Polpas, Doces, etc)	Capacidade Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥ 1 < 50 Médio ≥ 50 < 100 Grande ≥ 100	b
C1.5	Cereais			
C1.5.1	Fabricação de Farinhas, Amidos, Féculas de Cereais, Macarrão, Biscoitos e Assemelhados	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 5 < 100 Médio ≥ 100 < 300 Grande ≥ 300	b
C1.5.2	Industrialização da Mandioca (Farinha, Fécula)	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 5 < 50 Médio ≥ 50 < 500 Grande ≥ 500	m
C1.6	Açúcar e Confeitaria			
C1.6.1	Produção e Refino de Açúcar Industrial	Capacidade Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 15.000 Grande ≥ 15.000	a

C1.6.2	Fabricação de Balas, Produtos de Açúcar, Confeitaria, Chocolate e Assemelhados	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 1 < 60 Médio ≥ 60 < 400 Grande ≥ 400	b
C1.6.3	Industrialização da Amêndoa de Cacau	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 1 < 10 Médio ≥ 10 < 150 Grande ≥ 150	b
C1.7	Óleos e Gorduras Vegetais			
C1.7.1	Fabricação de Óleos, Margarina e Outras Gorduras Vegetais	Capacidade Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥5 < 100 Médio ≥ 100 < 5.000 Grande ≥ 5.000	a
C1.8	Produção e Envase de Bebidas			
C1.8.1	Destiladas (Aguardente, Whisky e Outros)	Capacidade Instalada (l do Produto/Dia)	Pequeno ≥ 100 < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 50.000 Grande ≥ 50.000	m
C1.8.2	Fermentadas (Vinhos, Cervejas e Outros)	Capacidade Instalada (l do Produto/Dia)	Pequeno ≥ 500 < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 400.000 Grande ≥ 400.000	m
C1.8.3	Não Alcoólicas (Refrigerantes, Chá, Sucos e Assemelhados)	Capacidade Instalada (l do Produto/Dia)	Pequeno ≥ 5.000 < 50.000 Médio ≥ 50.000 < 500.000 Grande ≥ 500.000	b
C1.9	Alimentos diversos			
C1.9.1	Fabricação de Ração Animal	Capacidade Instalada (t de Produto/Dia)	Pequeno ≥ 5 < 100 Médio ≥ 100 < 400 Grande ≥ 400	b
Grupo C2: Produtos do Fumo				

C2.1	Processamento e Fabricação de Cigarros, Cigarrilhas, Charutos e Assemelhados	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno ≥ 25.000 < 80.000 Médio ≥ 80.000 < 200.000 Grande ≥ 200.000	b
Grupo C3: Produtos Têxteis				
C3.1	Beneficiament o, Fiação ou Tecelagem de Fibras Têxteis	Capacidade Instalada (t Produto/Dia)	Pequeno ≥ 10 < 100 Médio ≥ 100 < 1.000 Grande ≥ 1.000	b
C3.2	Fabricação de artigos têxteis			
C3.2.1	Fabricação de Artigos Têxteis com Lavagem e/ou Pintura	Capacidade Instalada (Nº de Unidades Processadas/Dia)	Pequeno ≥ 1.000 < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	m
C3.3	Fabricação de Absorventes e Fraldas Descartáveis	Capacidade Instalada (Nº de Unidades Processadas/Dia)	Pequeno ≥ 5.000 < 20.000 Médio ≥ 20.000 < 300.000 Grande ≥ 300.000	b
Grupo C4: Madeira e Mobiliário				
C4.1	Desdobrament o (Pranchas, Dormentes e Pranchões), Fabricação de Madeira Compensada, Folheada e Laminada	Capacidade Instalada (m³/Ano)	Pequeno ≥ 400 < 4.000 Médio ≥ 4.000 < 20.000 Grande ≥ 20.000	b
C4.2	Fabricação de Artefatos de Madeira			
C4.2.1	Fabricação de Artefatos de Madeira sem Tratamento	Capacidade Instalada (m³/Ano)	Pequeno ≥ 400 < 4.000 Médio ≥ 4.000 < 20.000 Grande ≥ 20.000	b

C4.2.2	Fabricação de Artefatos de Madeira com Tratamento (Pintura, Verniz, Cola e Assemelhados)	Capacidade Instalada (m³/Ano)	Pequeno ≥ 400 <4.000 Médio ≥ 4.000 < 20.000 Grande ≥ 20.000	m
Grupo C5: Papel e Produtos Semelhantes				
C5.1	Fabricação de Celulose	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 300.000 Médio ≥ 300.000 < 600.000 Grande ≥ 600.000	a
C5.2	Fabricação de Papel	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 40.000 Grande ≥ 40.000	a
C5.3	Fabricação de Produtos de Papel Ondulado, Cartolina, Papelão, Papel Cartão ou Semelhantes, Papel Higiênico, Produtos Para Uso Doméstico, Bem Como Embalagens.	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno ≥ 200 < 15.000 Médio ≥ 15.000 < 70.000 Grande ≥ 70.000	b
Grupo C6: Fabricação de Produtos Químicos				
C6.1	Produtos Químicos Inorgânicos			
C6.1.1	Gases Industriais	Capacidade Instalada (m³/Ano)	Pequeno ≥80.000 < 840.000 Médio ≥ 840.000 < 3.500.000 Grande ≥ 3.500.000	a
C6.1.2	Cloro e Álcalis	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno ≥1.000 < 50.000 Médio ≥ 50.000 < 500.000 Grande < 500.000	a

C6.1.3	Pigmentos Inorgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno $\geq 1.000 < 50.000$ Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.4	Ácidos Inorgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno $\geq 1.000 < 50.000$ Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.5	Cianetos Inorgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno $\geq 1.000 < 50.000$ Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.6	Cloretos Inorgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.7	Fluoretos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.8	Hidróxidos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a
C6.1.9	Óxidos, Dióxidos e Peróxidos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	a

C6.1.10	Sulfatos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio > 50.000 < 500.000 Grande > 500.000	a
C6.2	Fabricação de Produtos Químicos Orgânicos			
C6.2.1	Produtos Petroquímicos Básicos e Intermediários	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 100.000 Médio $\geq 100.000 < 400.000$ Grande < 400.000	a
C6.2.2	Resinas Termoplásticas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.3	Resinas Termofixas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.4	Fibras Sintéticas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.5	Borrachas Sintéticas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.6	Corantes e Pigmentos Orgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 40.000 Médio $\geq 40.000 < 150.000$ Grande < 150.000	a

C6.2.7	Solventes Industriais	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 63.000 Médio $\geq 63.000 < 280.000$ Grande ≥ 280.000	a
C6.2.8	Plastificantes	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.9	Ácidos Orgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.10	Alcoóis	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.11	Aminas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.12	Anilinas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a
C6.2.13	Cloretos Orgânicos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio $\geq 70.000 < 300.000$ Grande < 300.000	a

C6.2.14	Ésteres	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio ≥ 70.000 < 300.000 Grande < 300.000	a
C6.2.15	Éteres	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio ≥ 70.000 < 300.000 Grande < 300.000	a
C6.2.16	Glicóis	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio ≥ 70.000 < 300.000 Grande < 300.000	a
C6.2.17	Óxidos	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio ≥ 70.000 < 300.000 Grande < 300.000	a
C6.2.18	Substâncias Orgânicas Cloradas e/ou Nitradas	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 70.000 Médio ≥ 70.000 < 300.000 Grande < 300.000	a
C6.3	Produtos Farmacêuticos	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 20 Médio ≥ 20 < 100 Grande ≥ 100	a
C6.4	Fertilizantes e Defensivos Agrícolas	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	a

C6.5	Mistura Para Fertilizantes	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 500 < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	m
C6.6	Produtos de Limpeza, Polimento e Para Uso Sanitário			
C6.6.1	Fabricação de Produtos de Limpeza, Polimento e Para Uso Sanitário.	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 2 < 250 Médio ≥ 250 < 3.000 Grande ≥ 3.000	m
C6.6.2	Mistura de Produtos de Limpeza, Polimento e Para Uso Sanitário.	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 10 < 250 Médio ≥ 250 < 3.000 Grande ≥ 3.000	b
C6.7	Perfumes, Cosméticos e Preparados Para Higiene Pessoal			
C6.7.1	Fabricação de Perfumes, Cosméticos e Preparados Para Higiene Pessoal	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 2 < 250 Médio 250 < 1.000 Grande ≥ 1.000	m
C6.7.2	Mistura de Perfumes, Cosméticos e Preparados Para Higiene Pessoal	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 10 < 250 Médio ≥ 250 < 1.000 Grande ≥ 1.000	b
C6.8	Tintas, Vernizes, Esmaltes, Lacas, Solventes e Produtos Correlatos	Capacidade Instalada (l/Mês)	Pequeno < 200.000 Médio ≥ 200.000 < 800.000 Grande ≥ 800.000	a
C6.9	Velas	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno ≥ 10 < 100 Médio ≥ 100 < 500 Grande ≥ 500	b

C6.10	Fabricação e Beneficiamento de Espuma (Poliuretano e Assemelhados)	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 180 Médio ≥ 180 < 350 Grande ≥ 350	a
Grupo C7: Refino do Petróleo, Produção de Biodiesel e Produtos Relacionados				
C7.1	Refino do Petróleo	Capacidade Instalada de Processamento (Barril/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio ≥ 50.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	a
C7.2	Usina de Asfalto	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 8.000 Médio ≥ 8.000 < 50.000 Grande ≥ 50.000	b
C7.3	Óleos e Graxas Lubrificantes	Capacidade Instalada de Processamento (m³/Mês)	Pequeno < 1.200 Médio ≥ 1.200 < 8.000 Grande ≥ 8.000	m
C7.4	Re-Refino de Óleos Lubrificantes	Capacidade Instalada de Processamento (m³/Mês)	Pequeno < 1.200 Médio ≥ 1.200 < 8.000 Grande ≥ 8.000	a
C7.5	Biocombustível	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio ≥ 50.000 < 200.000 Grande ≥ 200.000	a
C7.6	Emulsão Asfáltica (Concreto Betuminoso)	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 10.000 Grande ≥ 10.000	m
Grupo C8: Materiais de Borracha, de Plástico ou Sintéticos				

C8.1	Beneficiamento de Borracha Natural	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 5.000 Médio $\geq 5.000 < 10.000$ Grande ≥ 10.000	a
C8.2	Fabricação e Recondicionamento de Pneus e Câmaras de Ar			
C8.2.1	Fabricação de Pneus e Câmaras de Ar	Capacidade Instalada (un/Mês)	Pequeno < 10.000 Médio $\geq 10.000 < 280.000$ Grande ≥ 280.000	a
C8.2.2	Recondicionamento de Pneus	Capacidade Instalada (Unidade/Mês)	Pequeno < 10.000 Médio $\geq 10.000 < 280.000$ Grande ≥ 280.000	m
C8.3	Fabricação de Artefatos de Borracha ou Plástico (Balões, PET, Elástico e Assemelhados)	Capacidade Instalada (t/Ano)	Pequeno < 5.000 Médio $\geq 5.000 < 50.000$ Grande ≥ 50.000	m
C8.4	Fabricação de Calçados, Bolsas, Acessórios e Semelhantes	Número de Unidades Produzidas (un/Dia)	Pequeno $\geq 500 < 5.000$ Médio $\geq 5.000 < 20.000$ Grande ≥ 20.000	m
C8.5	Fabricação de Equipamentos e Acessórios para Segurança e Proteção Pessoal e Profissional	Número de Unidades Produzidas (un/dia)	Pequeno $\geq 500 < 5.000$ Médio $\geq 5.000 < 20.000$ Grande ≥ 20.000	b
Grupo C9: Couro e Produtos de Couro				
C9.1	Beneficiamento de Couros e Peles com Uso de Produto Químico	Número de Unidades Processadas (un/Dia)	Pequeno < 50 Médio $\geq 50 < 600$ Grande ≥ 600	a

C9.2	Beneficiamento de Couros e Peles Sem Uso de Produto Químico (Salgadeira)	Número de Unidades Processadas (un/Dia)	Pequeno < 150 Médio ≥ 150 < 3.000 Grande ≥ 3.000	m
C9.3	Fabricação de Artigos de Couro	Número de Unidades Produzidas (un/Dia)	Pequeno ≥ 300 < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 20.000 Grande ≥ 20.000	b
Grupo C10: Vidro, Pedra, Argila, Gesso, Mármore e Concreto				
C10.1	Fabricação do Vidro	Capacidade Instalada (t/Dia)	Pequeno ≥ 340 < 1.000 Médio ≥ 1.000 < 30.000 Grande ≥ 30.000	m
C10.2	Fabricação de Cimento	Capacidade Instalada (t/Dia)	Pequeno < 1.000 Médio ≥ 1.000 < 3.500 Grande ≥ 3.500	a
C10.3	Fabricação de Artefatos de Cimento, Fibroamianto, Fibra de vidro, Pó de ,Mármore e concreto			
C10.3.1	Fabricação de Artefatos de Cimento, Pó de Mármore e Concreto	Capacidad e Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥10 < 100 Médio ≥ 100 < 400 Grande ≥ 400	b
C10.3.2	Fabricação de Artefatos de Fibroamianto e Fibra de Vidro	Capacidad e Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥ 10 < 100 Médio ≥ 100 < 400 Grande ≥ 400	a
C10.4	Fabricação de Artefatos de Barro e Cerâmica, Refratários, Pisos e Azulejos ou Semelhantes			
C10.4.1	Fabricação de Artefatos de Barro e Cerâmica	Capacidad e Instalada (t de Argila/Dia)	Pequeno ≥ 1 < 50 Médio ≥ 50 < 200	m

		)	Grande ≥ 200	
C10.4.2	Fabricação de Refratários, Pisos e Azulejos ou Semelhantes	Capacidad e Instalada (m²/Mês)	Pequeno < 250.000 Médio ≥ 250.000 < 1.000.000 Grande ≥ 1.000.000	a
C10.5	Fabricação de Produtos e Artefatos de Gesso	Capacidad e Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥ 5 < 100 Médio ≥ 100 < 400 Grande ≥ 400	m
C10.6	Aparelhamento de Mármore, Ardósia, Granito e Outras	Capacidad e Instalada (t de Matéria Prima/Dia)	Pequeno ≥ 5 < 30 Médio ≥ 30 < 200 Grande ≥ 200	m
C10.7	Produção de Argamassa	Volume de Produção (t/Dia)	Pequeno ≥10 < 200 Médio ≥ 200 < 600 Grande ≥600	m
C10.8	Fabricação de Gesso, Cal e Assemelhados	Capacidad e Instalada (t/Ano)	Pequeno ≥1.000 < 30.000 Médio ≥ 30.000 < 300.000 Grande ≥ 300.000	a
Grupo C11: Metalurgia de Metais Ferrosos e Não-Ferrosos e Fabricação e Acabamento de Produtos Metálicos				
C11.1	Metalurgia e Fundição de Metais Ferrosos	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 120.000 Grande ≥ 120.000	a
C11.2	Metalurgia e Fundição de Metais Não Ferrosos	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 120.000 Grande ≥ 120.000	a

C11.3	Metalurgia de Metais Preciosos	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 5 Médio ≥ 5 < 8 Grande ≥ 8	a
C11.4	Fabricação de Soldas e Anodos	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 30.000 Grande ≥ 30.000	a
C11.5	Siderurgia	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 100.000 Médio ≥ 100.000 < 1.000.000 Grande ≥ 1.000.000	a
Grupo C12: Fabricação de Produtos Metálicos, Exceto Máquinas e Equipamentos Industriais e Comerciais				
C12.1	Fabricação de Tubos de Ferro e Aço, Tonéis, Estruturas Metálicas e Semelhantes	Capacidad e instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 35.000 Médio ≥ 35.000 < 140.000 Grande ≥ 140.000	m
C12.2	Fabricação de Telas e Outros Artigos de Arame, Ferragens, Ferramentas de Corte, Fios Metálicos e Trefilados, Pregos, Tachas, Latas e Tampas e Semelhantes	Capacidad e Instalada (t de Produto/A no)	Pequeno < 5000 Médio > 5.000 < 100.000 Grande >100.000	m
Grupo C13: Máquinas e Equipamentos Industriais e Comerciais				
C1 3.1	Motores e Turbinas, Máquinas, Peças, Acessórios e equipamentos	Capacidad e Instalada (un/mês)	Pequeno < 20.000 Médio ≥ 20.000 < 150.000 Grande ≥ 150.000	m
Grupo C14: Equipamentos e Componentes Elétricos e Eletrônicos				

C1 4.1	Equipamentos Para Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	Capacidad e Instalada (un/Mês)	Pequeno < 100 Médio $\geq 100 < 400$ Grande ≥ 400	m
C1 4.2	Equipamentos Elétricos Industriais, Aparelhos Eletrodomésticos, Fabricação de Materiais Elétricos, Computadores, Acessórios e Equipamentos De Escritório, Fabricação de Componentes e Acessórios Eletrônicos ou Equipamentos de Informática	Capacidad e Instalada (un/Mês)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 400.000$ Grande ≥ 400.000	m
C1 4.3	Fabricação de Mídias Virgens, Magnéticas e Ópticas	Capacidad e Instalada (un/Ano)	Pequeno < 20.000.000 Médio $\geq 20.000.000 < 70.000.000$ Grande $\geq 70.000.000$	a
Grupo C15: Equipamentos e Materiais de Comunicação				
C15. 1	Fabricação de Centrais Telefônicas, Equipamentos e Acessórios de Radio Telephony e Fabricação e Montagem de Televisores Rádios e Sistemas de Som	Capacidad e Instalada (un/Mês)	Pequeno < 50.000 Médio $\geq 50.000 < 400.000$ Grande ≥ 400.000	m
Grupo C16: Equipamentos de Transporte				
C16.1: Fabricação de Equipamentos de Transporte Marítimo				
C16.1. 2	Fabricação e Montagem de Embarcações e Plataformas	Área Total (ha)	Pequeno < 50 Médio $\geq 50 < 500$ Grande ≥ 500	a
C16.2: Fabricação de Equipamentos de Transporte Ferroviário				
C16.2. 1	Fabricação de Locomotivas e Vagões	Área Total (ha)	Pequena < 50 Média $\geq 50 < 500$ Grande ≥ 500	a

			≥ 500	
C16.3: Fabricação de Veículos e Equipamentos de Transporte Rodoviário				
C16.3.1	Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Trailers e Semelhantes	Capacidade Instalada (un/Ano)	Pequeno < 50.000 Médio ≥ 50.000 < 300.000 Grande ≥ 300.000	m
C16.3.2	Fabricação de Triciclos e Motocicletas			
C16.3.2.1	Fabricação e/ou Montagem de Motocicletas e Triciclos	Capacidade Instalada (un/Ano)	Pequeno < 100.000 Médio ≥ 100.000 < 800.000 Grande ≥ 800.000	b
C16.3.3	Fabricação de Bicicletas	Capacidade Instalada (un/Ano)	Pequeno < 100.000 Médio ≥ 100.000 < 800.000 Grande ≥ 800.000	b
C16.3.4	Fabricação de Carrocerias	Capacidade Instalada (un/Ano)	Pequeno < 1000 Médio ≥ 1.000 < 8.000 Grande ≥ 8.000	b
C16.4: Fabricação de Equipamentos de Transporte Aeroviário				
C16.4.1	Fabricação e Montagem de Aeronaves	Área Total (ha)	Pequena < 20 Média ≥ 20 < 100 Grande ≥ 100	m
DIVISÃO D: TRANSPORTE				
Grupo D1: Bases Operacionais				
D1.1	Bases Operacionais de Transporte Ferroviários, Aéreo de Cargas, Transportadora de Passageiros e Cargas Não Perigosas	Área Total (ha)	Pequeno < 50 Médio ≥ 50 < 500 Grande > 500	b
Grupo D2: Transporte Aéreo				

D2.1	Bases Operacionais de Transportadora de Produtos e/ou Resíduos Perigosos, com Lavagem Interna e/ou Externa	Área Total (ha)	Pequeno < 50 Médio $\geq 50 < 500$ Grande ≥ 500	m
Grupo D3: Transporte Rodoviário de Cargas Perigosas				
D3.1	Transportadora de Resíduos e/ou Produtos Perigosos e de Serviços de Saúde	Capacidade e de Carga (t/mês)	Pequeno < 4.000 Médio $\geq 4.000 < 7.000$ Grande ≥ 7.000	b
Grupo D4: Transporte de Substâncias Através de Dutos				
D4.1	Dutos de Petróleo Cru (Oleodutos), de Petróleo Refinado, Gasolina, Derivados de Petróleo, Gases, Produtos Químicos Diversos e Minérios	Extensão (Km)	Pequeno < 100 Médio $\geq 100 < 500$ Grande ≥ 500	a
DIVISÃO E: SERVIÇOS				
Grupo E1: Produção, Compressão, Estocagem e Distribuição de Gás Natural e GLP				
E1.1	Estocagem de Gás Natural	Capacidade de Armazenamento (m ³)	Pequeno < 10.000 Médio $\geq 10000 < 100.000$ Grande ≥ 100.000	a
E1.2	Estação de Compressão e Distribuição de Gás Natural	Capacidade Instalada (M ³ /H)	Pequeno < 40.000 Médio $\geq 40.000 < 600.000$ Grande ≥ 600.000	a
E1.3	Estação de Custódia (Ponto de Entrega)	Vazão (m ³ /dia)	Pequeno < 1000.000 Médio $\geq 1.000.000 < 8.000.000$ Grande $\geq 8.000.000$	a

			$\geq$ 8.000.000	
E1.4	Terminais de Regaseificação GNL	Vazão (m³/h)	Pequeno ≤ 100.000 Médio ≥ 100.000 < 500.000 Grande ≥ 500.000	a
E1.5	Estocagem de GLP	Capacidade de Armazenamento (Kg)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 5.000 < 40.000 Grande ≥ 40.000	a
Grupo E2: Geração, Transmissão e Distribuição de Energia				
E2.1	Hidrelétricas	Área de Inundação (ha)	Pequeno < 200 Médio $\geq 200 < 1.000$ Grande ≥ 1.000	a
E2.2	Termoelétricas ou Grupos Geradores	Potência Instalada (MW)	Pequeno $\geq 5 < 150$ Médio $\geq 150 < 500$ Grande ≥ 500	a
E2.3	Construção de Linhas de Distribuição de Energia Elétrica com Tensão ≥ 69 KV	Extensão (Km)	Pequeno ≥ 20 < 140 Médio ≥ 140 < 280 Grande ≥ 280	m
E2.4	Parques Eólicos	Número de Aerogeradores	Pequeno ≤ 30 Médio $\geq 30 < 120$ Grande ≥ 120	p
E2.5	Construção de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica	Extensão (Km)	Pequeno < 80 Médio $\geq 80 < 150$ Grande ≥ 150	a

E2.6	Caldeiras	Potência Instalada (MW)	Pequeno < 30 Médio ≥ 30 < 100 Grande ≥ 100	a
E2. 7	Painéis Solares	Potência Instalada (MW)	Pequeno ≥ 30 Médio ≥ 30 < 120 Grande ≥120	p
Grupo E3: Estocagem e Distribuição de Produtos				
E3.1	Terminais de minério	Capacidad e de Armazena mento (t)	Pequeno < 5.000 Médio ≥ 10.000 < 30.000 Grande ≥ 30.000	a
E3.2	Terminais de Petróleo e Derivados e de Produtos Químicos Diversos	Capacidad e de Armazena mento (t)	Pequeno < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 40.000 Grande ≥ 40.000	a
E3.4	Terminais de Grãos e Alimentos	Capacidad e de Armazena mento (t)	Pequeno < 10.000 Médio ≥ 10.000 < 40.000 Grande ≥ 40.000	b
E3.5	Postos de Venda de Gasolina e Outros Combustíveis	Capacidad e de Armazena mento de Combustív eis Líquidos (M ³) e de Combustív eis Líquidos Mais GNV ou GNC	Pequeno < 120 m ³ comb. Líq Médio > 120 ≤ 180 m ³ de comb. líq ou ≤ 120 m ³ de comb. líq + GNV ou GNC Grande > 180 m ³ de comb. líq ou > 120 m ³ de comb. líq + GNV ou GNC	m

E3.6	Entrepósitos Aduaneiros de Produtos Não Perigosos, Terminais de Estocagem e Distribuição de Produtos Não Perigosos e Não Classificados	Área Total (ha)	Pequeno < 50 Médio $\geq 50 < 500$ Grande ≥ 500	b
E3.7	Terminais de Estocagem e Distribuição de Álcool, Carburante, Biodiesel, Gasolina, Diesel e Demais Derivados de Petróleo	Capacidade e de Armazenamento (CA) de Combustíveis Líquidos (m³)	Pequeno < 150 Médio $\geq 150 < 5.000$ Grande ≥ 5.000	a
Grupo E4: Serviços de Abastecimento de Água				
E4.1	Construção ou Ampliação de Sistema de Abastecimento Público de Água (Captação, Adução, Tratamento, Reservação)	Vazão Média Prevista (L/s)	Pequeno $\geq 0,5 < 50$ Médio $\geq 50 < 600$ Grande ≥ 600	m
Grupo E5: Serviços de Esgotamento Sanitário Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição de Esgotos Domésticos (Inclusive Interceptores e Emissários)				
E5.1	Construção ou Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário (Redes de Coleta, Interceptores, Tratamento e Disposição Final de Esgotos Domésticos)	Vazão Média Prevista (l/s)	Pequeno $\geq 0,5 < 50$ Médio $\geq 50 < 600$ Grande ≥ 600	a
E5.2	Sistema de Disposição Oceânica	Vazão Média Prevista (l/s)	Pequeno < 200 Médio $\geq 200 < 1.500$ Grande > 1.500	a
Grupo E6: Serviços de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final)				

E6.1	Usinas de Compostagem e Triagem de Materiais e Resíduos Urbanos	Quantidade Operada (t/dia)	Pequeno ≥ 5 < 30 Médio ≥ 30 < 200 Grande ≥ 200	m
E6.2	Incineradores de Resíduos de Serviços de Saúde e Autoclave Para Resíduos de Serviços de Saúde	Capacidade de Processamento (Kg/dia)	Pequeno < 3.600 Médio ≥ 3.600 < 7.200 Grande ≥ 7.200	a
E6.3	Estações de transbordo	Produção (t/dia)	Pequeno < 60 Médio ≥ 60 < 400 Grande ≥ 400	a
E6.4	Reciclagem de Materiais Metálicos, Triagem de Materiais Recicláveis (Que Inclua Pelo Menos Uma Etapa do Processo de Industrialização)	Capacidade de Processamento (t/Dia)	Pequeno ≥ 2 < 6 Médio ≥ 6 < 20 Grande ≥ 20	b
E6.5	Reciclagem de Papel, Papelão e Similares, Vidros e de Materiais Plásticos	Capacidade Instalada (t/dia)	Pequeno ≥ 2 < 50 Médio > 50 < 150 Grande ≥ 150	b
E6.6	Aterros Sanitários	Produção (t/dia)	Pequeno < 50 Médio ≥ 50 < 500 Grande ≥ 500	a
E6.7	Áreas de Bota-Fora	Área Total (ha)	Pequeno ≥ 1 < 20 Médio ≥ 20 < 100 Grande ≥ 100	b
Grupo E7: Serviços de Coleta, Transporte, Estocagem, Tratamento e Disposição de Resíduos Industriais				
E7.1	Aterro e Estocagem de Resíduos Industriais	Área Total (ha)	Pequeno < 30 Médio ≥ 30 < 150 Grande	a

			≥ 150	
E7.2	Tratamento centralizado de resíduos industriais			
E7.2.1	Incineradores de Resíduos Industriais	Capacidade e de Processamento (t/ano)	Pequeno < 2.000 Médio ≥ 2.000 < 20.000 Grande ≥ 20.000	a
E7.2.2	“Landfarming”	Área Total (ha)	Pequeno < 30 Médio ≥ 30 < 100 Grande ≥ 100	a
E7.2.3	Blending	Capacidade e de Processamento (t/ano)	Pequeno < 30.000 Médio ≥ 30.000 < 100.000 Grande ≥ 100.000	a
Grupo E8: Serviços de Coleta, Tratamento e Disposição de Efluentes Líquidos Industriais				
E8.1	Estações de Tratamento e Equipamentos Associados	Vazão Média (l/s)	Pequeno < 300 Médio ≥ 300 < 800 Grande ≥ 800	a
E8.2	Sistemas e Disposição Oceânica	Vazão Média (l/s)	Pequeno < 300 Médio ≥ 300 < 1.500 Grande ≥ 1.500	a
Grupo E9: Telefonia Celular				
E9.1	Estações Rádio-Base de Telefonia Celular	Potência do Transmissor (W)	Pequeno < 1000 Médio ≥ 1.000 < 10.000 Grande ≥ 10.000	b
Grupo E10: Serviços Funerários				
E10.1	Cemitérios	Área Útil (ha)	Pequeno < 5 Médio ≥ 5 < 30 Grande ≥ 30	b
Grupo E11: Outros Serviços				

E11.1	Tinturaria e Lavanderias Industrial/Hospitalar	Número de Unidades Processadas (un/Dia)	Pequeno < 3000 Médio $\geq 3.000 < 8.000$ Grande ≥ 8.000	m
E11.2	Manutenção Industrial, Jateamento, Pintura e Correlatos	Área Construída (ha)	Pequeno < 0,5 Médio $\geq 0,5 < 5$ Grande ≥ 5	m
E11.3	Serviços de calderaria, usinagem, solda, tratamento, e revestimento em metais	Área utilizada (ha)	Pequeno < 0,5 Médio $\geq 0,5 < 40$ Grande ≥ 40	m
E11.4	Serviços de Descontaminação de Lâmpadas Fluorescentes ou Reciclagem	Capacidade e Instalada (un/Mês)	Pequeno < 220.000 Médio $\geq 220.000 < 400.000$ Grande ≥ 400.000	m
E11.5	Concreto e Argamassa	Volume de Produção (t/dia)	Pequeno $\geq 50 < 200$ Médio $> 200 < 1.000$ Grande ≥ 1.000	b
E11.6	Serviços de Lavagem, Descontaminação e Manutenção de Tanques e Isotaques	Área Total (ha)	Pequeno < 1 Médio $> 1 < 5$ Grande ≥ 5	m
E11.7	Serviços de Britagem, Resíduos da Construção Civil e Outros	Capacidade Instalada (t de Matéria Prima /dia)	Pequeno < 100.000 Médio $\geq 100.000 < 500.000$ Grande ≥ 500.000	m
DIVISÃO F: OBRAS CIVIS				
Grupo F1: Infraestrutura de Transporte				
F1.1	Rodovia (Implantação ou Ampliação)	Extensão (Km)	Pequeno ≥ 50 Médio $\geq 50 < 300$	m

			Grande ≥ 300	
F1.2	Ferrovias	Extensão (Km)	Pequeno > 100 Médio ≥ 100 < 300 Grande ≥ 300	m
F1.3	Hidrovias	Extensão (Km)	Pequeno > 100 Médio ≥ 100 < 300 Grande ≥ 300	a
F1.4	Portos	Área Total (ha)	Pequeno < 100 Médio ≥ 100 < 500 Grande ≥ 500	a
F1.5	Marinas e Atracadouros e Instalações de Manutenção de Embarcações	Área Total (ha)	Pequeno < 10 Médio ≥ 10 < 50 Grande ≥ 50	m
F1.6	Aeroportos	Área Total (ha)	Pequeno < 100 Médio ≥ 100 < 400 Grande ≥ 400	a
F1.7	Autódromos e Aeródromos	Área Total (ha)	Pequeno < 10 Médio ≥ 10 < 50 Grande ≥ 50	m
F1.8	Metrôs	Extensão (Km)	Pequeno < 20 Médio ≥ 20 < 50 Grande ≥ 50	m
Grupo F2: Barragens e Diques		Área de Inundação (ha)	Pequeno < 200 Médio ≥ 200 < 1.000 Grande ≥ 1.000	a

Grupo F3: Canais		Vazão (m³/s)	Pequeno < 1,0 Médio ≥ 1,0 < 3,0 Grande ≥ 3,0	m
Grupo F4: Retificação de Cursos D'Água		Extensão (Km)	Pequeno < 10 Médio ≥ 10 < 30 Grande ≥ 30	m
Grupo F5: Transposição de Bacias Hidrográficas		Vazão (m³/s)	Pequeno < 2,0 Médio ≥ 2,0 < 6,0 Grande ≥ 6,0	a
Grupo F6: Galpões e Canteiros de Obra		Área total (ha)	Pequeno < 5,0 Médio ≥ 5,0 < 15,0 Grande ≥ 15,0	b
DIVISÃO G: EMPREENDIMENTOS URBANÍSTICOS, TURÍSTICOS E DE LAZER				
Grupo G1: Artes, Cultura, Esporte e Recreação				
G1.1	Estádios de Futebol, Parques Temáticos, de Diversão e de Exposição, Jardins Botânicos e Zoológicos	Área Total (ha)	Pequeno ≥ 5 < 10 Médio ≥ 10 < 50 Grande ≥ 50	b
Grupo G2: Empreendimentos Urbanísticos				
G2.1	Complexos Turísticos e Empreendimentos Hoteleiros, e Parcelamento do Solo (Loteamentos, Desmembramentos) e Conjuntos Habitacionais	Área total (ha)	Pequeno ≥ 10 < 50 Médio ≥ 50 < 200 Grande ≥ 200	m
G2.2.1	Habitação de Interesse Social	Área total (ha)	Pequeno ≥ 3 < 30 Médio ≥ 30 < 100 Grande ≥ 100	m
DIVISÃO H: BIOTECNOLOGIA				
Grupo H1: Biofábricas				

H1.1	Controle Biológico de Pragas	Produção Massal (nº de Insetos Pré-Esterelizados /Mês)	Pequeno < 10 x 10 ⁶ Médio ≥ 10 x 10 ⁶ < 40 x 10 ⁶ Grande ≥ 40 x 10 ⁶	a
H1.2	Biofábrica para Fungos	Capacidade Instalada (t/Mês)	Pequeno < 500 Médio ≥ 500 < 100.000 Grande ≥ 100.000	m
* As atividades do Grupo A cujo porte esteja abaixo do enquadramento para Pequeno Porte deverá apenas cadastrar-se no CEFIR				

ANEXO VI

INFRAÇÕES AMBIENTAIS

Infração	Caracterização
Leve – Multa de R\$ 500,00 até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)	Descumprir prazos para o atendimento de exigências, notificações ou condicionantes, quando não traga consequências diretas para o meio ambiente.
	Derramar no solo produto químico classificado como não perigoso desde que não cause danos a corpos hídricos ou áreas legalmente protegidas.
	Promover a disposição inadequada de resíduo sólido classificado como não perigoso desde que não cause danos a corpos hídricos ou áreas legalmente protegidas.
	Deixar de inscrever-se no Cadastro Estadual de Atividades Potencialmente Degradoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CEAPD.
	Cometer infração relacionada à atividade de baixo potencial poluidor, de acordo com o CEAPD.
	Promover o lançamento de efluente líquido fora dos padrões de emissão que excedam até 10% dos valores autorizados desde que não acarretem danos ambientais.
	Comercializar, portar ou utilizar em floresta ou demais formas de vegetação, motosserra sem licença ou registro da autoridade ambiental competente.
	Deixar de registrar a reserva legal junto ao Cadastro Ambiental Rural Descumprir os prazos para solicitação de licença ou autorização ambiental, ou deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental.

Infração	Caracterização
Grave – Multa de R\$ 500,00at é R\$ 200.000, 00 (duzent os mil reais)	Obstar ou dificultar a ação do Poder Público no exercício de atividades de fiscalização ambiental:
	Cometer Infração relacionada à atividade de médio potencial poluidor, de acordo com o CEAPD.
	Causar dano ambiental que acarrete o desenvolvimento de processos erosivos e/ou assoreamento de corpos hídricos.
	Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental:
	Promover a disposição inadequada de resíduo sólido classificado como perigoso desde que não cause danos a corpos hídricos ou áreas legalmente protegidas e sem acarretar riscos à saúde, à flora e à fauna.
	Derramar no solo produto químico classificado como perigoso, sem atingir corpos hídricos e/ou áreas legalmente protegidas e sem acarretar riscos à saúde, à flora e à fauna.

	Deixar de apresentar relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação ou, quando aplicável, naquele determinado pela autoridade ambiental:
	Descumprir obrigações estabelecidas em termo de compromisso firmado com o INEMA e em auto de infração referente a infração classificada como leve ou outra obrigação determinada pelo órgão ambiental.
	Matar, perseguir, caçar, apanhar, coletar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida: R\$ 500,00 (quinhentos reais) por indivíduo de espécie não constante de listas oficiais de risco ou ameaça de extinção e de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da Convenção de Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES. As multas serão aplicadas em dobro se a infração for praticada com finalidade de obter vantagem pecuniária.
	vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente ou em desacordo com a obtida.
	modificar, danificar ou destruir ninhos, abrigo ou criadouro natural que impeça a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida.
	Introduzir espécime animal silvestre, nativo ou exótico, no País ou fora de sua área de distribuição natural, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade ambiental competente, quando exigível: Multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com acréscimo por exemplar excedente de: R\$ 200,00 (duzentos reais), por indivíduo de espécie não constante em listas oficiais de espécies em risco ou ameaçadas de extinção e de 5.000,00 (cinco mil reais), por indivíduo de espécie constante de listas oficiais de fauna brasileira ameaçada de extinção, inclusive da CITES
	Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais) por indivíduo.

	Pescar em período ou local no qual a pesca seja proibida: Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais), por quilo ou fração do produto da pescaria, ou por espécime quando se tratar de produto de pesca para uso ornamental. Incorre nas mesmas multas quem: I - pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos; II - pesca quantidades superiores às permitidas ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos; III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibida; IV - transporta, conserva, beneficia, descaracteriza, industrializa ou comercializa pescados ou produtos originados da pesca, sem comprovante de origem ou autorização do órgão competente; V - captura, extrai, coleta, transporta, comercializa ou exporta espécimes de espécies ornamentais oriundos da pesca, sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida; e VI - deixa de apresentar declaração de estoque.
	Penetrar em unidade de conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça, pesca ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais e minerais, sem licença da autoridade competente, quando esta for exigível: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
	Deixar de atender a exigências legais ou regulamentares quando devidamente notificado pela autoridade ambiental competente no prazo concedido, visando à regularização, correção ou adoção de medidas de controle para cessar a degradação ambiental: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
	Obstar ou dificultar a ação do Poder Público no exercício de atividades de fiscalização ambiental.Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
	Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
	Implantar ou operar empreendimento/atividade sem a devida autorização, TCRA ou licença ambiental.
	Fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação, em áreas urbanas ou qualquer tipo de assentamento humano: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por unidade.
	Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), por hectare ou fração.

	Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia: Multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$1.000,00 (mil reais) por unidade ou metro quadrado.
	Adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produto ou subproduto de origem animal ou vegetal produzido em empreendimento objeto de embargo ou interdição: Multa de R\$ R\$ 500,00 (quinhentos reais) por quilograma ou unidade.
	Explorar ou danificar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, localizada fora de área de reserva legal averbada, de domínio público ou privado, sem aprovação prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), por hectare ou fração, ou por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.
	Desmatar, a corte raso, florestas ou demais formações nativas, fora da reserva legal, sem autorização da autoridade competente: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração.
	Executar manejo florestal sem autorização prévia do órgão ambiental competente, sem observar os requisitos técnicos estabelecidos em PMFS ou em desacordo com a autorização concedida: Multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por hectare ou fração
	Receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, vender, expor a venda, ter em depósito, transportar, ou guardar, madeira serrada ou em tora, lenha, carvão ou outros produtos de origem vegetal, desacobertado da licença outorgada pela autoridade competente ou em desacordo com a mesma, e sem munir-se da via que deverá acompanhar o produto até final beneficiamento, viagem ou do armazenamento (Decreto 6514):Multa de R\$ 300,00 (trezentos reais) por unidade, estéreo, quilo, mdc ou metro cúbico.
	Transformar madeira oriunda de floresta ou demais formas de vegetação nativa em carvão, para fins industriais, energéticos ou para qualquer outra exploração, econômica ou não, sem licença ou em desacordo com as determinações legais: Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por metro cúbico de carvão-mdc.

Infração	Caracterização
ravíssima –Multa deR\$ 500,00 até R\$ 50.000.000 ,00 (cinquenta milhões de reais).	Destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação natural ou utilizá-las com infringência das normas de proteção em área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente, quando exigível, ou em desacordo com a obtida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por hectare ou fração
	Cortar árvores em área considerada de preservação permanente ou cuja espécie seja especialmente protegida, sem permissão da autoridade competente:Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por hectare ou fração, ou R\$ 500,00 (quinhentosreais) por árvore, metro cúbico ou fração.

	Extraír de florestas de domínio público ou áreas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais: Multa simples de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou fração.
	Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em unidades de conservação ou outras áreas especialmente protegidas, quando couber, área de preservação permanente, reserva legal ou demais locais cuja regeneração tenha sido indicada pela autoridade ambiental competente: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por hectare ou fração.
	Causar degradação em área de preservação permanente. Multa simples de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou fração.
	Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa, objeto de especial preservação, não passíveis de autorização para exploração ou supressão: Multa de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por hectare ou fração.
	Destruir, desmatar, danificar ou explorar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, em área de reserva legal ou servidão florestal, de domínio público ou privado, sem autorização prévia do órgão ambiental competente ou em desacordo com a concedida: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração.
	Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade: Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
	Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas ou que provoque, de forma recorrente, significativo desconforto respiratório ou olfativo devidamente atestado pelo agente autuante: A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade: A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Dificultar ou impedir o uso público das praias pelo lançamento de substâncias, efluentes, carreamento de materiais ou uso indevido dos recursos naturais: A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Promover o lançamento de efluente líquido fora dos padrões de emissão que acarretem danos ao ecossistema aquático. A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Deixar, aquele que tem obrigação, de dar destinação ambientalmente adequada a produtos, subprodutos, embalagens, resíduos ou substâncias quando assim determinar a lei ou ato normativo: A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.

	Deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução ou contenção em caso de risco ou de dano ambiental grave ou irreversível. A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Provocar pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais o perecimento de espécimes da biodiversidade: A multa de que trata este artigo e demais penalidades serão aplicadas após laudo de constatação.
	Produzir, processar, embalar, importar, exportar, comercializar, fornecer, transportar, armazenar, guardar, ter em depósito ou usar produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou em seus regulamentos: Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
	Descumprir todo ou em parte embargo de obra ou atividade de atividade:Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
	Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omissivo, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
	Explorar comercialmente produtos ou subprodutos não madeireiros, ou ainda serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais em unidade de conservação sem autorização ou permissão do órgão gestor da unidade ou em desacordo com a obtida, quando esta for exigível: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
	Pescar mediante a utilização de explosivos ou substâncias que, em contato com a água, produzam efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade competente: Multa de R\$ 700,00 (setecentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com acréscimo de R\$ 20,00 (vinte reais), por quilo ou fração do produto da pescaria.
	Descumprir obrigações estabelecidas em auto de infração referente a infração classificada como grave: Multa de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
	Descumprir total ou parcialmente termo de compromisso firmado com o INEMA: Multa diária.
	Deixar de cumprir compensação ambiental determinada por lei, na forma e no prazo exigidos pela autoridade ambiental: Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
	Cometer Infração formal com danos à saúde humana ou prejuízo ao desenvolvimento de atividades essenciais à subsistência de uma comunidade: Multa diária.
	Promover o lançamento de poluentes no ar sem o devido sistema de controle, acarretando potenciais danos à saúde, ao meio ambiente ou a materiais.
	Promover derrame no solo de produto químico classificado como perigoso, causando danos a corpos hídricos, a áreas legalmente protegidas ou à saúde, isolada ou simultaneamente.

	Promover a disposição inadequada de resíduo sólido classificado como perigoso causando danos a corpos hídricos, a áreas legalmente protegidas ou à saúde, isolada ou simultaneamente.
	Promover o lançamento de efluente líquido fora dos padrões de emissão, que acarretem danos ambientais prejudiciais às atividades econômicas, ao abastecimento público, à dessedentação de animais ou à saúde humana.
	Promover a contaminação de água subterrânea
	Cometer Infração relacionada a atividade de alto potencial poluidor, de acordo com o CEAPP.
	Promover adulteração de produtos, matérias primas, equipamentos, componentes e combustíveis, ou utilizar-se de artifícios e processos que provoquem degradação ambiental.
	Provocar danos ao patrimônio histórico e cultural
	Realizar queimada sem autorização, causando danos à saúde humana e ao patrimônio.
	Cometer Infração que dificulte ou impeça o uso público das águas.

ANEXO VII

PENALIDADES RELACIONADAS COM A CLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE
LEVE	Advertência
	Multa
GRAVE	Advertência
	Embargo temporário
	Interdição temporária
	destruição de fornos para produção de carvão vegetal
	Apreensão
	Multa
GRAVÍSSIMA	Embargo temporário
	Embargo definitivo
	Demolição
	Interdição temporária
	Interdição definitiva
	Multa
	suspensão de venda e fabricação do produto
	destruição ou inutilização de produto
	perda ou restrição de direitos



CONSÓRCIO:



SONDOTÉCNICA



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

SECRETARIA DO
MEIO AMBIENTE

